UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Michael Ciano Gartrell

Foucault e Mallarmé: o espessamento da linguagem

São Paulo
2016

Michael Ciano Gartrell

Foucault e Mallarmé: o espessamento da linguagem

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Brandão.

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Gartrell, Michael Ciano

G244f Foucault e Mallarmé: o espessamento da linguagem
/ Michael Ciano Gartrell ; orientador Eduardo Brandão. - São Paulo, 2016.

101 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Filosofia. 2. Literatura. 3. Crítica Literária.

4. Foucault. 5. Mallarmé. I. Brandão, Eduardo , orient. II. Título.

Folha de Aprovação

GARTRELL, M. C. Foucault e Mallarmé: o espessamento da linguagem. 2016. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Dissertação, apresentada a Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre.

São Paulo, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Brandão
Orientador

Prof. Dr. Pedro Paulo Garrido Pimenta
Examinador

Prof. Dr. André Constantino Yazbek
Examinado

Agradecimentos

Agradeço ao professor Pedro Paulo Garrido Pimenta e meu orientador Eduardo Brandão pela paciência e auxílio.

*"A folha branca não aceita
senão a que acha que a merece:
essa só sobrevive ao fogo
desse branco que é gelo e febre".*

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

GARTRELL, M. C. Foucault e Mallarmé: o espessamento da linguagem. 2016. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O objetivo deste trabalho é analisar como Foucault aborda Mallarmé no que concerne a condição da linguagem moderna. O filósofo argumenta que a linguagem moderna passa por um processo de espessamento e está adquirindo uma nova função que não é limitada à representação. O que se propõe é situar Mallarmé nesse processo linguístico examinado por Foucault, buscando identificar seu papel e relevância, assim como determinar quais foram as causas e as características centrais da espessura da linguagem no século XIX. Desse modo, a pesquisa basear-se-á principalmente na obra *As Palavras e as Coisas*, visto que é nesse livro que Mallarmé é mais detidamente estudado. Artigos, ensaios e entrevistas, como *O Pensamento do Exterior*, por exemplo, onde o autor simbolista é secundariamente discutido, serão referidos de modo a clarificar certas questões em *Les mots e les choses*.

Palavras-chave: Foucault; Mallarmé; Filosofia da Linguagem; Crítica Literária; História da Filosofia Contemporânea.

ABSTRACT

GARTRELL, M. C. Foucault and Mallarmé: the thickening of language. 2016. Thesis (Master's Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The main objective of this thesis is to analyze Foucault's treatment of Mallarmé's contribution to the modern condition of language. The philosopher argues that language in modernity is thickening and is acquiring a new function that is not limited to representation. Our aim is to situate Mallarmé's position in this linguistic process examined by Foucault, identifying his role and relevance as well as determining what were the causes and central characteristics of language's thickness in the 19th century. Therefore, our research will rely heavily on *The Order of Things*, since it is here where Foucault examines Mallarmé in greater length. Articles, essays and interviews, like *The Thought from the Outside* for example, where the symbolist poet is indirectly discussed will be referred to in order to clarify certain issues in *Les mots e les choses*.

Key Words: Foucault; Mallarmé; Philosophy of Language; Literary Criticism; History of Contemporary Philosophy.

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Sobre Arqueologia e <i>Epistémê</i>	13
2. Representação na <i>epistémê</i> clássica.....	15
2.1. O papel da linguagem na idade clássica	18
2.2. A crítica e a imediatez do conhecimento clássico	24
2.3. Sobre a gramática geral	28
2.4. Os <i>a priori</i> históricos da linguagem clássica	36
2.5. A configuração geral do discurso	40
3. O espaço transcendental	43
3.1. A filologia.....	47
3.2. A literatura.....	52
4. Blanchot: distância e imagem da palavra	57
4.1. <i>Désœuvrement</i> e <i>écriture</i> : Blanchot e Barthes como leitores de Mallarmé	63
4.2. Philippe Sollers e o conceito de ficção	69
5. Da Biblioteca à arqueologia: Foucault e a Noite de Mallarmé.....	72
5.1. O sujeito escriturante: Mallarmé e a espessura da linguagem em <i>As Palavras e as Coisas</i>	79
5.2. Divergências entre Mallarmé e Foucault: <i>Crise de Verso</i> ou a finitude da linguagem	86
6. Conclusão	91
Bibliografia:.....	98

Introdução

Essa dissertação tem como objetivo traçar alguns paralelos entre a estética de Mallarmé e a arqueologia de Foucault. Nossa finalidade, em última instância, é explicitar como o método utilizado em *As Palavras e as Coisas* é resultado de um ‘espessamento’ da linguagem que se inicia no séc. XIX e tem na obra mallarmeana uma de suas tematizações mais incisivas. Para sustentar essa possível interpretação da obra foucaultiana, teremos que percorrer um trajeto que possui três amplas seções ou segmentos. A primeira parte consiste em revelar o *modus operandi* da arqueologia e a forma pela qual Foucault ‘escava’ ou ‘desenterra’ as regras e padrões subjacentes aos modos discursivos históricos. Essa ‘ordem’ subterrânea, ou *epistémê*, será analisada nos últimos dois períodos ou continuidades investigados em *As Palavras e as Coisas*: o classicismo e a modernidade. Isso é imperativo uma vez que a obra mallarmeana emerge na época moderna e consolida o que, desde o fim do séc. XVIII, denominamos ‘escrita literária’.

O segundo segmento buscará elucidar a filosofia de alguns precursores de Foucault que consideraram a poética de Mallarmé relevante para o debate sobre a condição da obra de arte em meio à fragmentação da linguagem (a ‘crise de verso’). Em vista disso, examinaremos a abordagem de Blanchot, Barthes e Sollers no que concerne a literatura e sua autonomia perante as outras modalidades discursivas modernas.

Na terceira e última seção retornaremos a Foucault e sua relação com Mallarmé. Procuraremos aproximar as técnicas mallarmeanas usadas em *Igitur* e *Um Lance de Dados* da metodologia foucaultiana empreendida em *As Palavras e as Coisas*. Desvelaremos o que está implicado na análise literária contida em *Crise de Verso* e buscaremos associá-la à posição que a problemática da representação e a finitude da linguagem ocupam na *epistémê* moderna. Concluiremos ao propor uma semelhança fundamental entre Foucault e Mallarmé no que tange o ‘ser da linguagem’ e, seu corolário, o desaparecimento do sujeito clássico. Enfim, interpretaremos essa obra foucaultiana como o produto de um processo de adensamento discursivo que se inicia nos poemas de Mallarmé, atravessa o pensamento de Blanchot, Barthes e Sollers e, finalmente, manifesta-se na considerável espessura da arqueologia.

1. Sobre Arqueologia e *Epistémê*

De acordo com Foucault, no fim do século XVIII, o espaço que ordenava todas as formas de conhecimento entrou em colapso. A representação, como um meio adequado e transparente de ter acesso à realidade, deixou de ser o único modo de conhecer e de constituir o mundo. Na época em que o kantismo emergiu e estabeleceu as condições e limites de objetos representados e suas relações em geral, o âmbito fundamental, que havia estruturado as ciências e a filosofia por quase dois séculos, estava começando a se deslocar e adquirir uma nova configuração. Com certos pensadores como Adam Smith e Jussieu, que desalojaram elementos chave da ossatura da *epistémê* clássica,¹ Kant pôde delinear o campo da representação e, entre outras coisas, abrir um domínio para um novo tipo de metafísica.

Basicamente, uma *epistémê* é um conjunto de regras que subterraneamente determina todas as manifestações de conhecimento de um período histórico. Assim, sistemas filosóficos, ciências e outras disciplinas não são moldados por certos axiomas lógicos ou estruturas gramaticais. Nas investigações arqueológicas realizadas por Foucault, a *epistémê* ocorre em um nível subjacente ao da consciência individual e compõe o campo de todos os conceitos existentes de uma determinada época, traçando os perímetros de seu pensamento. Como resultado, a historiografia foucaultiana opera em um plano *infraconsciente* que não considera o sujeito um elemento cardinal e tenta desvelar e comparar formações discursivas (*epistémês*) de períodos diferentes; isto é, tenta contrastar o que regulava a fala e a reflexão sobre certa questão e não seguir a experiência do sujeito ou de uma consciência através da história (o que, por sua vez, guiaria e enformaria a história). Consequentemente, pesquisas e distinções históricas se elevam acima da experiência individual e se tornam um instrumento essencial para a filosofia de Foucault, porque é através das dissonâncias encontradas nas especulações arqueológicas que se pode mostrar que em outros tempos as pessoas pensavam e argumentavam em prol de teorias opostas às contemporâneas com a mesma coerência e eficiência com que atualmente defendemos nossas teses – o que nos ajuda a estabelecer a relatividade de conceitos estéticos, socioeconômicos, científicos e filosóficos de nossa época. Fica claro, então, porque seu método é designado arqueológico: a tarefa do pesquisador é escavar os estratos históricos para ‘desenterrar’ debates e estudos sobre uma matéria específica. Por

¹ Cf. Foucault, M.; *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 325-330.

exemplo, o modo como a linguagem era concebida no final do século XIX exige a investigação das condições que geraram a filologia, literatura e a criação de uma formalização universal de caracteres linguísticos; ou mais detalhadamente, o que permitiu o advento dos estudos gramaticais comparativos de Bopp, a prosa da experiência dos limites de Kafka, etc. Com essas análises, Foucault defende que é possível atingir o substrato do conhecimento do fim do século XIX e, simultaneamente, identificar qual a posição exata da linguagem naquele espaço epistemológico.

“Não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer; o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistémê* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade (...). Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia”.”²

É evidente que a arqueologia não é simplesmente uma história das ideias, mas, sim, uma análise das determinações sedimentadas no passado que fizeram com que certas áreas do conhecimento aparecessem e, após um tempo, sumissem.

Finalmente, baseando-se na noção de *epistémê*, podemos examinar o que era a representação e qual sua relação com o conhecimento do período clássico.

²Idem, p. XVIII e XIX.

2. Representação na *epistémê* clássica

Representar, do começo do século XVII até o fim do XVIII, é, em poucas palavras, pensar. Um dos fundamentos principais do classicismo era, portanto, que conhecemos o mundo porque nós possuímos ideias que o representam. De certo modo, apreendemos o real devido às nossas ideias representativas ou, em termos cartesianos, por causa da realidade objetiva das mesmas. Um exemplo claro desse tipo de conhecimento pode ser encontrado na planta do arquiteto. Para construir uma casa ou um prédio, deve-se esquematizar suas dimensões, que incluem o número de dormitórios, andares, a área de cada cômodo e sua disposição à medida que se desenha a obra no papel. As medidas e propriedades essenciais da construção concluída já estão dadas no projeto. Fundamentalmente, as qualidades do layout não importam (a cor, aspereza ou flexibilidade do papel); o que é crucial é a estrutura da representação, que, para proporcionar conhecimento, necessita espelhar o esquema do que está sendo representado. Na planta, todos os aspectos e relações estruturais são transmitidos representativamente da mesma maneira que o intelecto inspeciona suas ideias e retira o que reflete a *arquitetura* da realidade. Chega-se, portanto, à conclusão que reproduzir as características elementares do edifício é conhecer o mesmo. Esta é precisamente a relação que a representação tem com o conhecimento no classicismo: ter uma ideia que duplica a estrutura do objeto é conhecer.

“É característico que o exemplo primeiro de um signo que dá a *Lógica de Port-Royal* não seja nem a palavra, nem o grito, nem o símbolo, mas a representação espacial e gráfica – o desenho: mapa ou quadro. É que, com efeito, o quadro só tem por conteúdo o que ele representa e, no entanto, esse conteúdo só aparece representado por uma representação. (...) Uma ideia pode ser signo de outra não somente porque entre elas pode estabelecer-se um liame de representação, mas porque essa representação pode sempre se representar no interior da ideia que representa.”³

Há algumas consequências dessa conexão direta entre representação e conhecimento. A primeira concerne a efetividade e adequação da representação: a ideia realmente representa um objeto?; e, se sim, representa-o adequadamente? Obviamente,

³ Idem, p. 89.

não é possível comparar imediatamente a ideia com o objeto independentemente de como este surge na representação. Do século XVII ao XVIII, o único modo de conhecer alguma coisa é representando-a e não há nenhum jeito de conceber um objeto contornando ou se desviando desse processo. Então, a certeza de que a ideia representa a realidade tem de ser fornecida pela própria ideia: ela tem de representar a noção de que está representando algo.

“Em seu ser simples de ideia ou de imagem ou de percepção, associada ou substituída a uma outra, o elemento significante não é signo. Ele só se torna signo sob a condição de manifestar, além do mais, a relação que o liga àquilo que significa. É preciso que ele represente, mas que essa representação, por sua vez, se ache representada nele.”

4

Enfim, a ideia deve representar a própria representabilidade; não há outro modo de abordar este conceito, visto que não há nada *fora* da representação para fundamentá-la ou justificá-la. Portanto, uma representação sempre representa a relação representativa (ideia, objeto e sua ligação). Um pensamento, mapa, pintura ou palavra sempre irá conter em si o ideante, o ideado e o seu espelhamento. Entretanto, curiosamente esses três termos não formam uma relação ternária, mas constituem uma binariedade que garante a adequação dentro da dualidade sujeito/objeto. Pois, um mapa representa um território específico e simultaneamente representa o fato de o estar representando. A representação dessa relação representativa é contida no mapa transparentemente, graças à própria qualidade diáfana da representabilidade.⁵

Uma forma de explicar e justificar essa binariedade na filosofia dos séculos XVII e XVIII aparece nas postulações de classes secundárias de ideias que confirmem a correspondência entre sujeito e objeto. Um modelo disso é o argumento da ‘clareza e distinção’ de Descartes, que ratifica a representabilidade do pensamento, ou seja, valida sua adequação aos objetos. Se uma ideia for clara e distinta, representa-se coerentemente a realidade; se ela não for acompanhada por clareza e distinção, a representação é falha e se constata sua inadequação.

⁴Idem, p. 88.

⁵ Com isso, entende-se o quadro de Velásquez, *Las meninas*, que figura tanto as coisas da sala quanto aquele quem possibilita sua figuração. Nesse sentido, a epistémê clássica girará em torno da noção de que toda representação leva necessariamente ao conhecimento porque ela já inclui dentro de si a ideia que a organiza, assim como o objeto que se deixa ordenar através de sua relação direta

A segunda consequência da associação entre representação e conhecimento é que a ideia representativa tem que ser imaterial e atemporal. Isso é necessário por causa da natureza puramente representativa do conhecimento, que não pode conceder nenhum princípio externo à representação; ou, em outras palavras, a representação não pode ser fundada em um espaço epistemológico que está fora da sua área de operação. A linguagem, como um veículo histórico e material, não pode ter função nenhuma na constituição do conhecimento em si e é limitada apenas à expressão das ideias. Um sujeito transcendental, logicamente anterior e causa das condições da representação em geral, também é inconcebível nessa epistémê. A representação, por não poder ser instaurada por nenhum âmbito exterior a ela (linguagem, história, mente, corpo, etc.), consequentemente não tem influência nenhuma nas relações causais da realidade e é incorpórea e indiferente às forças históricas e concretas. Por conseguinte, ela é um elemento imutável e transparente, capaz de duplicar a realidade com fluidez.

É importante notar que a linguagem, que era tida como histórica, representava representações. Logo, diferentes línguas poderiam ter uma capacidade mais alta de representar, dado seu nível de desenvolvimento, mas isto não afetava o *conteúdo* das representações.

“Trata-se de uma identidade global e de natureza: a proposição é uma representação; articula-se segundo os mesmos modos que ela; mas compete-lhe poder articular, de uma forma ou de outra, a representação que ela transforma em discurso. Ela é, em si mesma, uma representação que articula outra, com uma possibilidade de desnível que constitui ao mesmo tempo a liberdade do discurso e a diferença das línguas.”⁶

Foucault elucida que é o papel da linguagem expressar com cada vez mais clareza os componentes inalteráveis da representação.⁷ A língua perfeita seria aquela que analisaria (decomporia) e sintetizaria (comporia) os elementos da representação e suas relações com absoluta flexibilidade e que expressaria todas as possíveis proposições com transparência. Se a linguagem pode representar todos os componentes da representação e controlar todas as

⁶ Idem, p 138.

⁷ Achamos necessário comentar que a representação pode mudar, mas sempre muda por causas internas. Suas modificações se baseiam nas mudanças que um sentimento pode experimentar ou uma ideia pode sofrer através da observação atenta de seu conteúdo. As representações nunca são determinadas por fatores externos, como a história ou o corpo humano.

suas possíveis combinações, então qualquer representação da realidade pode ser articulada e enunciada: tudo no mundo poderá ser conhecido.

2. 1. O papel da linguagem na idade clássica

Como foi visto acima, o conhecimento na idade clássica se dá através da representação. Uma ideia, tendo a mesma configuração que seu ideado, necessariamente o representa e, por conseguinte, o conhece. Porém, qual exatamente é a função da linguagem nessa estrutura epistemológica? Foucault afirma que o papel principal da linguagem clássica é representar uma representação. Em outras palavras, as proposições têm que apresentar o conteúdo de uma ideia, que no classicismo era fundamentalmente imagético ou diagramático. As principais consequências desta função representativa da linguagem são duas.

A primeira é que as proposições são obrigadas a representar figuras de uma forma que difere da natureza gráfica destas, isto é, a linguagem terá que representar ideias de modo sucessivo: enquanto representações mentais são essencialmente figurativas, as frases são representações sequenciais, formando-se pouco a pouco, palavra por palavra. As primeiras surgem simultaneamente, num todo unificado; as segundas nos vêm decompostas, em uma série de elementos. Ao imaginar uma parede azul, a ‘parede’ e o ‘azul’ são dados de forma simultânea, na mesma representação: o ‘azul’ está dentro e assim faz parte da imagem mental da ‘parede’, produzindo uma totalidade imediatamente apreensível. Entretanto, no momento em que se escreve esta representação, ou seja, quando se usa a linguagem para representar uma ideia é necessário repartir seus componentes. Assim, a palavra ‘azul’ terá que vir antes ou depois que ‘parede’ na oração.⁸

Para Foucault, esse modo de funcionamento da linguagem clássica é importante porque será ele que disporá o conhecimento num ‘quadro’. É a capacidade da linguagem de sucessivamente compor e decompor representações que permitirá colocar o que se conhece em contraste, comparando os objetos do conhecimento e categorizando-os de acordo com suas semelhanças e diferenças. Quanto mais transparente uma linguagem for para os componentes das representações, tanto mais precisa será a comparação entre os objetos do mundo. Como foi mencionado acima, para o classicismo uma língua perfeita é aquela que combina e separa todos os elementos possíveis da representação com fluidez

⁸ Cf. Idem, pp. 113-114.

e clareza absoluta; pois, como o conhecimento é a capacidade de representar, o poder de analisar e sintetizar qualquer fato da realidade é consequentemente a possibilidade de conhecer tudo o que se encerra no mundo.

Na história natural, esse processo de comparação é crucial para a determinação da *estrutura* dos animais e das plantas (suas características cardeais) e, posteriormente, para a formulação de seu *caráter* (o nome particular que os classifica ao mesmo tempo em que os define).⁹ A linguagem tem a função de selecionar do visível o que é relevante e eficiente no que concerne à categorização dos seres. Desse modo, quanto melhor ela conseguir associar e separar os componentes da representação, tanto melhor poderá indicar as identidades e diferenças zoológicas e botânicas, descrevendo as criaturas (delineamento da *estrutura*) e estabelecendo suas características intrínsecas (denominação do *caráter*). Portanto, a linguagem precisa designar as espécies, gêneros, classes, etc., com exatidão para inseri-los adequadamente num diagrama completo e ordenado. Observa-se então que a definição da estrutura de um ser é que permitirá sua posição na taxinomia e que, assim, a ciência depende da transparência e neutralidade da linguagem para organizar e conhecer a natureza.

“Pela estrutura, aquilo que a representação fornece confusamente e na forma da simultaneidade acha-se assim analisado e oferecido ao desdobramento linear da linguagem. Com efeito, a descrição está para o objeto que se olha como a proposição está para a representação que ela exprime: constitui sua colocação em série, elementos após elementos.”¹⁰

Isso pode ser visto na botânica, por exemplo, quando se estuda os órgãos reprodutivos das plantas. É necessário verificar a presença do pistilo e dos estames, contando-os caso forem confirmados; identificar o formato que eles assumem; determinar a forma geométrica de acordo com a qual estão dispostos na flor; e, por último, aferir a magnitude do órgão em contraste com todos os outros. Deparamo-nos com quatro

⁹ “Limitando e filtrando o visível, a estrutura lhe permite transcrever-se na linguagem. Por ela, a visibilidade do animal ou planta passa por inteiro para o discurso que a recolhe.” Idem, p. 185. “Toda diferença que não recair sobre um desses elementos [privilegiados] será reputada indiferente. (...) Do mesmo modo, toda identidade que não for aquela de um desses elementos não terá valor para a definição do caráter. Em contrapartida, quando, em dois indivíduos, esses elementos são semelhantes, eles recebem uma denominação comum. A estrutura escolhida para ser o lugar das identidades e das diferenças pertinentes é o que se denomina *caráter*.” Idem, pp.192-193.

¹⁰ Idem, pp. 186-187.

variáveis descritivas que podem delinear completamente uma criatura: a) o número dos elementos; b) seu formato; c) sua disposição espacial e posição relativa; d) o tamanho dos elementos, comparando-os entre si. Para Foucault, essas quatro determinações são teoricamente exaustivas, ou seja, elas podem providenciar todo conhecimento necessário de um ser representável e *primordialmente visível*.¹¹ As variáveis podem se referir a todos os segmentos da planta (caules, folhas, flores, frutos e raízes) e, dessa maneira, explicitar todas suas partes com nitidez e eficácia. Se a linguagem não estiver obscurecida por derivações extremas e mantiver o poder de repartir e unir as unidades da representação, então a aplicação dessas variáveis será fácil e prolífica. Enfim, pode-se constatar que o objetivo do classicismo era se apoderar de uma linguagem límpida e flexível o bastante para dar conta das exigências da categorização – o paradigma científico da era clássica.

“Porém, se todos os nomes fossem exatos, se a análise em que repousam fosse perfeitamente refletida, se a língua fosse “bem-feita”, não haveria nenhuma dificuldade para pronunciar juízos verdadeiros, e o erro, no caso em que ocorresse, seria tão fácil desvendar e tão evidente quanto num cálculo algébrico. Mas a imperfeição da análise e todos os desvios da derivação impuseram nomes a análises, a abstrações ou a combinações ilegítimas.”¹²

A meta, portanto, do classicismo é ultrapassar essa linguagem bruta e não lapidada pela observação do conteúdo das representações. Com uma língua errônea, que dá nomes a noções descoladas dos objetos, ou que designam recortes incoerentes da realidade, fica difícil ordenar adequadamente o mundo de modo a classificá-lo. Pois, a língua do dia-a-dia é uma ciência crua, ainda deformada; e a ciência é uma linguagem dissecada, moldada pela análise do real e do fictício. Dessa forma, pode-se ver porque a era clássica constituiu uma linguagem transparente e sempre buscou maneiras de tornar as palavras e proposições mais distintas e diáfanas. Como era imperativo categorizar as coisas do mundo, dispor-se de uma língua cristalina e precisa era essencial, uma vez que o importante era indicar identidades e diferenças: criar uma *máthêsis*, uma ‘ciência universal da medida e da ordem’.¹³

¹¹ “[A]s representações visuais vão enfim oferecer à história natural o que constitui seu objeto próprio: aquilo mesmo que ela fará passar para essa língua bem-feita que ela pretende construir. Esse objeto é a extensão que pode ser afetada por quatro variáveis.” Idem, p. 184.

¹² Idem, pp. 164-165.

¹³ Idem, p. 78. Para uma explicação mais profunda da *máthêsis*, cf. pp. 68-80.

Sucintamente, a linguagem por ser sucessiva tem a capacidade de unir (sintetizar) e repartir (analisar) representações. Porque não dispõe da realidade de forma simultânea, como na ideia representante, ela tem um alto grau de controle ao construir e desconstruir proposições para indicar identidades e diferenças (*máthêsis*).

A segunda grande consequência da representatividade da linguagem é que esta por si só não existe. Por mais estranho que soe, pode-se afirmar que na idade clássica não há propriamente algo que podemos chamar de linguagem. Mas como isso pôde ocorrer? Ora, Foucault diz que a linguagem clássica se limitava a seu papel representativo e que esse era analítico e sintético; porém, ficou implícita a noção de que a linguagem é única e exclusivamente representativa, isto é, que fora representar uma representação ela não tem função nenhuma. O efeito disso é que se as palavras não estão se referindo a um objeto externo a elas sua existência é de certo modo anulada. Os termos, proposições, textos, etc., são apenas um acesso à realidade extralinguística, tendo ser somente na medida em que representam outra coisa. Portanto, não se pode falar de uma linguagem clássica em si mesma porque não havia nesse período a ideia de que as palavras tinham algum ser ou propriedade quando não estavam vinculadas a algum objeto. Prosa não tinha ser porque era apenas uma representação, substituindo elementos do mundo, mas nunca adquirindo uma realidade independente.¹⁴

Foucault define a linguagem clássica então como *discurso*. Sempre que a linguagem é analisada, nos séculos XVII e XVIII, ela é examinada no que concerne sua relação com o mundo. Apenas questões que tratam de sua relação com o real são importantes para o conhecimento no classicismo: em que medida os conceitos se adéquam aos objetos?; eles unem o que está separado ou repartem o que está ligado?; qual estrutura linguística é melhor, uma que usa preposições ou uma que emprega declinações?; uma ordenação proposicional rígida é mais eficiente que uma dinâmica, onde sujeitos podem aparecer tanto antes quanto depois de seus objetos?; quais figuras de linguagem são prejudiciais e quais são favoráveis à expressão?; qual a relação entre textos antigos, como a Bíblia, com o que querem e buscam representar? O que surge, enfim, com essa série de perguntas é a *crítica* entendida como análise da linguagem enquanto função plena, que

¹⁴ “Em última análise, poder-se-ia dizer que a linguagem clássica não existe. Mas que funciona: toda a sua existência assume lugar no seu papel representativo, a ele se limita com exatidão e acaba por nele esgotar-se. A linguagem não tem mais outro lugar senão a representação, nem outro valor em si mesma: nesse vão que ela tem poder de compor.” Idem, p. 109.

trabalha a língua de quatro formas diferentes. A crítica examinava a linguagem no nível das palavras, das proposições, da retórica e do discurso arcaico.¹⁵

Assim, o classicismo abordava a linguagem somente enquanto instrumento e a entendia apenas na transparência ou no ofuscamento de sua representabilidade: ela nunca pôde ter um ser próprio porque sempre estava *falando de algo*. As palavras e frases não tinham nenhuma espécie de interioridade linguística, pois estavam constantemente representando outros objetos que sobrepujavam, com sua realidade bruta e iminente, qualquer tentativa de se dobrar sobre si mesma. Desse modo, o texto não apresentava atravancamentos ou empecilhos enquanto língua, mas, ao contrário, colocava de imediato para o interlocutor aquilo ao qual remetia.

Porém, resta uma questão: como exatamente a linguagem conseguia ser uma representação da representação? Colocada de outra forma, de que maneira as proposições representavam desobstruidamente as representações? Está claro que Foucault defende que a linguagem clássica sempre está ligada diretamente àquilo que ela espelha e, assim, se desfaz de seu ser perante os objetos. Também fica compreensível que no classicismo não há propriamente problemas *linguísticos*, mas apenas dificuldades *objetivas*. Diferentemente dos problemas circunscritos à linguagem das filosofias do século XIX e XX, que lidam com as múltiplas interpretações de uma dada palavra, proposição e texto, ou que tentam determinar o poder da linguagem sobre a racionalidade e o mundo, as complicações encontradas e trabalhadas pela filosofia e ciência clássica lidam somente com a representação das coisas e nunca com a possibilidade ou impossibilidade da linguagem representá-las. Mas, como precisamente a linguagem fornecia uma representação da representação sem que ela fosse questionada pelo *direito in toto* de representar?

A resposta pode ser encontrada na própria relação entre a representação oferecida pela linguagem e a representação da realidade. Na idade clássica, havia uma certa continuidade inteiramente desimpedida entre as palavras e aquilo que elas nomeavam, o que, por sua vez, retirava da dualidade linguagem/mundo qualquer vacuidade epistemológica. É justamente pela falta de uma lacuna ou fenda entre o discurso e os objetos que se dá a imediatez e a associação direta entre a representação linguística e a realidade. Como não há um espaço entre as proposições e as coisas, elas se ligam espontaneamente. Esse continuum formado entre a linguagem e o mundo é uma

¹⁵ Cf. Idem, pp. 107-112

positividade constituída negativamente, pois, em última instância, é a inexistência de uma fissura epistêmica que a possibilita.

“O *continuum* da representação e do ser, uma ontologia definida negativamente como ausência do nada, uma representabilidade geral do ser e o ser manifestado pela presença da representação – tudo isso faz parte da configuração de conjunto da *epistémê* clássica. Poder-se-á reconhecer, nesse princípio do contínuo, o momento metafisicamente forte do pensamento nos séculos XVII e XVIII (o que permite à forma da proposição ter um sentido efetivo (...)). A ordenação da empiricidade se acha assim ligada à ontologia que caracteriza o pensamento clássico; este, com efeito, se acha desde logo no interior de uma ontologia, tornada transparente pelo fato de que o ser é dado sem ruptura à representação; e no interior de uma representação iluminada pelo fato de que ela libera o contínuo do ser.”¹⁶

Nessa passagem, Foucault está falando especificamente da relação entre o ser e sua representação. O princípio do contínuo possibilita que a coisa seja dada na e através da representação e que, inversamente, a representação seja confirmada pela existência da coisa. Devido à noção de que a realidade é inerentemente representável, os objetos e as representações comprovam-se reciprocamente, um atestando a validade da condição do outro. Em poucas palavras, as coisas *são* porque as representamos, e, ao contrário, as representamos porque *são*.

O princípio do contínuo é fechado e pleno, não dando espaço para cissuras e permitindo uma ontologia patente e, de certo modo, abrupta. A partir desse continuum, a linguagem clássica pode agora ser definida com mais clareza. Como ela é uma representação da representação, é possível concluir que ela entra na continuidade representação/ser facilmente como um terceiro termo. O ser valida a representação que, por sua vez, aprova ou não a representação dada pela linguagem. E, sem dúvida, o oposto pode ser asseverado: a representação linguística define a veracidade da representação que, em seguida, revela o que é a realidade.

A linguagem clássica, então, finalmente pode ser entendida por inteiro. Ela é transparente aos objetos, não tem interioridade linguística (ser) e corresponde adequadamente àquilo que espelha porque a representação – da qual ela é apenas outra

¹⁶ Idem, p. 285.

representação – está intrinsecamente ligada à realidade e não pode ser dissociada por nenhum elemento externo a essa relação (justamente porque nesse período não há nada *fora* da representação). As palavras, portanto, sempre eram espontânea e imediatamente remetidas ao mundo, perdendo nesse processo qualquer propriedade externa à representação e se tornando completamente límpidas. Como Foucault mesmo disse, ‘a linguagem clássica não existe’, ela apenas ‘funciona’.

Antes de passar para o próximo subcapítulo, é necessário apontar uma consequência sutil, mas importante, da linguagem na idade clássica. Dado que o discurso apenas ‘funciona’ e é limitado à representação, não há ainda a noção de uma representabilidade fundamentada no e pelo sujeito. O que ocorre é que a representação não é emoldurada pelo sujeito individual ou uma perspectiva particular. Dessa forma, é como se a representação fosse *compartilhada* e *geral*, ganhando objetividade pela experiência idêntica fornecida a todos os indivíduos.¹⁷ A representação moldada pelo sujeito (como acontece com o sujeito kantiano, por exemplo) que é ubíquo na modernidade, não pode surgir na epistémê clássica; pois, a relação entre linguagem, pensamento e realidade não abre *lacunas* para que se produza um sujeito fundante. Para tal, seria necessário um vazio, um espaço vazio entre essa associação (linguagem/reflexão/mundo) que permitisse a elaboração de algo *além* da representação. Essa interdição clássica é crucial, visto que é somente após o surgimento de uma ruptura nessa estrutura epistemológica que aparecerá um sujeito *externo* à representabilidade em geral. Kant, com o sujeito transcendental, abrirá um *espaço* exterior à representação e fará com que a epistémê clássica desmorone.¹⁸

2.2. A crítica e a imediatez do conhecimento clássico

A crítica é um fenômeno teórico que vem à tona no classicismo. Como foi mencionado acima, ela analisa a linguagem enquanto pura função, indagando como ocorrem suas representações no nível das palavras, frases, figuras retóricas e textos

¹⁷ Simon During, em *Foucault and Literature: Towards a Genealogy of Writing*, diz o seguinte sobre essa representação não-emoldurada pelo sujeito: “É como se o “mundo enquanto ideia” – o mundo enquanto *natrurezza* – fosse o mundo que Deus vê.” Cf. Idem, p. 106. A representação compartilhada e universal chega a ser, às vezes, literalmente garantida por Deus no classicismo. Basta lembrarmos a prova ontológica na 3ª Meditação de Descartes.

¹⁸ Com a queda da representação clássica, a linguagem deixará de ser transparente e nítida e se obscurecerá, debruçando-se sobre si mesma. Mallarmé pode começar a ser antecipado aqui, já que ele é o literato que empreenderá a tarefa de “desrepresentabilizar” a linguagem.

antigos. O que é importante nas investigações críticas é determinar os delineamentos do mundo realizados pela linguagem e definir se são adequados ou não. Sempre está em questão a operabilidade da língua, nunca sua capacidade de representar a realidade. Um exemplo disso é como se abordava a palavra ‘infinito’. Por definição, a palavra ‘infinito’ é negativa e designa aquilo que não tem fim ou que nunca se conclui. Na própria estrutura lexical há um prefixo negativo ‘in-’ que indica o cancelamento ou a anulação do conceito seguinte, que no caso é o de finitude. Entretanto, ao examinar a ideia de infinitude, o que ocorre é a afirmação da positividade da noção. Na realidade, o infinito não é a negação daquilo que termina – o finito –, mas a consumação e, em última instância, a fonte fundamental de todo ser finito. Conclui-se que o infinito tem mais ser e conteúdo representativo do que o finito, pois seu conceito absoluto precede a ideia do parcial e limitado. Precisamos antes ter a noção do *todo* para, em seguida, conseguirmos entender a *parte*. Por fim, o que fica nítido é que a palavra ‘infinito’ é um tanto inadequada para explicitar seu objeto. À primeira vista, temos uma representação negativa, dada pelo ‘in-’, que seria a falta de término. Porém, depois de uma análise mais detida, percebemos que somente a palavra é negativa, não seu referente e seu conceito. Portanto, há uma incoerência gerada pela formação accidental da linguagem que a filosofia precisa consertar. Por questões etimológicas, viemos a usar a palavra negativa ‘infinito’ para designar o que há de mais positivo ontologicamente. É necessário contrastar a representação produzida pelo lexema ‘infinito’ com a representação do real. Se a representação linguística corresponder à representação do objeto, a palavra é adequada; se a representação dada pela linguagem não espelhar coerentemente seu correlato no mundo, ela é equivocada e precisa de uma investigação crítica. Esse tipo de intervenção, de acordo com Foucault, tem um papel central na filosofia clássica. Como no caso do termo ‘infinito’, é a função da filosofia denunciar as deformações conceituais promovidas pela linguagem. Muitos poderiam entender a infinitude negativamente em relação ao finito se considerassem a língua uma representação fiel do mundo. No entanto, a crítica examina a linguagem para mostrar se esta está de pleno acordo com aquilo que propõe representar. O termo ‘infinito’ não representa distintamente seu objeto, que é absolutamente positivo, pois possui um prefixo de negação: a palavra ‘finito’ – que é negativa – é que devia ter um prefixo de anulação.

Pode-se entender o que Foucault quer dizer quando afirma que os estudos da linguagem no período clássico são críticos. Visto que a língua na época é trabalhada a partir de sua representabilidade, as palavras e proposições são examinadas no que

concerne sua adequação à representação do mundo. É nesse sentido que a linguagem clássica apenas ‘funciona’: não há dúvidas relativas ao seu estatuto ou direito de representar, pois já está dado que ela *pode* espelhar a realidade. A questão principal do classicismo é *como* ela representa e se seus termos correspondem apropriadamente aos objetos designados. Isso ocorre porque o pensamento dos séculos XVII e XVIII se encontra desde sempre já *dentro* do funcionamento da linguagem ao ponto de se enredar e se confundir com ele: não há estritamente uma diferença entre refletir e falar. As palavras e as representações são tão fundidas que no momento em que se começa a comunicar já se está conhecendo e organizando a realidade¹⁹. A linguagem nunca é questionada em relação a sua possibilidade de representar justamente porque no instante em que ela se apresenta surge simultaneamente o conhecimento, justificando sua aptidão e propósito epistemológicos. A crítica, enfim, é o resultado da incapacidade de *sair* e apreender a linguagem antes de ela se tornar conhecimento. Ela é o produto teórico de um período em que as palavras apenas funcionam, sendo o exame da única coisa reconhecida como importante cognoscitivamente na linguagem: sua atividade.

Quando a representação deixar de ser a forma epistemológica fundamental, a epistémê clássica implodirá e emergirá uma nova configuração arqueológica – a moderna. A linguagem deixará de ter uma ligação direta com o conhecimento e não terá mais nenhum privilégio cognitivo; muito pelo contrário, ela se transfigurará e será colocada ao lado de todos os outros objetos de conhecimento, como mais uma coisa a ser estudada. No séc. XIX, ao ser tratada como artefato histórico, ela será tema da filologia; e, ao ser situada como palavra material, será objeto da literatura. O pensamento moderno passará a desconfiar profundamente dos conteúdos instantaneamente apreensíveis da linguagem, e vasculhará o que há enterrado *por baixo* do discurso, aquilo que está escondido *sob* as palavras, na história agora esquecida e nas propriedades ocultas de sua nova espessura. Filósofos da linguagem, como Nietzsche, investigarão o que está historicamente acumulado e omitido nas palavras, resgatando seus significados atualmente encobertos e

¹⁹ Aqui se pode estabelecer uma conexão com a afirmação de Foucault acima (cf. cit. 9, pp. 22 e 23) acerca da continuidade entre linguagem coloquial e científica, isto é, que é necessário somente filtrar a fala cotidiana de suas impurezas e distorções para atingir uma linguagem precisa e adequada. Assim, como falar e pensar são de certo modo intercambiáveis (linguagem e representação), falar erroneamente se reduz a pensar de forma incoerente, e vice-versa. Portanto, vemos que a crítica é indispensável para a constituição de uma linguagem científica, pois é seu papel destilá-la, retirando suas deturpações e inconsistências. À medida que ela investiga e conserta os termos, a linguagem se aprimora e se torna mais objetiva ao mesmo tempo que o pensamento se esclarece e se define.

olvidados. Escritores, como Mallarmé, encontrarão no texto desnudado as qualidades próprias e tênues dos signos, abordando as palavras a partir de sua concretude.²⁰

Voltando à reflexão clássica, podemos então dizer que a crítica é a consequência epistêmica da linguagem representacional, que tem como característica central sempre se referir direta e desimpedidamente à outra representação, impossibilitando qualquer dobramento sobre si e se reduzindo ao puro espelhamento. Diferentemente do comentário, que no renascimento tinha como objetivo extrair o conhecimento oculto de outros textos, a crítica pondera a adequação da linguagem através das representações que ela espontaneamente fornece ao sujeito. O comentário, forma de análise que predominou na renascença, é uma segunda linguagem paralela à impenetrabilidade do texto, iluminando e escavando certos aspectos de sua prosa densa, mas nunca esgotando-a. O texto, nessa época, oferece um fundo inexaurível de conteúdo que só pode ser parcialmente abarcado e compreendido. As palavras, portanto, retêm sempre algo de velado e secreto, o que explica sua inacessibilidade inerente. Já a crítica não lida com um texto desde logo considerado hermético, e sim com um discurso aberto e límpido que tem como alvo a comunicação integral. Assim, ela não é um escrito secundário que teria como função clarear determinadas partes do texto, mas um exame completo do que as proposições representam e sua relação com os signos em geral. Ou seja, a crítica adentra o texto absolutamente e averigua se sua linguagem se conforma àquilo que busca significar. No comentário, há um texto suplementar porque a prosa primeira é fundamentalmente inatingível e, em última instância, incompreensível; na crítica, há uma 'análise' porque o discurso é essencialmente transparente e não consegue deixar de revelar seu correlato no mundo. Verifica-se que a intertextualidade, que no renascimento se chama comentário, torna-se ou a análise da representabilidade da linguagem (signo verbal) ou o discurso sobre o significado do texto (signo mental), pois este não poderia ter como referência palavras dissociadas daquilo que indicam.

²⁰ Concernente a isso, em *Foucault: a filosofia e a literatura*, Roberto Machado afirma: “No momento em que a linguagem escapa da representação clássica e é tematizada como significação na modernidade, a palavra literária se desenvolve, se desdobra, se reduplica a partir de si própria, não como interiorização, psicologização, mas como exteriorização (...). Nietzsche, o primeiro a aproximar a tarefa filosófica de uma reflexão sobre a linguagem; Mallarmé, empenhado em encerrar o discurso na espessura da própria palavra.” Cf. Idem, p. 115.

“Ora, quando esse discurso se torna, por sua vez, objeto de linguagem, não é interrogado como se dissesse alguma coisa sem o dizer, como se fosse uma linguagem retida em si mesma e uma palavra fechada; não se busca mais desvelar o grande propósito enigmático que está oculto sob seus signos; pergunta-se-lhe como ele funciona: que representações ele designa, que elementos recorta e recolhe, como analisa e compõe, que jogo de substituições lhe permite assegurar seu papel de representação. O *comentário* cedeu lugar à *crítica*.”²¹

A crítica só pode falar da representabilidade (signo) ou da representação (significado) da linguagem. Ela não consegue, dada a epistémê clássica, falar da linguagem em si mesma ou anteriormente à significação. Já o comentário faz justamente isso: ele aborda os textos como artefatos elusivos, que nunca serão inteiramente apreendidos. É por isso que o trabalho do comentador renascentista é infinito. O texto original, por não ser totalmente acessível cognitivamente, precisa de outro texto que o esclareça, tratando sua linguagem como um objeto a ser decifrado. Porém, no momento em que se conclui o comentário, o pesquisador vê-se não apenas com um texto misterioso e outro elucidativo; mas, de fato, ele se encontra portando dois textos obscuros, pois seu comentário também se torna um fato material linguístico, uma *coisa* que exige ser interpretada. Dessa forma, faz-se necessário um comentário do comentário, e assim por diante, *ad infinitum*, visto que após realizada qualquer produção textual renascentista está fadada a se *coisificar*, isto é, tornar-se uma linguagem ainda sem significação.²²

2.3. Sobre a gramática geral

Enfim, podemos estabelecer precisamente o lugar e a função daquilo que se chamava no classicismo *gramática geral*. Brevemente, é ela que relaciona o conhecimento com a linguagem, tornando as palavras e proposições objeto de reflexão da razão nos séculos XVII e XVIII. A gramática geral, enquanto domínio de conhecimento, é responsável por examinar o 'discurso' e descobrir em que medida as línguas estão aptas para explicitarem a objetividade e neutralidade das ciências e da filosofia. Os textos

²¹ *As Palavras e as Coisas*, pp. 109-110.

²² “Talvez pela primeira vez na cultura ocidental descobre-se essa dimensão absolutamente aberta de uma linguagem que não pode mais se deter porque, jamais encerrada numa palavra definitiva, só enunciará sua verdade num discurso futuro, inteiramente consagrado a dizer o que irá dizer; mas esse próprio discurso não tem o poder de se deter sobre si e encerra aquilo que diz como uma promessa legada ainda a um outro discurso... A tarefa do comentário, por definição, não pode jamais ser completada.” Idem, p. 56.

estudados por ela terão que revelar os defeitos representacionais inerentes aos termos e conceitos empregados, configurando e viabilizando a ligação entre linguagem e a representação em geral.

“Aí reside o que é próprio da linguagem, o que a distingue, a um tempo, da representação (de que, no entanto e por sua vez, ela não é senão a representação) e dos signos (aos quais pertence sem outro privilégio singular). Ela não se opõe ao pensamento como o exterior ao interior, ou a expressão à reflexão; não se opõe aos outros signos – gestos, pantomimas, versões, pinturas, emblemas – como o arbitrário ou o coletivo ao natural e ao singular. Opõe-se, porém, a tudo isso, como o sucessivo ao contemporâneo. (...) É nesse sentido estrito que a linguagem é *análise* do pensamento: não simples repartição, mas instauração profunda da ordem no espaço.

É aí que se situa esse domínio epistemológico novo que a idade clássica chamou de “gramática geral”.²³

A gramática geral²⁴ é a dissecação do pensamento baseado na diferença fundamental, encontrada no classicismo, entre a linguagem e os outros signos (ideias, sensações, etc.): a sucessão e a simultaneidade. Como foi visto acima (p. 20), as frases e textos dispõem em sequência o que o intelecto absorve imediata e conjuntamente. É justamente por isso que a linguagem tem o poder de analisar o pensamento, pois, ela o recorta e o ordena com rigor, impondo uma continuidade gráfica que desemaranha e desfaz a bruteza e indivisibilidade da representação mental. As palavras analisam o pensamento por causa de sua espacialidade, porque elas têm de necessariamente seguir umas às outras numa linha. Desse modo, a análise empreendida pela gramática geral provém da natureza espacial da linguagem, de sua capacidade de distribuir e organizar o que vem de forma simultânea e embaralhada nas ideias.

Assim, pode-se concluir que a *crítica* é um certo tipo de relação que a linguagem tem consigo própria, e a *gramática geral* é a consequência epistemológica dessa nova abordagem linguística. A crítica se estabelece quando a linguagem se considera apenas

²³ Idem, p. 114.

²⁴ O termo *gramática geral* provém da *Gramática geral e razoada ou Gramática de Port-Royal* (1660) de A. Arnauld e C. Lancelot. Todavia, a partir da segunda metade do século XVIII, a França viu uma série de obras destinadas a fazer da gramática uma ciência que pudesse racionalmente converter em discurso a estrutura do pensamento em geral. Entre os autores desse período estão N. Bauzée, A. Court de Gébelin, U. Domergue, A. Sicard, D. Thiébauld e A. Destutt de Tracy.

função e se explica através de noções puramente operacionais: ela lida sempre com noções como correspondência, precisão, verdade e valor expressivo. Ela é o autoexame da linguagem vista apenas como representativa. Já a gramática geral é uma esfera de conhecimento específica que trata da conexão entre a sucessividade da linguagem e a simultaneidade das ideias. Esse novo campo epistemológico, de fato, é o efeito teórico da crítica e da transparência discursiva: a gramática geral, enquanto investigação do ordenamento linguístico do simultâneo, somente surge porque as palavras têm uma relação *crítica* consigo mesmas. Dito de outra maneira, a linguagem clássica consegue - por causa da diafaneidade funcional proporcionada pela crítica - revelar as junções e separações representacionais que constantemente opera, desvelando por fim a própria natureza sequencial do discurso.

A gramática geral é, portanto, um campo epistemológico que emerge por causa da relação crítica que a linguagem estabelece consigo mesma no classicismo. Ela considera a linguagem uma representação já desconstruída e rearticulada ao mesmo tempo em que vê no discurso uma das formas mais rudimentares de reflexão. As línguas frequentemente exibem o pensamento em seu estado mais primitivo, pois elas são uma decomposição e ordenação crua e não trabalhada da realidade. Dessa maneira, a linguagem é o lugar onde a representação pode se ligar à reflexão. Sendo desde logo uma análise do mundo, o discurso é tanto uma lógica não cultivada para o intelecto quanto a mais básica repartição e distribuição das representações. É nesse sentido que a linguagem é uma ciência incipiente e grosseira: ela é uma análise precoce da realidade que precisa ser guiada e desenvolvida pelo conhecimento. Ela é uma representação pobremente analisada do mundo, que tem o poder de se aperfeiçoar e explicar a realidade corretamente.

“Conforme o ponto de vista que a consideramos, [a linguagem] é tanto uma representação já analisada, quanto uma reflexão em estado selvagem. Na verdade, é o liame concreto entre a representação e a reflexão. Não é tanto o instrumento de comunicação dos homens entre si, como o caminho pelo qual, necessariamente, a representação comunica com a reflexão.”²⁵

²⁵ Idem, p. 115.

Para Foucault, a linguagem é a primeira quebra com a subitaneidade do real, pois, quando se apresenta ela já é uma análise e, portanto, uma *digestão*, um modo de moldar o mundo. Contudo, o pensamento pode refletir sobre o real e sua decomposição discursiva, impondo uma ordem mais adequada que aquela oferecida prematuramente pela linguagem. É esse o objetivo principal da gramática geral: retirar as impurezas analíticas da língua através de uma crítica voltada para seus recortes representacionais.

Foucault, após apresentar a gramática geral, expõe quatro consequências dessa esfera do conhecimento específica do classicismo.

A primeira consequência é a divisão dos estudos sobre a linguagem em duas classes distintas. Uma é a Retórica, que investiga como as representações reais ou mentais se espacializam na linguagem. Seu objeto de estudo é o tropo ou a figura de linguagem, pois ela vê o discurso fundamentalmente como uma representação de uma representação do mundo, isto é, como uma imagem inevitavelmente imprecisa da realidade. As palavras são consideradas retóricas porque são reproduções gráficas de objetos exteriores a elas, sendo sempre, em essência, *figurativas* ou metafóricas.

A outra forma de investigação linguística é a Gramática. Ela irá examinar como a espacialidade da linguagem é concatenada e organizada. Tentará esclarecer como a análise da representação é distribuída numa sequência de palavras. Assim, a Gramática mostrará como cada língua particular ordena a realidade na sucessão discursiva, articulando os vocábulos fornecidos pela Retórica. Dessa maneira, ela estudará efetivamente como a espacialidade linguística se arranja no tempo. Visto que o discurso é sucessivo, a Gramática irá explicar como uma série de palavras se estrutura na temporalidade. Avaliar-se-á, por exemplo, quais termos da oração tem precedência (proposicional e temporal), ou seja, qual deve vir no começo da frase: o sujeito, verbo ou objeto? Estabelecer-se-á qual é a prioridade das classes gramaticais, isto é, quem deve vir antes: o substantivo ou o adjetivo? O advérbio ou o verbo? É melhor que uma língua tenha uma estrutura frasal fixa ou flexível? O uso de declinações é melhor para determinar as funções sintáticas que a posição oracional? – E assim por diante.

Sucintamente, a Retórica estudará como a representação se espacializa na linguagem e qual a melhor forma de verbalizar o extralinguístico; e a Gramática examinará como essa espacialização se articula e distribui seus elementos representativos na temporalidade, buscando duplicar a ordem dos objetos na ordenação proposicional.

A segunda consequência é o aparecimento da Língua universal e do Discurso universal (Ideologia). A primeira é a elaboração de uma língua que possa aplicar signos a todos os elementos e relações possíveis da representação. Ela seria a língua que poderia exprimir todos os conteúdos internos a uma representação e todas as ordens pelas quais eles se estruturariam. Assim, ela é universal justamente porque consegue representar toda representação *pensável*.

O Discurso universal, ou Ideologia, é o fio único e exaustivo que percorre todas as representações, partindo das mais simples e atingindo as análises mais refinadas e as sínteses mais intrincadas. Foucault diz que ele é o ‘denominador comum’²⁶ que perpassa todos os ramos do conhecimento e, por consequência, os une e revela sua concatenação epistemológica. A Ideologia tem, portanto, de começar na representação mais simples e apreensível, considerando-a o solo comum e a fonte de todas as outras representações derivadas e mais complicadas (essas que seriam apenas produtos e combinações dessa representação fundamental). Com efeito, o discurso universal supõe que toda esfera de conhecimento é representável e suscetível a uma categorização baseada na complexidade de suas representações: a única coisa necessária para concretizar a Ideologia é realmente expor esse encadeamento subterrâneo entre as ciências.

A linguagem, dessa forma, se torna universal, pois é capaz em tese de representar o mundo inteiro; e o mundo, conseqüentemente, se apresenta como o conjunto de todas as representações. Para o pesquisador, todas as representações possíveis, quando conectadas pela Ideologia, irão se transformar no projeto da Enciclopédia: o livro que contém o conhecimento universal. O Discurso universal possibilita a ideia de que todas as ciências podem ser encadeadas e apresentadas unificadamente, mostrando a totalidade do representável (o mundo).

É interessante salientar que, como a linguagem é apenas uma função representativa no classicismo, a representação, enquanto princípio epistemológico, somente tem acesso ao universal através da linguagem. Isto se dá porque a melhor maneira de representar a simultaneidade 'fundamental' do real era a linguística, já que as palavras haviam se tornado tão transparentes e, assim, eficientes no que concerne o ordenamento da representação. Com a Língua universal, criou-se a meta de expressar toda representação possível e mapear, por assim dizer, todas as línguas do mundo, pois suas ordens internas já estariam contidas nessa linguagem absoluta.

²⁶ Idem, p. 117.

“Qualquer que tenha sido o caráter parcial de todos esses projetos [a Enciclopédia e suas formas intermediárias de universalidade composta e limitada], quaisquer que tenham sido as circunstâncias empíricas de seu empreendimento, o fundamento de sua possibilidade na *epistémê* clássica está em que, se o ser da linguagem era inteiramente reduzido ao seu funcionamento na representação, esta, em contrapartida, só tinha relação com o universal por intermédio da linguagem.”²⁷

Em suma, a representação só podia desvelar o universal através da linguagem, pois esta tinha a capacidade de enunciar todos seus componentes interiores e a totalidade de suas relações.

A terceira consequência apresentada por Foucault é o entrelaçamento e o transitar desimpedido entre o conhecimento e a linguagem (esse ponto já foi mencionado nos caps. 2.1 e 2.2 acima). É a função da linguagem e do conhecimento oferecer à representação signos através dos quais esta pode se revelar numa ordem necessária e universal. Então, saber e falar, de certa forma, fazem parte do mesmo processo epistemológico: ambos devem organizar e transmitir o que há de verdadeiro nas representações. É por isso que a linguagem é considerada uma protociência e a ciência, uma língua incrivelmente lapidada. Quando se fala estruturadamente, nos sécs. XVII e XVIII, simultaneamente se aprende; e quando se aprende, o sujeito automaticamente absorve uma forma melhor de se comunicar.

“Mas a linguagem é um conhecimento sob uma forma irrefletida; impõe-se do exterior aos indivíduos que ela guia, quer queiram quer não, em direção a noções concretas ou abstratas, exatas ou pouco fundadas; o conhecimento, em contrapartida, é como uma linguagem de que cada palavra tivesse sido examinada e cada relação verificada.”²⁸

Enfim, as línguas são ciências malfeitas e a ciência é o projeto de uma língua impecável, onde cada palavra e relação estão fundamentadas pela observação meticulosa do botânico, zoólogo, astrônomo, etc. Falar é conhecer, assim como o conhecimento não tem outro objetivo que não o de ser exposto e disseminado.

²⁷ Idem, pp. 119-120.

²⁸ Idem, p. 120.

Vale ser ressaltado que essa íntima conexão entre linguagem e conhecimento possibilita uma nova forma de investigação histórica. Já que qualquer tipo de discurso na idade clássica é, em germe ao menos, um saber, torna-se possível constatar o nível do conhecimento de povos diferentes comparando o grau de esclarecimento de suas línguas; e estudando uma mesma língua em períodos distintos da história, pode-se também aferir o desenvolvimento cognitivo de um povo específico. Ao contrastar o francês antigo (sécs. IX-XIV) com o francês médio (sécs. XIV-XVII), poder-se-ia averiguar qual foram os avanços ou perdas epistemológicas da cultura francesa, pois seu vocabulário revelaria os nomes de conceitos, descobertas, objetos e ferramentas novas; que, por sua vez, indicaria o advento de ciências e técnicas inovadoras. A história consegue, desse modo, traçar o progresso ou retrocesso do esclarecimento de um povo apenas examinando seu léxico em épocas diferentes – além de poder comparar as sociedades atuais e deduzir seus estágios gnosiológicos respectivos.²⁹

Finalmente, a quarta e última consequência listada por Foucault é relacionada ao tempo. Com o surgimento da gramática geral, o tempo se torna interior historicamente à linguagem. Como a linguagem é uma representação ‘reduplicada’, isto é, uma que representa sua ligação com o representado, ela vai ser avaliada historicamente no que concerne a consistência analítica de sua sintaxe. Sendo assim, haverá duas formas gerais de ordenar a representação, uma decorrente da outra. A primeira é a ordem da imaginação e do interesse:³⁰ as línguas dessa ordem não tem posição definitiva para os termos da oração, podendo colocar o sujeito no início ou no fim da frase; ou o complemento nominal antes ou depois do sujeito; etc. A ordem é espontânea e dependente da volição do interlocutor. As línguas que seguem esse ordenamento são chamadas de “transpositivas” e precisam de declinações para sinalizar suas funções. A segunda ordem é a da reflexão. Essa ordenação é uniforme e prescreve às suas palavras um lugar fixo na proposição, sendo precisamente o posicionamento delas que indicará qual a função exercida gramaticalmente. As línguas estruturadas pela reflexão são as “análogas” – aquelas que instituem as funções sintáticas através do *locus* do termo na frase.

²⁹ “As línguas, saber imperfeito, são a memória fiel de seu aperfeiçoamento. Induzem ao erro, mas registram o que se aprendeu. Em sua ordem desordenada, fazem nascer falsas ideias; mas as ideias verdadeiras nelas depositam a marca indelével de uma ordem que o acaso somente não poderia dispor.” Idem, p. 121. Percebe-se claramente como a linguagem e o conhecimento eram imbricados, pois o progresso só é atingido quando o conhecimento corrige o erro linguístico e o apaga permanentemente, gerando uma língua cada vez mais depurada.

³⁰ Cf. Idem, p. 125.

Deve ser mencionado que há línguas mescladas também. Nestas encontramos declinações assim como lugares fixos para certos tipos de palavras. Foucault diz que o grego e o teutônico se encaixam nessa categoria mista, que ora segue a ordem da imaginação, ora a da reflexão.³¹

As duas formas de ordenar as línguas são consideradas no classicismo temporalmente distintas. Em outras palavras, afirmava-se que a ordem da imaginação e do interesse surgira historicamente antes que a da reflexão. Isso se dava, pois se asseverava a preeminência da ordem reflexiva sobre a imaginativa, argumentando que a primeira era lógica e, por conseguinte, mais racional e esclarecida que a segunda, tida como passional ou impulsiva. Dessa maneira, a investigação histórica de como as línguas se sucedem deriva da análise interna de como essas organizam suas representações. Se a forma de ordenar as representações de uma língua for imaginativa (irracional), ela tem que necessariamente vir antes de outra cujas representações são compostas reflexivamente. Constata-se que línguas transpositivas eram consideradas mais primitivas e rudimentares que as análogas, uma vez que o esclarecimento está na adequação à estrutura do representável, que é fundamentalmente imutável e fixa. O inglês, o francês e o espanhol eram mais desenvolvidos que o latim, portanto, pois não se submetiam à ordem instável da paixão, mas ao ordenamento rígido dos objetos.

Com isso, vê-se que o tempo se torna subordinado à linguagem e ao seu poder de representar. A história se baliza pelos avanços gramaticais das línguas, mostrando qual veio primeiro e que povo é mais rico técnica e cientificamente. O estudo real da história das línguas é considerado um amontoado de fatos caóticos e contingentes. As línguas, de acordo com a história externa à gramática geral, são resultado de contatos erráticos entre povos, acordos comerciais e políticos e dominações. O que ocorria exteriormente à linguagem não tinha lei nem estrutura e conseqüentemente não podia ser definido ou explicado.³² A historicidade clássica é controlada pela eficácia da ordem das representações da linguagem.

Podemos concluir que a gramática geral estuda cada língua em particular e as compara, determinando qual o nível epistemológico de seu povo. A história é interna à análise da ordem das representações e é papel dos intelectuais das línguas análogas (lógicas) aperfeiçoarem seu vocabulário para gradualmente torná-la mais correta

³¹ Cf. Idem, p. 125.

³² Cf. Idem, pp. 126-127.

(científica). Entende-se agora porque a gramática geral, como foi dito acima (p. 33), deve examinar como uma série de palavras se estrutura na temporalidade: cada língua deve se inserir num ponto de desenvolvimento da história ao revelar qual a ordem de sua sucessividade verbal. Dependendo da ordenação da sequência de termos da oração, a linguagem será identificada como estando num certo grau na escala de progresso histórico.

2.4. Os *a priori* históricos da linguagem clássica

Finalmente, podemos nos perguntar quais são as condições históricas da linguagem no classicismo. Após explorar o *modus operandi* das palavras nesse período, é agora viável indagar o que possibilitou historicamente o discurso. Sabemos que o discurso é uma dupla representação: uma linguagem que além de representar algo representa a relação representativa, constituindo uma binariedade fechada e diáfana. Porém, o que na idade clássica arqueologicamente permite que a linguagem se caracterize como discurso? Quais regras epistêmicas fazem com que a representação possa ser representada por signos linguísticos? Para responder essas questões, temos que examinar o que Foucault diz sobre a teoria do verbo.

Na parte III do capítulo IV de “As Palavras e as Coisas”, Foucault apresenta o conceito do verbo *ser* na época clássica. Basicamente, ele tem duas funções fundamentais: na proposição o verbo *ser* é responsável por unir elementos diferentes da representação (sujeito e predicado). Na frase, ‘o rio é azul’, o verbo é quem faz a ligação ou cópula entre ‘rio’ e ‘azul’. Em segundo lugar, *ser* é a palavra que confere uma posição para a linguagem em relação ao pensamento e à representação. Como cópula, o verbo tem o poder de conectar duas representações distintas, sendo assim somente a afirmação da ‘coexistência’ de dados anteriormente independentes. Porém, com essa capacidade associativa, segue a função de proporcionar a uma ideia uma manifestação articulada. Assim, sem o verbo *ser*, a linguagem não poderia se remeter às atividades cognitivas, pois ela não conseguiria dar forma às representações divergentes que se vincularam de algum modo no pensamento.

Para entender a profundidade da posição do verbo *ser*, pensemos num signo linguístico qualquer: pedra, por exemplo. De acordo com Foucault, quando alguém no período clássico enuncia a palavra ‘pedra’, ocorre um fenômeno totalmente diferente do qual nós, na modernidade, testemunhamos quando a proferimos. Para um pensador

clássico, dizer a palavra ‘pedra’ é a mesma coisa que falar a “pedra é”. Na declaração de qualquer signo linguístico, sempre há a forma implícita do juízo (possibilitado pelo verbo copular - *ser*). O choro ou o grito só tem significação na medida em que expressa uma frase ou ideia elaborada, como “Sinto uma dor forte” ou “Tenho medo”. Enquanto berros ou exclamações brutas e desprovidas de articulação, eles não são ainda *discurso* uma vez que não podem ser convertidos em proposições (representações).³³ Nós, modernos, com nossa linguagem não imediatamente representativa não concedemos às palavras uma qualidade judicativa apenas porque elas figuram o pensamento. Porém, no classicismo, toda fala era um juízo: verbalizar ‘pedra’ é asseverar que a ‘pedra é’, pois se a palavra é considerada linguagem ela tem que abarcar a forma proposicional, isto é, um pensamento composto de uma ou mais representações que são afirmadas ou negadas. Orações como “Sinto uma dor forte” e “Tenho medo” igualmente necessitam do verbo copular para explicitar seu conteúdo mental, já que elas não são nada mais do que compressões das sentenças maiores: “Eu *sou* senciante de uma dor forte” e “Eu *sou* temeroso”.³⁴

Com isso, podemos observar a razão pela qual a linguagem, devido ao verbo *ser*, remete-se sem exceção à representação, mesmo que seja uma representação possível. Todas as palavras são modificadas pela forma copular, que invariavelmente as transforma em julgamentos. Foucault, aqui, se baseia em grande parte na *Lógica de Port-Royal*, onde se pode encontrar uma equivalência entre o ato de conceber (apenas pensar em um objeto ou ocorrência) e julgar (asseverar ou negar esse objeto ou ocorrência). Arnauld e Nicole de fato sobrepõem as ações de simplesmente apreender uma ideia e a de afirmar ou não sua existência quando eles tratam da estrutura da proposição.³⁵ Entretanto, depois de Kant e do início do séc. XIX, as palavras perderão essa ligação intrínseca com os juízos e deixarão de instantaneamente representar o pensamento, tornando-se objetos destituídos de qualquer privilégio epistemológico. Esse desenvolvimento, porém, será exposto mais à frente.

³³ “O urro do primitivo que se debate só se torna palavra verdadeira se não for mais a expressão lateral de seu sofrimento e se valer por um juízo ou uma declaração do tipo: “eu sufoco”. O que erige a palavra como palavra e a ergue acima dos gritos e dos ruídos é a proposição nela oculta. (...) Para o pensamento clássico, a linguagem começa onde houver não expressão, mas discurso.” Idem, p. 129.

³⁴ Cf. Idem, p. 131.

³⁵ “Assim, quando eu digo, *Deus é justo*, *Deus* é o sujeito desta proposição, e *justo* é seu atributo; e a palavra *é* marca a ação de meu espírito que afirma, quer dizer, que *junta* [itálicos meus] duas ideias, *Deus* e *justo*, como estando adequadas uma à outra. (...) Pode-se ver com isso que toda proposição é afirmativa ou negativa, e que é isso que é marcado pelo verbo, que é afirmado ou negado.” Cf. *La logique ou l’art de penser (Logique de Port-Royal)*, Arnauld, A. e Nicole, P., Hachette, 1877, pp. 119-121. (Tradução minha). Ou seja, se toda proposição afirma ou nega, não há uma clara determinação do que seria somente pensar uma proposição sem incidir num julgamento.

É interessante notar que, no classicismo, em cada frase há como que uma carga de “é-idade”³⁶ em toda proposição. Implicitamente se impõe uma quantidade de *ser* representacional no discurso, que gera na base da linguagem clássica uma espécie de *tela em branco* imbuída de um quantum ontológico.³⁷ Desse modo, qualquer palavra enunciada receberá *ser* por ser colocada sobre essa *tela em branco*. Essa imagem é útil, pois possibilita entrever a fragilidade e a volatilidade da ontologia clássica. Já que o *ser* foi reduzido a um *quadro* (semelhante ao de Velásquez em *Las Meninas*), toda a realidade irá se inserir e se balizar no pequeno e fino espaço que é a *base* ou o *plano* da linguagem: a ‘película’ dessa tela em branco. Não há dúvidas em relação à veracidade da estrutura da representação, tanto mental quanto real. Há apenas a afirmação de que a linguagem é representação da representação – a questão concernente aos *a priori* representativos nem pode ser vislumbrada nesse período histórico. É nesse sentido que a ontologia clássica, para nós modernos, pode parecer fraca ou até infundada; pois, a linguagem simplesmente representa a realidade, sem mais.

"Comparando a linguagem a um quadro, um gramático do fim do século XVIII define os nomes como formas, os adjetivos como cores e o verbo [ser] como a própria tela onde elas aparecem. Tela invisível, inteiramente recoberta pelo brilho e desenho das palavras, mas que fornece à linguagem o lugar onde fazer valer sua pintura; o que o verbo designa é finalmente o caráter representativo da linguagem, o fato de que ela tem seu lugar no pensamento e de que a única palavra capaz de transpor o limite dos signos e fundá-los na verdade não atinge jamais senão a própria representação."³⁸

Para essa analogia da *tela* ficar mais clara, podemos considerar que o pensamento é uma ‘pintura’, ou ‘figura’, que precisa ser contrastada com a realidade. A linguagem é

³⁶ O termo é emprestado do comentador Simon During, *Foucault and Literature: Towards a Genealogy of Writing*, Londres: Routledge, 1992, p. 107. O original é ‘isness’ (também um neologismo em inglês), que tenta substantivar a palavra ‘é’ (is), e não exprimir o verbo ‘ser’. O objetivo é mostrar que as proposições clássicas revelavam somente a existência de um objeto externo e não sua própria estrutura linguística. Por isso a preferência pela conjugação *é*: a conjugação que se refere somente a um terceiro, dissociado de certa forma de quem fala ou da fonte de significação.

³⁷ Um exemplo dessa carga ontológica representacional pode ser visto no conceito de *realidade objetiva* de Descartes, usado mais notoriamente na *Terceira Meditação* para provar a existência de Deus. Podemos dividir conceitos semelhantes em outros filósofos clássicos, e. g. Malebranche: "Estou pensando em um número, um círculo, um quarto, em seres particulares. Estou também pensando no ser ou infinito, no ser indeterminado. Todas essas ideias têm uma realidade enquanto penso nelas. Você não duvida disso, porque o nada não tem propriedades e elas têm." *Dialogues on Metaphysics and on Religion*, trad. N. Jolley and D. Scott, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 10. (Tradução minha)

³⁸ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, pp. 133-134.

um meio que transmite o pensamento que representará o mundo, se corresponder ao mesmo; e o suporte sobre o qual o pensamento pode ser convertido em linguagem é essa *tela em branco*. O pensamento, enquanto ‘pintura’, se imprimirá na *tela* da linguagem (essa que, de fato, é a possibilidade da linguagem). Portanto, sem essa *tela* a linguagem não teria um espaço em comum com o pensamento para se comparar à realidade; nem a realidade teria um *quadro* ordenador que tentaria reproduzi-la.

É por isso que a linguagem clássica é discurso: ela, ao ser pronunciada, já é representação e organização (esquadrinhamento); uma proposição numa *tela* que fornece um *substrato* ontológico representativo. Eis a função fundamental do verbo *ser*, portanto: fazer com que a linguagem se associe à representação intencionada.

Por fim, podemos asseverar que a condição de existência da linguagem clássica – o discurso – é a dupla função do verbo *ser*. Em primeiro lugar, ele permite que a proposição (que é a unidade básica do discurso) se estruture como a ligação de dois elementos distintos. Nessa posição, ela empreende a articulação da linguagem. Em segundo lugar, ela possibilita que a linguagem se coloque como um quadro representativo, transparente, que pode espelhar ou não a realidade. Nesse plano, o verbo associa a linguagem com representações que não são essencialmente linguísticas.

A ontologia clássica, a *tela em branco* desaparecerá no início do sec. XIX, após Kant, e uma nova epistémê será constituída. Ao invés de haver um pano de fundo que une as palavras e o pensamento, assegurando-lhes um ser representacional, predominará as estruturas que estão *além* da representação. A *tela em branco* detentora de um quantum de ser será substituída pelo *volume denso* do não-representável: a ontologia fina e frágil do classicismo se desmonta e surge uma outra maciça e obscura. Nesse momento, é possível ver os contornos da epistémê moderna e, conseqüentemente, o pensamento de Mallarmé. A linguagem, que não é mais dominada pela representação, adquire peso e opacidade e se torna um objeto estranho, não mais familiar ao homem. Por um lado, ela começará a ser estudada como um ser que possui sua própria historicidade (filologia); e, por outro, aparecerá em sua existência nua e singular, como pura palavra (literatura). Mallarmé será um escritor que investigará as propriedades da palavra em sua materialidade, perguntando o que ela é nela mesma, independente de seu conteúdo representativo. Então, nascerá a questão acerca dos poderes ocultos da linguagem, as

forças³⁹ que se encerram nesse espaço denso, turvo e profundo que se abriu, depois do kantismo, além da representação.

2.5. A configuração geral do discurso

Enfim, agora podemos delinear os perímetros da linguagem dos sécs. XVII e XVIII. Como vimos, a linguagem é representativa, duplicando e analisando a realidade simultaneamente de forma a construir um conjunto ordenado de identidades e diferenças (máthêsis). Diferente da epistémê renascentista, que se baseia em semelhanças, passando de coisa em coisa para constituir a natureza dos seres⁴⁰, a clássica se constrói a partir do conhecimento de identidades isoladas, passíveis de comparação e disposição num quadro ontológico geral. Cada objeto possui propriedades intrínsecas que são duplicadas e analisadas pelo pensamento e linguagem, gerando conhecimento. Quando os objetos são ordenados por um nome que também os descreve obtemos a *taxinomia*.⁴¹ Quando se investiga a relação entre línguas naturais e a possibilidade da ordem ideal do quadro de representações, entramos no âmbito da *gramática geral*. Essa se divide em quatro áreas de estudo: a) a teoria do verbo, que determina a base da ontologia representacional clássica – a noção de que a linguagem *é* representação; b) articulação, que examina a distribuição linguística que faz com que as palavras e os objetos representados manifestem-se sem ruptura. (Essa ruptura é referente tanto à que existiria sem a função de cópula do verbo *ser*, quanto à que surgiria na falta do continuum ontológico entre linguagem e realidade⁴².); c) designação, que estuda a relação do discurso com as falas primitivas – murmúrios, grunhidos, etc. – e os gestos e atos expressivos que criaram a nominação das coisas; e, finalmente, d) derivação, que pesquisa a conexão entre a variedade de palavras e a idealidade do termo verdadeiro e científico. Nesse sentido, cada língua pode ser considerada uma variante do discurso ideal.

³⁹ Em outras áreas do conhecimento do séc. XIX, essas forças receberão nomes como Vida, Vontade e Trabalho.

⁴⁰ Cf. pp. 41-47, *As Palavras e as Coisas*. Em termos semióticos, poderíamos dizer, mesmo que anacronicamente, que o renascentista passava de significante a significante, em busca da próxima semelhança que, todavia, continuava em suspenso por exigir o conhecimento de outra semelhança posterior. Porém, mesmo assim, o significado da natureza (conhecimento do macrocosmo) era prometida ao erudito que atravessasse a cadeia inteira de similitudes.

⁴¹ Vale frisar que Buffon não se encaixa inteiramente nessa descrição da *epistémê* clássica. Sua *Histoire naturelle, générale et particulière* usa a *taxinomia* até certo ponto, mas parece que Buffon já começa a analisar a ‘transformação’ dos animais de uma maneira que se assemelha a Cuvier e que não se adéqua harmoniosamente à Representação e ao ‘quadro liso’ de identidades e diferenças.

⁴² Cf. pp. 22-23 acima.

Esses quatro ramos da *gramática geral* são chamados de o ‘quadrilátero da linguagem’, por Foucault, e estabelecem os limites do campo de estudos sobre o discurso no classicismo. É importante ressaltar que no centro desse quadrilátero se situa o conceito de *nome*, que no período clássico será aquele que estruturará e organizará todas as outras noções discursivas. O *nome* é essencial, pois é o objetivo final do conhecimento nos sécs. XVII e XVIII. Toda a filosofia e ciência visa atingir a palavra exata e verdadeira, que designa um objeto ao mesmo tempo em que o define. A meta do discurso, da linguagem transparente e nítida, é poder exprimir todos os nomes: os termos que coerentemente significam as coisas.

“A tarefa fundamental do “discurso” clássico consiste em *atribuir um nome às coisas e com esse nome nomear seu ser*. Durante dois séculos, o discurso ocidental foi o lugar da ontologia. Quando ele nomeava o ser de toda representação em geral, era filosofia: teoria do conhecimento e análise das ideias. Quando atribuía a cada coisa representada o nome que convinha e, sobre todo o campo da representação, dispunha uma rede de uma língua bem-feita, era ciência – nomenclatura e taxinomia.”⁴³

Verificamos então que *nomear* é o fim último da linguagem clássica. Quando a nomeação se dirige ao fundamental no ser representacional, temos filosofia; quando a atribuição de nomes se volta a coisas singulares e determinadas, dispomos de uma ciência. Em linhas gerais, o processo epistemológico nos dois casos é o mesmo, o que muda em cada área é o nível de especificidade do objeto de estudo.

Em linhas gerais, essa é a arqueologia da linguagem clássica. O discurso, enquanto a representação linguística de objetos externos a ela, precisa da *tela ontológica*, como base entre linguagem, pensamento e realidade, e da *gramática geral* – que tenta determinar qual é a relação correta entre os mesmos. A gramática geral busca aperfeiçoar a conexão ontológica direta que há entre linguagem, reflexão e mundo – ontologia que entrará em colapso no início do séc. XIX. Pois, como veremos a seguir, com Kant o espaço da representação é enclausurado e demarcado rigorosamente. Abre-se, depois da crítica kantiana e de sua análise das condições da representação em geral, uma área *fora* da representação que destrona a mesma e todos seus correlatos epistemológicos, como o

⁴³ *As Palavras e as Coisas*, p. 169.

discurso, a gramática geral e a máthêsis. E, como será explicado, será esse novo espaço que permitirá a Mallarmé examinar a linguagem não como representação, mas como uma *coisa concreta*.

3. O espaço transcendental

Foucault sustenta que a maior contribuição arqueológica da filosofia crítica de Kant foi basicamente os contornos da área de aplicação da representação. Kant é reconhecido como um dos agentes da mudança epistêmica que ocorreu no fim do século XVIII, quando a representação perdeu a primazia no que tange o conhecimento.⁴⁴ Ele é visto como o primeiro filósofo a buscar as condições das representações em geral. Visto que as investigações da representação no classicismo giravam em torno de seu conteúdo e relações internas (duplicação e análise), o projeto de Kant foi radicalmente inovador devido ao seu ponto de partida: ele considerou a representação sob o ponto de vista de sua possibilidade e fundamento. Como consequência, seu exame teve que se estabelecer em um domínio extrínseco à representabilidade, onde suas condições poderiam ser apropriadamente identificadas como *anteriores* à representação em geral. O sujeito transcendental é precisamente quem possui essas condições, que necessariamente abrem um espaço epistemológico além da representabilidade. É possível dizer que os conceitos *a priori* estão contidos em uma esfera que “cai fora da representação” (para usar uma expressão foucaultiana): se eles pretendem dar validade universal às sínteses estabelecidas na representação, devem instaurar um conjunto de rigorosas determinações prévias à cognição. O que é executado pela filosofia crítica é, portanto, a especificação do que possibilita a representação (experiência) e quais são seus limites. Em suma, o que é arqueologicamente especial no kantismo é que, após ele, a representação pode ser pensada como fundamentada em algo diferente e *exterior* a ela.

Olhando detidamente, podemos averiguar que, para Foucault, a importância do criticismo está sustentada em dois pontos. O primeiro é que depois de Kant se torna possível perguntar se *realmente* as representações representam objetos exteriores a elas; e, se sim, como realizam isso, ou seja, de acordo com quais leis ou regras podem representar. A consequência disso é que nossas ideias deixam de ser transparentes à realidade. Diferentemente do classicismo, em que a representação se representava como um veículo adequado de conhecimento, a filosofia crítica questiona o estatuto epistemológico e as bases da representação, apontando para a possibilidade de que esta possa proceder de algo estranho a ela, o que pode comprometer sua validade.

⁴⁴ Os outros motores do deslocamento epistêmico considerados por Foucault são Adam Smith, A. –L. de Jussieu, W. Jones, Wilkins, Anquetil-Duperron, Viq d’Azyr e Lamarck.

O segundo ponto é derivado da possibilidade da representação ser condicionada por outra coisa: filósofos posteriores procuraram pelas origens da representação, situando-a na mente (como Kant),⁴⁵ no corpo, em forças econômicas, linguagem, etc. Uma vez que o espaço da representação é definido e limitado, outro domínio se torna acessível – um que tentará justificar e explicar o funcionamento das representações, mas que não pode ser encontrado ou apreendido *nelas*. Nesse âmbito nascente surgirá uma nova metafísica, que Foucault designa como as filosofias estruturadas sobre ‘transcendentais objetivos’. Estas filosofias não estabelecerão a mente ou faculdades cognitivas como a fonte das condições de representação, mas, ao invés disso, irão instituir objetos e dinâmicas representativamente inacessíveis.

“[Essas filosofias] se desviam da análise das condições do conhecimento tais como se podem desvelar no nível da subjetividade transcendental; mas essas metafísicas se desenvolvem a partir de transcendentais objetivos (a Palavra de Deus, a Vontade, a Vida), que só são possíveis na medida em que o domínio da representação se acha limitado (...).”⁴⁶

Podemos ver uma diferença fundamental entre a filosofia crítica e as filosofias baseadas em transcendentais objetivos. A primeira indaga pelas condições de possibilidade da experiência investigando os *a priori* da própria experiência - e é por isso que ela se insere na esfera da subjetividade transcendental; as segundas buscam as condições de possibilidade da experiência estudando os *a prioris* históricos do próprio objeto e de suas formas. Nesse sentido, os transcendentais objetivos servem como a "Ideia na Dialética transcendental",⁴⁷ que determina uma totalidade de fenômenos e de certo modo lhes dá uma direção e sentido representável. Suas verdades então são sempre *a posteriori* e concernem à função e ao ordenamento de objetos empíricos; diferente das verdades do sujeito transcendental, que se apresentam como de fato *a priori* (condições da *experiência* em geral).

⁴⁵ Vale salientar que há um argumento contrário a essa afirmação de Foucault. Pode-se defender que Kant, de fato, não situava o campo transcendental na subjetividade, mas inseria as condições da representação em geral na própria experiência. A filosofia crítica, então, sustentaria que as formas e categorias transcendentais advêm da própria relação sujeito/objeto, e não somente do plano subjetivo.

Entretanto, em relação à seguinte argumentação, o que importa é simplesmente que *há um estrato transcendental* a partir do kantismo. Que ele esteja contido no sujeito, objeto ou em sua relação não é crucial para o desenvolvimento da presente reflexão.

⁴⁶ Idem, p. 337.

⁴⁷ Idem, p. 336.

As 'metafísicas do objeto' se estenderão ao longo do século XIX, identificando como princípio ordenador empírico esses objetos transcendentais que só se tornaram possíveis arqueologicamente devido àquele espaço epistemológico aberto pelo kantismo. Do outro lado da moeda, Foucault assevera que surge o positivismo justamente como uma espécie de negação a esses transcendentais; pois, o positivismo irá recusar o conhecimento do que está além da representação e afirmará como conhecimento apenas as leis, regras e sistemas que são aparentes *na superfície* dessas forças obscuras (metafísicas). No entanto, ele é tão dependente da configuração arqueológica moderna quanto as filosofias transcendentais objetivas: a única diferença é que, onde as metafísicas objetivas encontram seu suporte e princípios teóricos, o positivismo descobre uma vastidão insondável e inapreensível.

Em resumo, com a limitação do espaço representativo no início do séc. XIX, gera-se o que Foucault chama o "triângulo crítica-positivismo-metafísica do objeto". A abertura do espaço transcendental possibilita o aparecimento de três novas formas de fazer filosofia, cada uma tendo uma relação diferente com esse novo campo que está além da representação. No classicismo, com seu projeto de constituir uma *máthêsis*, filosofias desse tipo nunca poderiam surgir, uma vez que as sínteses empíricas podiam se dar *dentro* do âmbito da representação sem hiatos ou rupturas.

A abertura do espaço transcendental afeta igualmente as ciências clássicas. Na virada do séc. XVIII, paralelo à emergência da filosofia crítica, aparecerão objetos novos para exame nos ramos da história natural, análise de riquezas e gramática geral. Esses objetos serão tão problemáticos para as ciências que estas terão que se reestruturar completamente para poder 'solucioná-los' e estabilizá-los dentro de cada campo de conhecimento. Estes não vão poder ser inteiramente demonstrados através da representação nem serão redutíveis à mesma, seguindo os princípios epistêmicos das filosofias do séc. XIX. Por sua vez, em cada uma das áreas de conhecimento supracitadas eles operarão como elementos cardeais, explicando e ordenando todas as relações representativas contidas naquele domínio. Foucault diz que Adam Smith (análise de riquezas), Jussieu (história natural) e W. Jones (gramática geral) são responsáveis por inserir no espaço da representação unidades que não são imediata e completamente representáveis. Por exemplo, Adam Smith estabelece o trabalho como o principal fator na determinação do preço de mercadorias, mesmo não sendo uma característica aparente e observável *no produto em si*. O modo de produção ou a racionalização dos processos

laborais como um componente intrínseco aos preços e, portanto, aos objetos (bens comercializáveis), não é representável *no objeto*. O mesmo desalojamento representacional ocorre em Jussieu (estrutura orgânica em seres vivos) e William Jones (sistema gramatical nas línguas): elementos decisivos da constituição de um objeto são situados *fora* de sua representação e engendram uma estrutura transcendental *sem sujeito*, por assim dizer.

“Em face dessa abertura para o transcendental, e simetricamente a ela, uma outra forma de pensamento interroga as condições de uma relação entre as representações do lado do ser mesmo que aí se acha representado: o que, no horizonte de todas as representações atuais, se indica por si mesmo como o fundamento da unidade delas são esses objetos jamais objetiváveis, essas representações jamais representáveis (...).”⁴⁸

Em última instância, o trabalho, a estrutura orgânica e o sistema gramatical não são representáveis, mas se colocam como condições de possibilidade dos objetos estudados na biologia, economia política e filologia. Adam Smith, Jussieu, W. Jones e Kant⁴⁹ são aqueles que criarão um espaço epistemológico *além* da representação: o âmbito transcendental. Após essa abertura arqueológica, a epistémê clássica entrará em colapso, uma vez que a representação será confinada a uma área muito específica e a busca por seus fundamentos terá preeminência.

O século XIX será populado por objetos transcendentais. Não haverá apenas o trabalho, a estrutura orgânica e o sistema gramatical; mas, aparecerão a existência, a vontade (impulso) e a história. Cada um tentará dar conta da estrutura das representações e de porque elas possuem certos limites – dedicar-se-ão a explicar a *finitude* dos saberes. Entre esses objetos transcendentais, a linguagem é aquela que possibilitará o surgimento da literatura e do projeto mallarmiano. Pois, ao se colocar na esfera transcendental, a linguagem se institui como *não-representável* e, possivelmente, como um *em-si* ou *não-referencial*. E, sendo considerada *linguagem não-representativa*, ela pode se *apresentar* como palavra concreta, materialidade pura, gerando o que nós, modernos, conhecemos como a prosa literária.

⁴⁸ Idem, p. 335.

⁴⁹ Às vezes, Foucault também identifica o filólogo Wilkins como um dos pensadores dessa transição epistêmica.

3.1. A filologia

Do período que vai aproximadamente de 1775 até 1795, Foucault diz que novos conceitos são apresentados às áreas da história natural, análise de riquezas e gramática geral. Como vimos acima, essas noções são chamadas de trabalho, estrutura orgânica e sistema gramatical. Porém, esses campos de conhecimento não conseguem investigar esses novos objetos de acordo com a análise clássica da representação; simplesmente, esses elementos não se enquadram no projeto geral da *máthêsis* e taxinomia vigente devido à sua *causalidade não-representativa*. O que ocorre de fato é que um processo de ruptura sem volta é desencadeado, uma vez que para resolver os problemas causais colocados por esses objetos, toda a configuração geral do conhecimento terá que mudar. Assim, ao invés de estudar a troca, a economia política examinará a produção; no lugar de analisar o caráter, a biologia pesquisará o organismo; e, desaparecendo o Discurso, a filologia se voltará para a linguagem. No lugar do visível e do representável, instaura-se uma verticalidade profunda e quase invisível que procura explicar não somente os fenômenos de superfície e as aparências categorizáveis, mas a *causa obscura* por trás desses eventos epidérmicos. Irrompe um modo de investigação epistêmica baseada em *causalidades* e *sequências transcendentais*, oposta ao exercício geral clássico de identificação e classificação.⁵⁰

Num segundo momento (1795-1825), há uma reestruturação fundamental dos saberes clássicos que efetivamente gera as novas ciências modernas supramencionadas; pois, à medida que a produção toma o lugar da troca, por exemplo, há a mudança de foco da representação (valor como equivalência entre necessidade e oferta) para o transcendental (valor como aquilo que produziu [possibilitou] a mercadoria [representação]). Adam Smith, Jussieu e W. Jones, no primeiro momento, apenas inserem um conceito problemático, mas que ainda está nos domínios do ordenamento por identidades e diferenças; no segundo momento, Ricardo, Cuvier, Grimm e Bopp de fato modificarão radicalmente a organização dessas disciplinas clássicas e instituirão novas.

Foucault afirma que a epistémê emerge porque esses novos conceitos exigem o surgimento de métodos, formas de organização e objetos que nunca foram concebidos na

⁵⁰ "No pensamento clássico, (...) o frescor do mundo devia assegurar o desdobramento ideal de um quadro onde cada coisa estaria presente em seu lugar, com suas vizinhanças, suas diferenças próprias, suas equivalências imediatas; nessa luz primeira, as representações não deviam ser ainda destacadas da viva, aguda e sensível presença daquilo que elas representam. No séc. XIX, (...) o saber não é mais constituído ao modo do quadro, mas ao da série, do encadeamento e do devir (...)." Idem, p. 361.

idade clássica. É interessante o argumento foucaultiano aqui: o desaparecimento da epistémê clássica é devido ao surgimento de novos objetos que só foram requisitados porque um novo conceito eclodiu. A biologia se derivou da história natural não por causa de um progresso racional e científico, que se aperfeiçoou e pouco a pouco foi incrementando seu rol de objetos de estudo e seus métodos de observação. Nada disso, diria Foucault: foi a emergência contingente de alguns novos conceitos - que demandaram esclarecimento e justificação - que engendraram toda uma rede de teorias, metodologias e dados novos. É por isso que a arqueologia diz que o movimento histórico é caótico ou acidental. Não há uma teleologia, um progresso natural das ideias que é responsável pelo desenvolvimento da filosofia e ciência; há somente eventos epistemológicos que encontram novas soluções para certos problemas ao mesmo tempo em que geram toda uma cadeia de questões e dificuldades inéditas.

Com isso, podemos concluir que é a tentativa de estabilização de novos conceitos problemáticos profundos que engendra um deslocamento epistêmico.

Por fim, o que configurará as positivities modernas são esses objetos que quebram o plano liso e contínuo da representação, fazendo com que cada domínio do saber se feche sobre si mesmo e se auto-determine. A partir do momento em que os seres não poderão se desenvolver numa linha ininterrupta ao longo da representação, é função da biologia explicar as leis ou regras internas à mutação das espécies, justificando a descontinuidade primária e superficial entre cada ser vivo. O mesmo acontece com a economia política: quando as representações deixam de ordenar a troca, a necessidade e a circulação, será o trabalho que terá de esclarecer as modificações internas ao produto para fundamentar os preços, a inflação, etc. É, no final das contas, uma retração dos objetos sobre si mesmos que permite que a explicação das condições de possibilidade resida no próprio objeto (transcendental). Com isso, cada saber irá instituir uma historicidade própria, visto que haverá dentro da biologia, economia política e filologia as regras que determinam o tempo do desenvolvimento interior de seus elementos.

"Foi preciso tratar o sânscrito, o grego, o latim, o alemão numa simultaneidade sistemática; rompendo com toda cronologia, foi mister instalá-los num tempo fraternal, para que suas estruturas se tornassem transparentes e para que aí se pudesse ler uma história das línguas. Aqui como alhures [biologia, economia política], as colocações em série cronológica tiveram de ser apagadas, seus elementos redistribuídos, e constituiu-se

então uma história nova, que enuncia não somente o modo de sucessão dos seres e seu encadeamento no tempo, mas as modalidades de sua formação."⁵¹

Nesse ponto, vemos a grande diferença entre a filologia e a gramática geral. A segunda era interna à representação e seguia as leis de formação de um espaço transparente entre linguagem e realidade; já a primeira quebra o quadro homogêneo da representabilidade e se vê obrigada a se dobrar sobre si mesma para poder se explicar epistemologicamente. A partir do início do séc. XIX, a linguagem não terá outro recurso para se justificar perante o conhecimento a não ser voltar para seu interior e lá encontrar as condições que a permitem operar de determinada forma. É esse movimento de recuo sobre si que irá possibilitar a filologia enquanto disciplina, pois é somente quando a linguagem pode se auto-analisar que ela adquire o status de objeto. Dessemelhante ao classicismo, que não era capaz de abordar o texto enquanto coisa e estava fadado a conceber o discurso sempre, a partir do primeiro ato de articulação, como um acesso imediato e espelhamento mais ou menos fiel do mundo; a modernidade - porque é privada da unidade epistêmica garantida pelo tecido ubíquo representacional - dá suporte para o adensamento das palavras, onde cada vocábulo se manifesta como algo altamente familiar ao interlocutor ao mesmo tempo em que conserva uma estranheza obscura, uma história esquecida, um significado ainda não limpidamente representável. A objetização da linguagem é o resultado do estilhaçamento do Discurso e da necessidade dela de tomar a si mesma como um problema para resolver a perda de sua espontânea transparência.

Com os estudos de F. Schlegel, Grimm, Rask e Bopp, a linguagem não agirá mais estritamente como um continuum ontológico entre o visível e o pensável, mas se espessará de tal forma que, mesmo ainda representando o real em algum nível, ela deixará de se definir fundamentalmente como análise e combinação de elementos representativos. Após a criação dos métodos da gramática comparativa, o que delineará as línguas e indicará seus parentescos históricos não é o poder de representação interno a cada uma: será a semelhança entre os sistemas gramaticais e fonéticos que efetuarão essa tarefa, produzindo não uma gradação gnosiológica entre as línguas (escala entre línguas bárbaras e civilizadas, por exemplo), mas uma genealogia que trata todos os integrantes como

⁵¹ Idem, pp. 405-406.

entidades autônomas e, enquanto totalidades fechadas, incomparáveis em última instância.⁵²

Assim como o organismo na biologia, as línguas na filologia terão uma estrutura interna responsável por seu desenvolvimento e modificações históricas. Relegando o projeto da gramática geral de traçar as origens da linguagem até às representações puras e suas raízes primordiais correspondentes (o grito, o choro, etc.), os estudos linguísticos do séc. XIX estabelecerão as línguas como um conjunto de sons distintos sem a necessidade de associá-los instantaneamente a um princípio nominal esquematizante. Então, os sistemas gramaticais das línguas antigas serão examinados a partir das mudanças sonoras que elas podem sofrer: transformações vocálicas e consonantais; regras da variação de radicais por afixos (flexões e desinências, por exemplo); e, a estabilidade de certas relações sonoras ao longo do tempo (Grimm mostra como o *p* no latim quase sempre se torna um *f* nos idiomas germânicos, como nos casos de *pater* e *pedes* que viram *vater* e *fuß*)⁵³. Por conseguinte, as línguas começam a explicar suas condições de desenvolvimento e mutação com leis que lhes são internas e é possível ao filólogo identificar o grau de distância ou proximidade histórica entre idiomas análogos devido às alterações sonoras encontradas nelas. Bopp e Grimm, afinal, conseguirão rastrear uma história das línguas através das regras sonoras que cada uma apresenta e evidencia ter seguido. Assim, o sânscrito será confirmado como mais antigo que o latim devido às modificações que este revela em relação ao primeiro: constata-se que o *s* intervocálico do sânscrito mudou-se no *r* do latim. São essas conversões que comprovam a historicidade de uma língua, que agora também é interior à própria língua.⁵⁴ Os filólogos não precisam investigar a história externa a um idioma, como no classicismo, que explicava as mudanças linguísticas através do encontro entre rotas de mercadores, colonizações, gênios, etc.; é necessário no séc. XIX apenas averiguar as variações dentro de um sistema

⁵² "Compreende-se que a nova filologia, tendo agora para caracterizar as línguas esses critérios de organização interior, haja abandonado as classificações hierárquicas que o século XVIII praticava: admitia-se então que havia línguas mais importantes que outras porque nelas a análise das representações era mais precisa ou mais fina. Doravante todas as línguas se equivalem: elas têm somente organizações internas que são diferentes." Idem, pp. 393-394.

⁵³ Essa regularidade na correspondência entre fonemas de línguas diferentes é chamada de *Regra de Rask* ou *Lei de Grimm*.

⁵⁴ De fato, Foucault chegará a asseverar que a própria noção de história nasce com as análises das estruturas gramaticais. "[A] heterogeneidade dos sistemas gramaticais apareceu com seus recortes próprios, as leis que em cada um prescrevem a mudança e os caminhos que fixam as possibilidades da evolução. (...) A empiricidade - trata-se dos indivíduos naturais quanto das palavras com que podem ser nomeados - está doravante atravessada pela História e em toda a espessura de seu ser. A ordem do *tempo* começa." Cf. Idem, p. 406. (Itálicos meus)

gramatical para saber a relativa idade de uma língua perante outra que lhe é suficientemente análoga.

"Línguas de uma estrutura similar ao do grego, latim, etc., podem expressar através de um verbo desse tipo uma proposição lógica inteira, na qual, entretanto, aquela parte do discurso que expressa a conexão do sujeito com seu atributo, que é a função característica do verbo, é geralmente omitida e subentendida. O verbo latim, *dat*, expressa uma proposição, ele dá, ou ele está dando: a letra *t*, indicando a terceira pessoa, é o sujeito, *da* expressa o atributo de dar, e a cópula gramatical é subentendida. No verbo *potest*, a última é expressa, e *potest* recolhe em si as três partes essenciais do discurso, *t* sendo o sujeito, *es* a cópula, e *pot* o atributo."⁵⁵

Esse trecho é um exemplo da gramática comparativa de Bopp e de seus diagnósticos histórico-linguísticos. Aqui, ele explica como surgem verbos latinos através da aglutinação de elementos gramaticais em uma palavra só. O radical *pāti* do sânscrito, que significa *senhor* ou *mestre*, é fundido com o afixo *es*, também uma derivação do sânscrito *as* (*ser*); e, estes dois, por sua vez, são unidos pelo pronome pessoal *t* (derivado sânscrito do *tām*, que é a terceira pessoa). Pode-se observar que a palavra *potest* é a fusão de três vocábulos do sânscrito, uma condensação entre um radical e mais dois afixos. Para Foucault, a importância dessa forma de análise de Bopp é que há a definição de regras específicas para a compressão de flexões, declinações, etc., e para a relação entre as palavras que são assim compactadas. Consequentemente, como as possibilidades de modificação são condicionadas e, portanto, limitadas, o filólogo é capaz de estipular com precisão quais são as mutações que um idioma sofreu e pode vir a sofrer, aclarando um passado olvidado e sua genética gramatical.

Agora é possível notar que a filologia essencialmente encara a linguagem não mais como uma representação duplicada, mas como um conjunto sistemático de sons (gramática pura). Isso significa que as palavras adquirem uma opacidade desconhecida no classicismo, pois sua condição primária na modernidade será a "vibração"⁵⁶ efêmera e enigmática da fala, não o mapa ou a pintura. A relação imediata entre discurso,

⁵⁵ Bopp, F., *A comparative grammar of the Sanskrit, Zend, Greek, Latin, Lithuanian, Gothic, German, and Slavonic languages*, trad. Lieutenant Eastwick, Londres: Madden and Malcolm, 1845, p. 14. (Tradução minha)

⁵⁶ Cf. Foucault, Michel; *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 395.

pensamento e realidade é cortada e a palavra pode se revelar pela primeira vez, dissociada de qualquer significado iminente, em sua materialidade bruta.

3.2. A literatura

Após a análise do espaço transcendental e da filologia, podemos assinalar algumas conclusões. A primeira é a de que, com a redução do quadro liso e homogêneo da representação, a linguagem deixa de 'funcionar' e repentinamente se torna um objeto a ser estudado entre tantos outros objetos. É justamente isso o que Foucault designa como o 'espessamento da linguagem': ela perde sua transparência representativa e se transforma em um problema, adquirindo um volume denso, uma opacidade profunda e onerosa. A segunda é que a linguagem irá cortar o continuum ontológico entre pensamento e realidade. Com sua nova obscuridade e peso, ela *romperá* o acesso fluído entre as ideias e o mundo vigente no classicismo, fazendo com que a filosofia e as ciências da linguagem necessariamente busquem formas de validar os conceitos pelos quais organizamos e compreendemos o real *fora daquele contínuo*. A filosofia kantiana é a primeira a tentar encontrar a justificativa para a adequação entre a representação e o representado além de sua relação, no transcendental. Uma vez que a ligação clássica direta ideia/linguagem/mundo é cindida, o discurso perderá seu princípio unificante e se fragmentará em palavras destituídas de preeminência epistemológica - o que exigirá sua legitimação ou demissão perante o conhecimento. Evento epistêmico que nos leva à terceira conclusão: o rebaixamento gnosiológico da linguagem. Objetizado, o texto agora não terá nenhum privilégio em relação aos saberes; diferente da gramática geral e do Discurso, as proposições da modernidade não têm uma relação imediata com o conhecimento, dado que o papel deste não é mais apenas analisar e combinar representações. Diante da 'verticalidade' do transcendental, que penetra e ultrapassa o plano representativo, as palavras não possuem garantia de coerência cognitiva nenhuma: primeiro por serem afetadas por essa verticalidade mesma (espessamento) e perderem a capacidade instantânea de julgar; segundo, por operarem num campo de conhecimento que não é explicável através das regras gramaticais da representabilidade. Como vimos acima (subcapítulo 3), o espaço transcendental segue uma causalidade sequencial-temporal que rasga o tecido representativo e procura as leis internas de objetos que, na modernidade, fecharam-se sobre si mesmos. As coisas não se esgotam mais numa tela e, nesse sentido, não são mais plenamente *visíveis*: elas se dobram e se adensam, criando

uma região além do Discurso clássico que só pode ser compreendida através de uma *historicidade própria à coisa*.

A quarta consequência será precisamente o tratamento da linguagem como artefato. A filologia se encarregará da tarefa de demonstrar como as línguas historicamente podem derivar-se umas das outras. Ela elucidará as regras pelas quais a linguagem muda ao longo do tempo e as associará aos sistemas gramaticais, afixando quais mutações são possíveis ou não dentro de determinadas estruturas linguísticas. Assim como o organismo na biologia, uma língua terá uma 'evolução' que é condicionada por fatores específicos, a única diferença sendo que o ser vivo depende de sua interação com o meio-ambiente e os idiomas, não. Estes, como diz Foucault, têm uma historicidade que "desfará as relações que o gramático estabeleceu entre a linguagem e a história externa para definir uma história interna"⁵⁷; isto é, eles apenas irão requisitar um exame interior para revelar seus princípios e padrões de diferenciação.

A quinta e última consequência é a aparição da literatura como um domínio epistêmico. Ela irá compartilhar a mesma abordagem que a filologia apropriou para dissecar a linguagem, porém seu objetivo central será oposto ao da gramática comparativa. Assim como Bopp, Grimm e Rask, os literatos considerarão a língua fundamentalmente como um objeto de contemplação, no entanto não para retrair uma história perdida das 'anatomias gramaticais', mas para atingir a massa informe e abrupta das palavras. É óbvio que houve Homero, Horácio, Ovídio e Dante antes do séc. XIX e que estes com certeza manifestam o que denominamos 'literatura'. Entretanto, o que Foucault quer clarificar é que a esfera que designamos 'literatura', que organiza todos os autores antigos e contemporâneos e os agrupa em uma grade comum, só surge na modernidade. Ou seja, por mais que existam literatos ao longo da história e muito antes de emergir o que chamamos de epistémê moderna, eles somente se tornam apreensíveis *como tais* com a emergência de um campo discursivo que os constitui como 'literários'.

A literatura será definida em *As Palavras e as Coisas* como a explicitação do 'desnudado poder de falar' ou 'ato puro de escrever'.⁵⁸ Entendida como uma contraposição à filologia e à dupla exegese/formalização,⁵⁹ a literatura se distancia da consideração de

⁵⁷ Cf. Idem, p. 407.

⁵⁸ Cf. Idem, p. 415.

⁵⁹ Foucault assevera que, junto com a filologia, surge a tentativa de destituir a linguagem de toda sua opacidade histórica e irregularidades semânticas para constituir uma linguagem de símbolos puros (o positivismo seria a primeira expressão filosófica dessa busca de uma linguagem capaz de traduzir as formas universais do pensamento) e o objetivo de encontrar por trás do discurso um texto subterrâneo e inconsciente. Cf. Idem pp. 412-415.

que a linguagem é espontaneamente uma forma de conhecimento. Nesse sentido, ela não encararia o texto em última instância como um acesso ou entrave para algo extralinguístico, mas como a consolidação e auto-afirmação da palavra em si. É como se a literatura não fosse nada mais do que a reiteração da existência do discurso, retomando em cada livro o encargo de expressar mais uma vez que a linguagem simplesmente *é*. Aí conseguimos entender porque a obra literária a partir do séc. XIX se afasta dos gêneros clássicos do natural, belo e verdadeiro para afirmar o bizarro, o absurdo e o imoral: desde que a linguagem se torna um objeto, a literatura encontrará na palavra seu material último e intransitivo, que não quer no fim das contas demonstrar uma ideia ou conceito que esvazie e desvirtue sua materialidade, mas que procura dobrar o conteúdo narrativo ou tema para servir seu *ser abrupto*. Longe de, então, propor-se a desvendar o que há por trás da linguagem (interpretação), reduzir as palavras a elementos puros do pensamento (formalização) ou descobrir a história e as possibilidades das estruturas gramaticais das línguas (filologia), a literatura irá se debruçar sobre a exposição autônoma do discurso bruto. É por isso que Foucault dirá que o texto literário 'convergirá na mais fina ponta' que é o 'simples ato de escrever': o espessamento moderno da linguagem leva ao reconhecimento claro de que a atividade de colocar tinta no papel também tem suas regras e formas próprias, que reportam somente à soberania da concretude irredutível da palavra.

Finalmente podemos perguntar com precisão qual é o papel do Mallarmé em *As Palavras e as Coisas*. Nos dois subcapítulos intitulados *A linguagem tornada objeto* e *O retorno da linguagem*, Foucault tenta deixar claro qual é o estatuto do texto na modernidade. Seu argumento é basicamente o seguinte: com o surgimento da filologia, exegese, formalização e literatura, há uma dispersão no *modo de ser* da linguagem como um todo. Diferentemente do Discurso, as palavras modernas não terão um centro unificador (e.g. gramática geral) que as imporá um sentido e uma ordem homogênea. Ao contrário, elas serão espalhadas e se fragmentarão como objetos históricos e interpretativos, símbolos, signos, sons, códigos; materiais expressivos ou negativos, críticos ou ideológicos, puros ou ainda repletos de conteúdos inarticulados e silenciosos. Brevemente, o que ocorrerá é uma pulverização da linguagem, que a faz operar de um modo distinto em cada canto epistemológico em que é reencontrada. Dito assim, Mallarmé aparecerá nessa obra foucaultiana como um pensador que buscará revelar uma nova forma de unir e organizar o texto moderno estilhaçado. De fato, ele e o Nietzsche serão, para Foucault, um ponto de virada no séc. XIX, pois ambos marcam o início da reflexão sobre a condição problemática e espedaçada da linguagem.

"Destacada da representação, a linguagem doravante não mais existe, e até hoje ainda, senão de um modo disperso; (...) quando a unidade da gramática geral - o discurso - se dissipou, então a linguagem apareceu segundo modos de ser múltiplos, cuja unidade, sem dúvida, não podia ser restaurada. Foi por essa razão, talvez, que a reflexão filosófica manteve-se durante muito tempo distanciada da linguagem."⁶⁰

O pensamento moderno demorou quase um século para abordar a linguagem e considerá-la um obstáculo para a razão. Nietzsche e Mallarmé surgem no fim do séc. XIX e suas preocupações se voltam para uma questão fundamental, que já havia se tornado possível no encerramento do classicismo: com a ruptura da *tela ontológica* do Discurso, com a dissociação entre linguagem/pensamento/mundo, enfim, no momento em que representação e ser se desprendem para formar uma relação complexa e muitas vezes instável, qual é a função da linguagem em si?

Na era clássica tal pergunta nunca poderia ser feita, uma vez que a linguagem *em si* não existia. Porém, após a objetização das palavras - evento proveniente de seu fraturamento epistêmico - podemos indagar quais são os princípios do texto independentemente de sua relação com qualquer elemento externo, seja com padrões de racionalidade ocidentais (filologia), seja com o gosto e os gêneros estéticos (literatura). Assim, chegamos nas respostas que Nietzsche e Mallarmé deram para a pergunta: qual é a função da linguagem, ou melhor, qual é a sua organização e quem a implementa ('faz falar')? Foucault nos diz que os dois se opõem em suas réplicas: o primeiro afirma que quem fala realmente é o sujeito, já que é ele quem instaura e do qual irradia o significado do discurso; o segundo sustenta que é a própria linguagem quem sempre se expressa, argumentando que é a palavra - como um sussurro ou tinta tênue - que se enuncia através e a despeito de nós. Dessa maneira, Mallarmé será o pensador que tentará unificar a linguagem fracionada do período moderno dentro do espaço da materialidade da palavra. É por essa razão que lemos em *As Palavras e as Coisas* que o poeta tem o projeto de 'encerrar todo discurso possível na frágil espessura da palavra'⁶¹, como se o ato de traçar linhas pretas num papel em branco englobasse todos os diversos modos de ser da linguagem.

⁶⁰ Idem, p. 419.

⁶¹ Idem, p. 420.

Podemos concluir que Foucault considera Mallarmé um escritor ambíguo. Com efeito, o filósofo reconhece que o lugar desse poeta no pensamento contemporâneo ainda não está decidido definitivamente. O futuro da linguagem e de sua configuração na nossa epistêmé está no debate entre a posição nietzschiana e a mallarmiana, cuja resolução irá apontar talvez para o início da maturidade da era moderna ou para seu fim. Pois, de acordo com Foucault, a homogeneização de um único modo de ser da linguagem pode levar tanto ao radical surgimento de uma outra epistêmé quanto para a consolidação de um processo que começou com Adam Smith, Jussieu, W. Jones e Kant. Se a linguagem for organizada pelo sujeito (Nietzsche), o texto se apresentará de uma forma totalmente diferente do que se as palavras fossem ordenadas por suas próprias regras de composição (Mallarmé): por um lado, temos a possibilidade da soberania de um autor que dissemina o sentido ao longo da escrita ou da fala; por outro, encaramos a possibilidade da aniquilação absoluta da subjetividade perante o discurso.

Por fim, verificamos que Mallarmé e a literatura como um acontecimento endêmico ao séc. XIX propõem um novo *modus operandi* para a linguagem. Com vistas a uma unidade linguística, a palavra e o Livro⁶² na estética mallarmiana tem o objetivo de apagar o escritor de sua obra e de destruir sua individualidade de modo a não providenciar uma significação *anterior às próprias palavras*. Quando o poeta escreve em *Crise de Verso* que a única flor que não existe em nenhum buquê é a palavra 'flor', ele quer deixar manifesta a *falta ou vácuo semântico* implicado por essa poética. Primeiramente, a palavra 'flor' representa um objeto no mundo, o qual ela não é e só pode ser na forma da *ausência*; em segundo lugar, a palavra 'flor' é uma *coisa em si*, a saber, um som evanescente e algumas marcas pretas num pedaço de papel que não têm nenhum sentido inerente e apenas *significam a si mesmos*. Essa ausência ou vazio semântico duplo é o poder negativo da palavra, sua capacidade de nulificar o objeto e seu próprio significado. É essa dupla negação da literatura que será examinada na segunda parte da dissertação.

⁶² O conceito do Livro nos ensaios literários de Mallarmé será discutido mais atentamente abaixo.

4. Blanchot: distância e imagem da palavra

Começamos então o segundo segmento, este dedicado a explicar a importância das análises da obra de Mallarmé anteriores a Foucault. Os pensadores que trabalharemos são relevantes visto que despertaram o interesse filosófico em poemas como *Igitur* e *Um Lance de Dados* na França dos anos 40 e 50 – interesse que ainda perdura lá e se espalhou para outros continentes.

Foucault considera Maurice Blanchot o “Hegel da literatura”.⁶³ Ele mereceria tal título justamente por ter – igual a Hegel com a história da filosofia – conseguido inserir indelevelmente a literatura no pensamento ocidental. As reflexões e debates sobre autores como Sade, Lautréamont e Kafka só foram possibilitadas – e nos parecem hoje indispensáveis – por causa da filosofia de Blanchot.⁶⁴ Não que não houvesse crítica literária sobre tais escritores antes de Blanchot, e é certo que a filosofia com certeza já se voltava para a literatura para responder algumas de suas questões fundamentais (vemos isso em F. Schlegel e em Kierkegaard, por exemplo). Entretanto, o que há de inovador na abordagem blanchotiana é que ele deixa de subordinar a crítica literária à reflexão filosófica, exercendo, contrariamente, um *pensamento próprio e a partir do espaço literário*. Nesse sentido, vemos surgir nas décadas de 1930 e 40 uma filosofia da literatura. Ao invés de analisar e compreender as obras de Mallarmé e Rilke através de Hegel e Heidegger, ele irá inverter o processo crítico tradicional e entenderá esses pensadores a partir da experiência contida em certas obras literárias, como *Igitur* e as *Elegias*.

Um dos temas centrais blanchotianos – e que irá guiar em grande parte sua reflexão em livros como *La Part du feu* e *L'Espace littéraire* – é a relação entre imagem e palavra, ou literatura. Ao analisar a poética quasi-hegeliana de Mallarmé, Blanchot dirá que a palavra é negativa e suprime a realidade particular do objeto designado para fornecer uma abstração ou conceito geral. O poder do discurso é, portanto, aquele de desfazer a materialidade do objeto em prol à uma ideia ou inteligibilidade comunicável.

⁶³ Cf. Foucault, Michel; “Loucura, Literatura e Sociedade”. In: *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Ditos & Escritos I. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

⁶⁴ Nas palavras do próprio Foucault: “Do mesmo modo, Blanchot extraiu alguma coisa de todas as obras importantes do Ocidente, alguma coisa que lhes permitiu hoje não apenas interpelar-nos, mas também fazer parte da linguagem que falamos hoje. (...) Isso se assemelha ao modo como Hegel reatualizou, no século XIX, a filosofia grega, Platão, a escultura grega, as catedrais medievais, *Le neveu de Rameau* e tantas outras coisas.” Idem.

Da mesma forma que, para Hegel, Adão “aniquila a existência daquilo que nomeia”⁶⁵, a fala *destrói* a especificidade de uma coisa para *criá-la* no domínio linguístico, universal. Dessa maneira, a linguagem possibilita o conhecimento por excluir dos objetos o que não é apreensível e comum em todos, produzindo *nomes* que manifestam sua essência para a consciência. É através dessa capacidade de eliminar o particular (negatividade) que as palavras se aproximam do conceito e vêm a ser adequadas para a constituição da filosofia e das ciências em geral.

No entanto, no âmbito da literatura o processo cognitivo é um tanto diferente. De acordo com Mallarmé, via Blanchot, as obras literárias se distinguem da ‘comunicação informativa’, isto é, dos tipos de interlocução que se estendem desde a fala informal cotidiana até o discurso científico (linguagens que tem como princípio *transmitir* conceitos, opiniões, etc.), através de uma segunda negação linguística. Como foi dito acima, a linguagem usual nulifica a existência exclusiva do referente para afirmar a universalidade, permitindo a troca de conhecimento – o diálogo – para estabelecer um determinado saber; porém, na literatura essa transferência fluida de informação é em parte bloqueada por uma outra anulação, não mais abstrata e generalizante, mas nebulosa e delimitada. No texto literário será a palavra enquanto *concretude* que se encarregará de realizar a negação; assim, do mesmo modo que o *nome* apaga o que é na coisa irreduzível à ideia, o *poético* dissolverá o que é na ideia *incompatível* com os aspectos materiais da escrita.

“Mas essa palavra do pensamento é da mesma forma “corrente” também: ela nos remete sempre ao mundo, ela nos mostra o mundo tanto como o infinito de uma tarefa e o risco de um trabalho, quanto como uma posição firme onde é admissível acreditar que estamos seguros.

A palavra poética, então, não se opõe mais somente à linguagem ordinária, mas também à linguagem do pensamento. Nessa palavra, nós não somos mais remetidos ao mundo, nem ao mundo como abrigo, nem ao mundo como objetivos. Nela, o mundo recua e os objetivos cessaram; nela, o mundo se cala; os seres em suas preocupações, seus projetos, sua atividade não são mais em última instância o que fala. (...) [A] linguagem fala como essencial, e é por isso que a palavra confiada ao poeta pode ser dita essencial. Isso significa primeiramente que as palavras, tendo iniciativa, não devem servir para

⁶⁵ Cf. Blanchot; *La Part du Feu*, Paris: Gallimard, 1949, p. 312.

designar alguma coisa, nem dar voz a ninguém, mas que elas têm seus fins em si mesmas.”⁶⁶

Na filosofia blanchotiana, a linguagem literária nega a palavra ordinária e do pensamento porque não há nela propriamente *um conhecimento* – um discurso *sobre algo*. É justamente por isso que a literatura ‘se fechará sobre si mesma’ e, seguindo o vocabulário blanchotiano, instituirá um espaço próprio. A noção de que há um *ser da linguagem*, para Blanchot, decorre precisamente desse conceito de que o poético instaura um espaço de palavras onde estas deixam de ser simples designações para se tornarem referentes a si mesmas. A primazia da cadência, figura e sonoridade na obra literária é uma comprovação exemplar dessa autorreferencialidade. Pois, a capacidade de revelar as formas⁶⁷ da palavra (i.e. seu timbre ou métrica) se baseia na eficiência do verso de explicitar como aquelas se contrastam ou se conciliam; e, inversamente, a forma do verso (pela qual este soa, oscila, corre, estaca e estoura) é manifestada por cada palavra individual que indica uma à outra, aclarando e ocultando uma à outra. Não há, portanto, forma da palavra e do verso *em si*, mas apenas através da *referência* da palavra ao verso (parte ao todo) e do verso à palavra (todo à parte). Desse modo, a autorreferencialidade do texto está no poder do discurso de tomar a si mesmo como objeto, desvelando-se como sonorização, ritmo e figuração.

“Sob essa perspectiva, nós reencontramos a poesia como um poderoso universo de palavras no qual as relações, a composição, os poderes se afirmam através do som, figura, mobilidade rítmica, em um espaço unificado e soberanamente autônomo.”⁶⁸

A literatura é, portanto, esse espaço fechado onde as palavras e os conjuntos de palavras – versos – não cessam de se remeter uns aos outros, entrecruzando-se infundavelmente para produzir, a despeito do que lhe é externo, sua própria forma. E é através dessa ‘auto-objetização’ sem fim – responsável pela forma da linguagem – que aparece, para Blanchot, a noção de *imagem*.

⁶⁶ Cf. Blanchot; *L'Espace littéraire*, Paris: Gallimard, 1955, pp. 33-34. (Tradução minha)

⁶⁷ O que italicizamos como ‘forma’ aqui é apenas um conceito negativo. ‘Forma’, nesse contexto, é aquilo que não é o conteúdo ‘informativo’ (ideia, conceito) para Blanchot: som, tipografia, compasso do verso, etc.

⁶⁸ Idem, p. 34.

O poético irá se compor como um espaço de imagens. Contudo, não no sentido de uma esfera dominada por metáforas e outras formas figurativas de linguagem; mas, no intuito de se criar uma palavra que é a *imagem de uma palavra*. O que está em jogo é a capacidade do discurso de colocar-se como uma *aparência* de discurso, onde o que é essencialmente dito sempre se separa do texto *apresentado*.⁶⁹ De acordo com Blanchot, o imagético é, nesse sentido, o resultado de um distanciamento interno à própria coisa.⁷⁰ A imagem avançaria em direção ao sujeito ao mesmo tempo em que seu ser recuaria, produzindo uma lacuna dentro do próprio objeto contemplado. Por isso, a aparência é cindida e afastada da essência da coisa, adquirindo autonomia (isto é, presentificando-se) além de sua origem ontológica. Esquemáticamente, o imaginário provém então de um *espaçamento interior* capaz de garantir seu caráter irreal e suspenso, enquanto o não-imaginário – o ser ‘por trás’ da presença – se retrai e subsequentemente se torna uma *falta*.

Com isso em mente, podemos apreender que a literatura seria um tipo de discurso onde as palavras são internamente distantes do que elas *significam* ou de sua ‘essência’. De fato, para Blanchot, a literatura é constituída por essa distância em si. Uma palavra num poema tem uma aparência que precisa ofuscar seu conteúdo informativo ou conceitual até certo ponto para ser percebida como uma linguagem desinteressada ou ‘pura’ – linguagem que viemos a chamar de ‘literária’ devido a sua distinta autonomia no que se refere à forma e gêneros narrativos.⁷¹ Todavia, uma obra não é considerada literária apenas porque é temática ou estruturalmente transgressiva; para que um texto seja tido como ‘poético’ ele precisa sobretudo exceder seu significado denotativo ou comum e *parecer* revelar outra coisa. Enfim, é a *distância* entre a aparência e a essência da palavra que será definida como o *espaço da literatura*.

⁶⁹ “[A literatura] seria sua própria imagem, uma imagem da linguagem, - e não uma linguagem figurada -, ou ainda uma linguagem imaginária, uma que ninguém fala.” Idem, p. 25. “O escritor pertence a uma linguagem que ninguém fala, que não se dirige a ninguém, não tem centro, e não revela nada.” Idem, p. 17. (Traduções minhas).

⁷⁰ “A coisa estava lá, nós a apreendemos no movimento vivo de uma ação compreensiva, - e, tornada imagem, instantaneamente aqui está tornada inapreensível, inatual, impassível, não mais a mesma coisa a uma distância, mas esta coisa como distância, o presente na sua ausência.” Idem, p. 268. (Tradução minha).

⁷¹ Esta autonomia ou liberdade no tocante aos temas e formas literárias pode ser vista com bastante regularidade no que é amplamente denominado Modernismo Literário, onde ela se torna um dos critérios principais da ‘literariedade’. Desde *Entre os Atos* de Virginia Woolf até os experimentos de Cortázar e Jorge Luís Borges é possível ver esta irredutibilidade a categorizações acadêmicas tradicionais. No Brasil mesmo, em obras como *A Cidade Sitiada* de Clarice Lispector ou *Tutameia* de Guimarães Rosa nota-se a mesma autonomia do texto lhe proporcionando uma certa *inclassificabilidade*.

Retomando, a imagem da palavra vem a ser, com efeito, o que o texto apresenta formalmente (a sonoridade, cadência e sua disposição ou espacialidade na página) e, negativamente, o que devido à essa presentificação mesmo, é anulado e evocado apenas como ausência (o significado ou a ideia do discurso). O literário revelará o *ser da linguagem* justamente como *a relação remota* ou *distância* entre significante (imagem ou aparência) e significado (essência). Logo, a autorreferencialidade da linguagem, por produzir, entre outras coisas, a imagem da palavra, possibilita que o discurso se separe interiormente e explicita seu espaço fundamental como uma indeterminação da referência.

“(…) [O] poema entendido como um objeto, independente, que basta a si mesmo, um objeto de linguagem criado para si só, mônada de palavras onde nada se refletiria a não ser a natureza das palavras, talvez é então uma realidade, um ser particular, de uma dignidade, uma importância excepcional; mas é *um* ser e, por causa disso, não é de modo algum próximo do ser, do que escapa a toda determinação e forma de existência.”⁷²

Em último caso, a literatura seria a manifestação da capacidade da linguagem de referir si mesma. Não importa qual objeto ele nomeia, se imaginário ou real, o poético tem como princípio revelar o processo de designação em si. Nesse sentido, a obra literária nunca alcança o “ser” ou a essência (significado), mas sempre procura expor o percurso que tem como intuito atingi-los. Blanchot defende que a literatura desvela o ser da linguagem por causa disso: se a língua tem como essência comunicar ou expressar, o literário é o discurso que mostrará como se dá o *processo* de comunicação ou expressão aclarando o ato verbal elementar da designação. Isto é, se a linguagem comum tem como objetivo falar de coisas - e para isso ela precisa de antemão *poder designá-las* -, a literatura se propõe a revelar *como é possível* falar de objetos em geral.

Cabe nesse momento apresentar o conceito de simulacro.⁷³ Dado que a imagem da palavra nunca alcança sua essência na literatura, o discurso poético pode ser definido como um espaço de imagens sem objetos subjacentes que seriam primários ou originais. A distância entre a aparência e o “ser”, ou referente, se torna tão ampla que os dois

⁷² Idem, 35. (Tradução minha).

⁷³ Para uma discussão mais detalhada da noção de simulacro, confira o texto de Foucault sobre Klossowski, “A Prosa de Acteão”. In: Foucault, M., Ditos e escritos. Vol 3. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, São Paulo: Forense Universitária, 2009.

elementos se dissociam permanentemente e o que resta é a superfície de uma linguagem sem fundo, abissal, que possui ‘nada por trás’. A relevância de Mallarmé, para Blanchot, provém, afinal, de sua escrita vácuca e sem referente. Uma de suas maiores contribuições para a história da literatura seria sua compreensão do poder das palavras de ausentarem as coisas do mundo. O poeta simbolista sustentava, como vimos acima, que a linguagem ordinária negava a realidade particular de algo de modo a abstrair o conceito ou a Ideia. Entretanto, após essa anulação do objeto e afirmação conceitual, há uma segunda negação que engendra a vacuidade linguística salientada por Blanchot na obra de Mallarmé. Aqui, podemos abordar a notória passagem do literato em *Crise de Verso*.

“Eu digo: uma flor! e, fora do esquecimento onde minha voz relega nenhum contorno, enquanto alguma outra coisa que não os cálices sabidos, musicalmente se eleva, ideia mesma e suave, a ausente de todos os buquês.”⁷⁴

Para Mallarmé, a linguagem cotidiana informativa (ou a *parole brute*)⁷⁵ e a ideia anulam a flor real e externa em prol do conceito de flor. Em vista disso, a negação proporciona uma afirmação que se dá na forma da flor vazia, ‘ausente de todos os buquês’. Porém, a afirmação da ideia, que no fundo é o *estabelecimento de uma ausência*, possibilita uma segunda negação mais ambígua e radical que a primeira: a da própria *flor ideal*. O conceito de flor será destruído porque aparecerá a palavra *flor*, a obscuridade material da ‘voz’⁷⁶ e do verso escrito. Em termos blanchotianos, a essência da palavra *flor* (a Ideia de Mallarmé) é irrevogavelmente cindida da imagem *flor* em sua grafia e sonoridade. Assim, onde Mallarmé fala de *negação* e do *Ideal*, Blanchot fala de *distância* e *essência*, mas fundamentalmente o movimento é o mesmo: a dupla negação mallarmeana opera do mesmo modo que o simulacro blanchotiano. Observada mais detidamente, verificamos que a anulação abstrativa em Mallarmé possui a mesma função que a distância interna à coisa; e, que a negação literária (da palavra material) se equivale à total separação entre essência (Ideia) e imagem (grafia, voz).

⁷⁴ Mallarmé, S., “Crise du vers”. In: *Divagations*, Paris: E. Fasquelle, 1922, p. 251. (Tradução minha).

⁷⁵ “Un désir indéniable à mon temps est de séparer comme en vue d’attributions différentes le double état de la parole, brut ou immédiat ici, là essentiel.” [Um desejo inegável de meu tempo é separar em vista de atribuições diferentes o duplo estado da palavra, bruto ou imediato aqui, lá essencial.] (Tradução minha). Cf. Idem, p. 250.

⁷⁶ Na obra mallarmeana, essa obscuridade às vezes é equacionada à musicalidade.

A diferença entre as duas abordagens é que Mallarmé dialetiza, à sua maneira, a relação entre linguagem e realidade, atribuindo à palavra uma negatividade que, em última instância, se torna uma força supressiva; e Blanchot busca se desvencilhar do hegelianismo e compreender a relação entre imagem e essência de um modo que evite a dinâmica dialética. Termos como distância, espaço e vacuidade são utilizados com esse intuito, visto que resistem até certo ponto à mobilidade conceitual necessária aos esquemas dialetizantes.⁷⁷ De fato, será essa resistência germinal que, quando integralmente aplicada à linguagem, fornecerá à obra literária sua autonomia ou *désœuvrement*. Essa inoperabilidade da literatura, portanto, – essa passividade da linguagem poética que Sartre tanto repudiava – resultará na irredutível soberania do texto perante o relativismo da crítica e da época moderna.

Blanchot identifica Mallarmé adequadamente como um leitor de Hegel, que utiliza da dialética para desenvolver o conceito de linguagem como uma *força* anuladora: a palavra *flor* é criativa em sua negatividade. Contudo, o autor de *L'Arrêt de mort* absorve o esquema conceitual mallarmeano e o deshegelianiza, transformando sua noção de supressão em distância, obscuridade em inoperabilidade, de modo a confrontar e esclarecer um problema crucial para sua filosofia: a relação entre a morte e a literatura.

4.1. *Désœuvrement* e *écriture*: Blanchot e Barthes como leitores de Mallarmé

“Os escritores mais puros não estão inteiramente contidos em suas obras; eles existiram; eles até viveram. Devemos nos conformar com isso.” É assim que Blanchot inicia seu primeiro capítulo dedicado a Mallarmé em *Faux pas* – que incidentalmente é o primeiro livro de ensaios literários de sua carreira crítica – e será dessa forma que ele continuará a abordar o poeta ao longo de sua obra: como um autor que está, em absoluto, ausente de seus escritos. Discutindo a biografia escrita por Henri Mondor, *Vie de Mallarmé*, Blanchot aponta que por diversas vezes a vida de um artista acaba obscurecendo sua produção simplesmente pelo fato de que esta, após o conhecimento de uma certa existência e experiência intelectual, vem a receber todo seu significado por via de uma história individual concreta. Reprovando as publicações que relatam “excessivas

⁷⁷ É difícil encontrar antíteses a essas noções, o que impediria de certa forma a mediação. Qual seria a *negação* da distância, por exemplo? Podemos pensar em proximidade ou iminência; porém, parece que é mais uma questão de *grau* ou *quantum* do que propriamente uma relação de *oposição*.

aventuras, anedotas e narrativas exatas”, o filósofo aplaude o livro de Mondor por não criar uma “estátua cujo olhar não poderemos mais escapar”⁷⁸ e nos manter, apesar de uma exposição biográfica minuciosa, em uma ignorância satisfatória. O título do ensaio, *Silêncio de Mallarmé*, deve-se em parte a esse ‘silêncio’ que o leitor sente após ler a obra de Mondor – um silêncio que se estende sobre aspectos de sua vida privada que permitem ao estudioso de Mallarmé apenas conjecturar as curvas de seu desenvolvimento intelectual. Dizemos ‘em parte’ porque o silêncio se refere a outro elemento importante da poética mallarmeana. Em uma articulação que em livros subsequentes defenderá veementemente a autonomia da obra literária, Blanchot afirmará que o silêncio de Mondor reflete e tenta preservar o silêncio da própria voz de Mallarmé em seus escritos. É nesse sentido que precisamos entender a ausência do autor na análise blanchotiana: o poeta simbolista não está contido inteiramente em sua obra justamente porque nela ele se cala.

Em relação à seus poemas e sua prometida obra-prima, o *Livro*, Mallarmé em suas interações sociais cotidianas era aberto e confidente. Numerosas cartas à Cazalis, François Coppée, Lefébure e Verlaine atestam essa relativa falta de reserva no que tange às reflexões sobre suas poesias e projetos. Um trecho de uma correspondência de 16 de julho de 1866, a Théodore Aubanel, exemplifica essa transparência no que concerne seus trabalhos: “[T]rabalhei mais este verão do que em toda minha vida, e posso dizer que trabalhei por toda minha vida. Eu lancei os fundamentos de uma obra magnífica. Todo homem tem um Segredo, muitos morrem sem tê-lo encontrado, e não o encontrarão porque, mortos, [o segredo] não existirá mais, nem eles.”⁷⁹ Em setembro do mesmo ano, ele escreve a Villiers de l’Isle-Adam: “Fui capaz de entender a relação íntima entre a Poesia e o Universo; e, para tornar a Poesia pura, meu intuito foi divorciá-la dos Sonhos e do Acaso e associá-la à ideia daquele Universo. Mas, infelizmente, já que minha alma foi feita somente para o êxtase poético, não tive Mente alguma à minha disposição (do modo que você a tem) para abrir o caminho a esta ideia.”⁸⁰ No interior de cartas como estas, podemos perceber a sinceridade autoral de Mallarmé e começar a ter uma ideia da arduidade de seus empreendimentos literários. Assim sendo, como podem Mondor e

⁷⁸ Cf. Blanchot, “The Silence of Mallarmé”, *Faux pas*, trad. Charlotte Mandell, Stanford: Stanford University Press, 2001, pp. 99-100.

⁷⁹ Mallarmé, S.; *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris, Gallimard, 1998, p. 703.

⁸⁰ *Mallarmé: Selected Prose Poems, Essays & Letters*, trad. Bradford Cook, Baltimore: Johns Hopkins Press, 1956, p. 91.

Blanchot asseverarem que o poeta permaneceu em silêncio pela maior parte de sua vida? Como é possível um literato escrever missivas contendo múltiplas declarações sobre sua obra e ainda ser caracterizado como ‘enigmático’, discreto? Blanchot nos oferece uma resposta no final de seu ensaio. Mencionando dois casos em que Mallarmé haveria indicado onde estariam anotações cruciais para o entendimento de seu processo criativo – mas que até então estavam perdidas –, o crítico, inversamente, vem a se queixar da pouca evidência que restou da fórmula ou metodologia mallarmeana. O fato de apenas podermos ‘sonhar’ com sua biografia intelectual provém da inexistência de esboços e outros escritos preparatórios. Os pensamentos literários de Mallarmé capturados em suas composições incompletas ainda são escassos e não nos deixam entrever qual a relação exata entre a obra e o escritor efetivo. É a vacuidade da historicidade desse escritor que Blanchot e Mondor identificam na literatura mallarmeana, ora louvando-a, ora lamentando-a. Pois, esse silêncio do autor é criticamente ambíguo: por um lado, ele permite colocar o texto acima do sujeito particular, conferindo autonomia de significação à produção; por outro, obsta um conhecimento mais profundo das ponderações do poeta, frustrando qualquer tentativa de reconhecer nos versos um mecanismo ou técnica. O Segredo a qual Mallarmé se refere em sua carta à Aubanel pode ser esse artifício ou ferramenta que Blanchot procura em seus poemas.

“Qual foi a obra deliberada de um poeta que se recusou a afastar sua poesia do mistério e que obteve êxito em dá-la em toda sua claridade o poder misterioso de um encantamento? Quais dispositivos ele usou? Quais metamorfoses da linguagem, que transformações secretas de palavras, que nascimentos e mortes de imagens ele experimentou em suas profundezas? Não sabemos nada do que é infinitamente importante saber.”⁸¹

Podemos concluir que o vazio biográfico de Mallarmé, enaltecido por Blanchot, acarreta uma segunda lacuna que não é tão conveniente para o trabalho do acadêmico: a ausência do autor. Retomando nesse momento os conceitos de imagem da palavra e simulacro discutidos no capítulo anterior, é possível compreender mais nitidamente o que está implicado nessa noção de vácuo autorial. Do mesmo modo que a essência ou significado da palavra se distancia e desaparece *além* de seu significante, o sujeito se

⁸¹ Cf. Blanchot, “The Silence of Mallarmé”, *Faux pas*, trad. Charlotte Mandell, Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 106. (Tradução minha).

separa e dissipa *aquém* da aparência do texto. Como efeito, testemunhamos um duplo recuo, um no domínio do objeto (a essência se desfaz por trás da imagem), outro no domínio da subjetividade (o Eu se suprime diante da presentificação). Após essas duas supressões o que resta é o imagético sem fundo ou início originais: um simulacro.

O *désœuvrement* ou a inoperabilidade da literatura resulta da impotência crítica de explicar completamente a obra com referência a algo externo a ela. Esse material extraliterário pode ser exterior ao autor, como as formas de reprodução cultural ou a luta de classes, ou se sustentar sobre sua interioridade, reconhecida, por exemplo, como uma individualidade engajada ou o Inconsciente. Sua autonomia baseia-se então em estar na irreduzível *região intermediária* entre a concretude histórico-biográfica e a frequentemente evasiva subjetividade autoral. Esse *espaço* é aquele da linguagem intransitiva, inflexível, onde as palavras aparecem destituídas de referência a qualquer exterioridade e, conseqüentemente, podem manifestar sua frágil existência. Roland Barthes, em *Le degré zéro de l'écriture*, chega a uma conclusão similar tocante à literatura. Em um debate implícito com *Qu'est-ce que la littérature?* de Sartre,⁸² Barthes faz uma história do que ele designa “formas de escritura” e busca fixar a posição da literatura em relação aos diversos discursos ideológicos ou “mitologias” da escrita. Nesse livro, o objetivo é encontrar uma saída para uma literatura que se vê impelida a ultrapassar suas origens e estrutura burguesas para se consolidar como uma escritura neutra e “incolor”, que narra os “gritos e julgamentos” da sociedade burguesa sem incorporar seus valores. Entretanto, nosso desígnio é menos explorar as possibilidades de uma literatura futura⁸³ capaz de superar absolutamente os moldes estéticos burgueses do que analisar os instrumentos teóricos utilizados por Barthes nessa obra.

Seguindo a categorização sartreana em *Qu'est-ce la littérature?*, Barthes inicia sua análise histórica com dois conceitos fundamentais. O primeiro é a *langue*, a linguagem coletiva cuja finalidade é comunicar claramente; o segundo é o *style*, a maneira como um autor imprime sua subjetividade na escrita. Dessa forma, a linguagem será aquilo que é *dado* ao escritor, a reserva gregária linguística com a qual precisa trabalhar; e o estilo é uma decisão, o modo através do qual o literato exprime algum assunto ou

⁸² Além de colocar em pauta praticamente as mesmas questões discutidas nesse ensaio de Sartre, como o papel do escritor na sociedade e qual é a situação da literatura em geral na cultura burguesa, o primeiro capítulo ecoa o título do primeiro de *Qu'est-ce la littérature?*, a saber, *Qu'est-ce que l'écriture?* – (“O que é a escritura?” de Barthes) – e *Qu'est-ce qu'écrire?* (“O que é escrever?” de Sartre).

⁸³ Barthes afirma que esse modo de escrita neutro, que representaria a reconciliação da literatura e o mundo, por mais que seja “futuro”, já pode ser identificado exemplarmente n' *O estrangeiro* de Camus. É relevante mencionar que Sartre já havia usado um termo parecido para descrever o mesmo livro – *l'écriture blanche*.

tema. Porém, o ponto fulcral para Barthes é a adição de uma terceira categoria – que já utilizamos acima e que virá a nortear sua história da literatura – através da qual ele se aproxima da noção blanchotiana de *désoeuvrement*: a escritura (*écriture*).

Barthes define a escritura como “forma considerada intenção humana”. Assim como Blanchot e Mallarmé, ele irá negar a literatura enquanto pura comunicabilidade ou um modo de “linguagem informativa”. Todavia, também em linha com os conceitos blanchotianos, o estilo pessoal não será uma solução e o sujeito terá que igualmente desaparecer de sua obra. Em vista disso, a *écriture* terá que encontrar um âmbito intermediário entre a palavra lúcida do social (o tipo de discurso que Sartre mantinha como o único adequado para o engajamento literário) e o texto fundamentalmente “metafórico” do indivíduo. A literatura que Barthes privilegiará, portanto, será aquela que reúne em si aspectos da *langue* e do *style*, porém sem se reduzir a nenhum dos dois: uma escrita que “aponta para os dois lados” e se torna uma ação situada dentro de uma esfera específica da sociedade ao mesmo tempo em que transcende esta, remetendo-se à natureza cerrada da literatura. A *écriture* necessita então utilizar o inventário histórico-linguístico de uma comunidade (Barthes chama isso do “horizonte” do escritor) sem cair na reiteração de uma ideologia; e partir de uma escolha do literato sobre *como abordar* uma temática, evitando que sua maneira de apresentar algo precise ser explicada biográfica ou psicologicamente. Com essa noção, podemos averiguar a proximidade entre as análises literárias barthesianas e blanchotianas.

A *langue* e o *style* são “objetos” para Barthes, na medida em que a *écriture* é uma “função”.⁸⁴ O ato de escrever literatura, por estar entre duas forças – histórica e biográfica, ou biológica⁸⁵ –, está numa condição de perpétua tensão e sempre em risco de se desfazer, cedendo a uma ou outra. Em Blanchot, o *désoeuvrement* é o espaço da literatura justamente porque ele é o resultado de uma ‘inoperação’ social e pessoal – uma atividade tão indeterminada e insubordinável que nenhuma regra pré-determinada pode prescrever seus movimentos. Barthes não chega a sustentar a causa da ‘literatura pela literatura’; há um reconhecimento do valor político do literário e isso fica explícito em sua condenação aos mitos burgueses e seus modos de escrita. No entanto, diferentemente de Sartre, ele sustenta que não é possível submeter a literatura a uma ética ou programa político. A *écriture*, assim como o *désoeuvrement*, tem se mostrado ao longo da história como algo totalmente resistente ou imune a qualquer exterioridade. É essa característica que Barthes

⁸⁴ Cf. Barthes, R., *Le degré zero de l'écriture*, Paris: Les Éditions du Seuil, 2004, p. 14.

⁸⁵ Idem, p. 12.

irá mais valorizar na literatura; pois se ela é completamente insubmissa, isso significa que é incapaz de ser absorvida pelos ‘rituais’ burgueses e a indústria cultural. Logo, o que chamamos de ato literário – o que, por sua vez, também nasceu como um ritual⁸⁶ – está sempre no processo de se destruir, isto é, inevitavelmente na posição de rejeitar toda a Literatura. Como pode um autor conservar e se incluir na história literária se sua atividade não possui nenhuma norma ou princípio prático que o identifique como tal? Em última instância, será a indeterminação contida nos conceitos de *écriture* e *désoeuvrement* que conferirá autonomia e potência crítica à obra.

Enfim, Barthes opera com conceitos semelhantes ao de Blanchot, mesmo empregando-os em um contexto literário marxista cujo maior receio é a apropriação da burguesia dos *meios* de produzir essa arte. Quem de fato realizou a *écriture* historicamente está num processo de desemburguesamento da literatura: Flaubert, Rimbaud, Mallarmé, os Surrealistas, Queneau e Camus constituem essa progressão rumo à obra desalienada – seu *grau zero*. Para Blanchot, esse percurso literário ocorre sob o nome da soberania da linguagem e o dissolvimento do autor, imputando à escrita a intransitividade necessária para proporcionar uma *experiência total*. Em seus livros das décadas de 40 e 50, a atenção está mais voltada ao experienciar a ausência inerente às palavras do que em explicitar os “mitos” que controlam e podem vir a coibir sua produção.

De todo modo, há uma concordância entre os dois no que respeita à poética mallarmeana. Ambos percebem em Mallarmé uma tentativa de “matar” a literatura através do aniquilamento do autor. Em *Igitur* principalmente, Barthes e Blanchot apreendem a narração do suicídio autoral como a busca da superação literária. Quando as palavras se dispersam e, em seguida, se chocam; quando o texto não encontra um centro e se torna um deslocamento incessante; no instante, enfim, em que o ato de escrever precede uma consciência ordenadora, a obra se abre como uma experiência do exterior ou a concretização do *neutre*. Barthes conclui, assim como Blanchot, que a produção mallarmeana difunde uma ambiguidade que resiste sua incorporação em outros modos de escrita, científicos ou sociais. Nessa posição, os dois argumentam em prol de uma autonomia artística que não submete a literatura aos domínios da psicologia ou antropologia linguística; e inserem o Mallarmé em um movimento histórico que instaura a literatura sobretudo como um *contra-discurso*.

⁸⁶ Cf. Idem, p. 62-65.

4.2. Philippe Sollers e o conceito de ficção

Vimos, então, como Barthes transforma a negatividade mallarmeana no conceito de *écriture*. Pois, no final das contas, será o caráter negativo da linguagem que impedirá sua incorporação nos modos discursivos burgueses e garantirá a autonomia da forma literária. A obra de Mallarmé, com efeito, tem uma função particularmente política para Barthes porque ela indica um futuro onde a literatura, enquanto um construto ideológico, foi abolida. A autonomia do poético provém de sua negação incessante dos escritos já consolidados como literários e, assim, absorvidos por nossa cultura. Como consequência, o trabalho do escritor é sempre indeterminado dado que não há uma *regra* a seguir na criação de um livro que tem como objetivo nulificar as prévias regras empreendidas. Mallarmé, para Barthes, pode ser considerado um literato na medida em que ele era consciente do poder supressor de sua linguagem. O suicídio será um tema mallarmeano porque as palavras precisarão na literatura sempre *negar* qualquer instância que lhe for externa, incluindo a História e o autor. Resumidamente, a possibilidade de uma sociedade livre depende da identificação de discursos que resistem e permanecem exteriores aos vigentes, proporcionando um horizonte sem o qual não se poderia pensar a transparência ou opacidade política dos modos de escrita.

Do mesmo modo que a literatura, para Blanchot e Barthes, constitui uma região *entre* o subjetivo e o objetivo, para Philippe Sollers a ficção também envolverá um domínio ‘intermediário’. No romance *Le Parc*, o autor descreve uma balaustrada que recorta e fixa a paisagem além da sacada, como se a cidade atrás devesse sua organização às colunetas e às lacunas que elas espaçam entre si. As árvores, as residências e o bulevar embaixo se deixam esquematizar pelas verticalidades escuras, ‘simétricas’, aparecendo como objetos simultaneamente próximos e distantes.⁸⁷ Os contornos dos pilaretes vêm, então, a desempenhar a função de *quadriculados* ou *grades* que ordenam os elementos daquela vista de acordo com suas semelhanças (aproximando-as) e diferenças (distanciando-as). Esse movimento oscilatório, o recuo e avanço das coisas⁸⁸ é propriamente o princípio da ficção porque, para Sollers, a linguagem é o que possibilita a composição dos objetos. O Parque – espaço ao qual o romance deve seu nome – é o

⁸⁷ Cf. Sollers, P., *Le Parc*, Paris: Les Éditions du Seuil, 1961, p. 11-13.

⁸⁸ Em certo ponto da narrativa, até o céu e as estrelas vêm a sofrer essa alternância espacial. Cf. Idem, 49-51.

local paradigmático da ficção devido a sua capacidade de justapor aleatoriedades sem que pareçam discordantes ou inconciliáveis. Todos os componentes do Parque são originários de outros lugares e, mesmo assim, convergem e se adequam sem grande dificuldade. Contudo, há algo sobre esse ambiente que não se ajusta ao enquadramento linguístico: não é nenhum elemento interno a seu âmbito, nem suas relações ou dependências; mas, a própria totalidade dessa agregação. “Tudo parece natural, exceto o conjunto”,⁸⁹ diz a epígrafe de *Le Parc*, frisando o caráter insólito da *completude* ficcional. Em vista disso, no interior da composição o ‘olhar’ não consegue encontrar discrepâncias ou rupturas; para tal, é necessário que ele se distancie e contemple o todo – é somente nesse momento que a falta de sentido se tornará evidente. Efetivamente, cada figura inserida em uma obra encontrará um significado em relação a todas as outras; não obstante, a ficção, quando observada por conta própria, por ser um espaço de regras fechado em si mesmo carece de princípios externos que a justifiquem *como um todo*.

Enquanto que para Blanchot e Barthes a literatura é ‘intermediária’ porque indeterminável e autônoma, para Sollers ela o é em consequência de sua arbitrariedade. Como a ficção não pode ser legitimada por uma exterioridade subjetiva nem objetiva, resta-lhe se fundamentar no tecido da própria linguagem. Vemos surgindo nesse conceito sollersiano a injustificabilidade da literatura em virtude de sua intransigência espacial: as palavras, por negarem fundamento no autor ou na História, acabam se dobrando sobre si mesmas e perdendo sua significância absoluta.⁹⁰ O papel de Mallarmé nesse processo é, por conseguinte, o de eliminar não só o autor, mas também a sequência ou linearidade histórica. Desde o surgimento da literatura no final do século XVIII, houve uma espécie de teleologia do livro onde cada obra precisava resumir todas as outras em si e, em seguida, progredir em direção a um futuro poético ainda inefável. A série histórica foi moldada pelo modo em que ordenávamos escritos nessa época: a organização bibliotecária. Na Biblioteca, todo livro precisa reaver todos os outros, fazendo com que estes possam finalmente se ‘fechar’, para então, posteriormente, se juntar a eles e entrar no ‘catálogo’ (História). Todavia, Mallarmé ao buscar tão radicalmente a negatividade do discurso conseguiu abalar essa teleologia e anunciar a ‘morte’ da própria historicidade da

⁸⁹ Cf. Idem, p. 9. Essa epígrafe é uma citação de *La Nouvelle Héloïse*, de Rousseau. Referimos ela, aqui, em toda sua extensão: “PARQUE: É uma composição de lugares muito belos e muito pitorescos, cujos aspectos foram escolhidos de diversos países e onde tudo parece natural, exceto o conjunto”.

⁹⁰ Era essa significância linguística absoluta que encontramos no classicismo, onde o discurso é transparente para a Natureza.

literatura. Após a obra mallarmeana, a Biblioteca começa a desaparecer como um modelo de disposição textual e vemos emergir uma nova forma de estruturação: a rede.⁹¹

Sollers define a ficção, afinal, como mobilidade instável interna às coisas. De maneira semelhante a Blanchot, ele estabelece que a literatura é uma distância; porém, diferentemente da filosofia blanchotiana, sustenta que essa distância é volúvel, ora se afastando, ora se aproximando do olhar. Isto posto, o ficcional deixa de ser uma categoria psicológica ou um conceito pertencente a um dos dualismos sujeito/objeto, real/irreal para se transformar em um modelo de relações. A balaustrada, com seus recortes da paisagem, é uma representação de como a linguagem organiza o mundo *mantendo-se à distância* dele. Quando uma escrita reconhece esse afastamento, voluntariamente permanece dentro dele e, como resultado, expressa-o em sua condição bruta de esquema ou ‘grade’ temos a ficção. Ela é essa linguagem que exprime como as próprias palavras ordenam as coisas e propõe, de fato, o texto como o único *a priori*. O conceito de rede é precisamente o paradigma de relações que irrompe quando o *a priori* é puramente linguístico e quebra as noções teleológicas da Biblioteca: o autoral e o histórico.

⁹¹ No artigo *Distância, Aspecto, Origem* (1963), onde Foucault analisa a obra de alguns contribuintes do *Tel Quel* como M. Pleynet e J.-L. Baudry, há a seguinte afirmação: “Essa rede, mesmo que a história faça aparecerem sucessivamente seus trajetos, cruzamentos e nós, pode e deve ser percorrida pela crítica segundo um movimento reversível (essa reversão modifica certas propriedades: mas ela não contesta a existência da rede, por ser justamente uma de suas leis fundamentais) (...). Talvez se pudesse dizer que hoje (...) a literatura, que já não existia mais como retórica [clássica], desaparece como biblioteca. Ela se constitui em rede – em uma rede na qual não podem mais atuar a verdade da palavra nem a série da história.” In: Foucault, M., *Ditos e escritos*. Vol 3. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, São Paulo: Forense Universitária, 2009, pp. 66-67.

5. Da Biblioteca à arqueologia: Foucault e a Noite de Mallarmé

Em *O Mallarmé de J.-P. Richard*, Foucault retoma o conceito de Biblioteca e sua relação formativa com a História. Ele diz que a criação da “biblioteca” é paralela à do “arquivo” e que durante o séc. XIX os documentos deixaram de ser algo imediatamente ligado ao consumo para se tornar um material a ser preservado. Assim, da *linguagem circulante* do séc. XVIII chega-se à *linguagem estagnante* da modernidade, a qual afirma Foucault “está aí apenas para ser redescoberta por si mesma, em seu estado bruto.”⁹² Diferente da crítica literária que se baseia no *Opus* – na obra feita para realmente ser exposta e assim *circular* no público leitor –, o comentador que se debruça sobre os esboços, anotações e rabiscos tem que lidar com uma ‘massa documentária’ que de alguma forma ou de outra não se reduz a uma intencionalidade ou consciência histórica. O “arquivo” ou a “biblioteca” abre um espaço novo para a análise, posto que seus inúmeros blocos de folhas excedem as tentativas de ‘contenção semântica’ do autor. Nenhum sujeito gramatical ou literário é capaz de fechar a lacuna engendrada por uma linguagem que tem como único princípio se desdobrar ao infinito.⁹³ Entretanto, esse hiato encontra um limite nessa nova dinâmica que o permite ser estabilizado e examinado: a ‘borda branca’ das páginas, o silêncio *entre* os textos de um autor que sinaliza sua vacância fundamental.

“Richard dá explicitamente este passo essencial, que consiste em constituir um objeto: volume verbal aberto, já que todo novo traço encontrado poderá aí se instalar, mas absolutamente fechado, pois ele existe apenas como linguagem de Mallarmé. Sua extensão, por direito, é quase infinita. Sua compreensão, em contrapartida, é tão restrita quanto possível: ela é limitada à sigla mallarmeana.”⁹⁴

No *L’univers imaginaire de Mallarmé*, J.-P. Richard insere todos os fragmentos e riscos como parte de uma *oeuvre* absoluta denominada Mallarmé. Porém, esse Mallarmé não é o turvo sujeito psicológico nem o indivíduo concreto revelado por sua biografia; o

⁹² Idem, p. 185.

⁹³ Borges em seu conto *A Biblioteca de Babel* ilustra essa qualidade intrínseca ao espaço do arquivamento. Sua biblioteca infinita, onde tudo o que pode ser dito já foi dito, é uma representação dessa organização histórico-literária que tem de incluir até os ‘balbucios’ e inarticulações do escritor. E, como até os murmúrios devem fazer parte do acervo de um autor, a possibilidade de uma coerência crítica que dependa de um sujeito irradiador de sentido começa a cair por terra.

⁹⁴ Idem, p. 186.

poeta analisado por Richard é simplesmente aquele construído através das relações geradas pelos próprios escritos. A obra, em sua negatividade, indica o autor como o ‘vazio’ entre os poemas, ensaios, rascunhos, etc., para que toda essa produção ‘preencha’ em suas interconexões o lugar vazio deixado pelo sujeito. A massa de documentos encontrada na Biblioteca e que não pode ser reunida e justificada por nenhuma subjetividade ordenadora, aparece como uma unidade sob o desaparecimento da ‘pessoa por trás dos textos’ e da instituição de uma *rede* que os organize à uma distância. Nesse instante, podemos ver como o arquivo exige a emergência de um novo modo de relação que o legitime criticamente e lhe confira sentido. Todavia, como vimos no capítulo anterior, a Biblioteca e a rede não são compatíveis; isto é, a teleologia implicada no espaço do catálogo é quebrada pela mobilidade ou reversibilidade espaço-temporal da linguagem. Eis a importância de Mallarmé. Será através da análise da poética mallarmeana que Richard identificará o início do rompimento com o domínio bibliotecário, rompimento este que permitirá seu *próprio exame* de Mallarmé. Se o escritor simbolista não houvesse demonstrado como um poema em prosa ou soneto não necessita de uma instância externa para apresentar um sentido, Richard jamais poderia se basear somente no ‘aglomerado’ da linguagem e, dessa forma, desenvolver o método empregado em *L’univers imaginaire*.

“[S]eu *Mallarmé* torna visível de fato o que se tornou, desde os acontecimentos dos anos 1865-1895, a linguagem com a qual tem de se haver qualquer poeta. Por isso, as análises publicadas mais recentemente por Richard (sobre Char, Saint-John Perse, Ponge, Bonnefoy) se localizam no espaço descoberto por seu *Mallarmé*: nelas ele põe à prova a continuidade do seu método, e a unidade dessa história inaugurada na densidade da linguagem por Mallarmé.”⁹⁵

Para Foucault, a crítica de Richard da *oeuvre* mallarmeana foi possibilitada pelo próprio objeto de estudo: Mallarmé. É apenas com o distanciamento da linguagem desse poeta que a análise richardiana pôde separar a *Vie* e o *Opus* de um literato, concedendo uma autonomia plena ao volume informe do espólio mallarmeano – ou o que Foucault chama de “especialidade de uma obra”.⁹⁶ A massa de páginas que designamos *Mallarmé* provém da organização bibliotecária, mas ela a supera ao se exteriorizar como fraturada

⁹⁵ Idem, p. 193.

⁹⁶ Cf. Idem, p. 191.

e fragmentária (‘incatalogável’). O que lhe resta é ser ordenada a partir de outro modelo: a rede ou, como assevera Foucault em *O Mallarmé de J.-P. Richard*, a “pura linguagem”. Essa pura linguagem ou o “ser da linguagem”⁹⁷ nasce como um *corpus* estilhaçado que precisa ser reconstruído internamente para formar certos ‘prismas’ ou constelações de sentido. As metáforas mallarmeanas prediletas de Richard para esta reconstrução são as imagens do diamante e da gruta. Ambas representam uma série de perspectivas ou facetas que não são redutíveis umas às outras. O diamante possui diversas superfícies que se encontram perifericamente, mas que não se ‘dissolvem’ uma na outra permitindo uma unidade semântica ou intencional. O mesmo ocorre com a gruta: seu espaço oco irregular impede o ‘eco’ uníssono e homogêneo da leitura, ocasionando uma reverberação que espelha a configuração prismática do diamante. Nos dois, há uma multiplicidade de imagens que de algum modo se aderem e formam um complexo de ângulos, descontinuidades, convergências e choques. A pluralidade de figuras se acumula sem encontrar uma disposição *correta*, original na qual o jogo imagético pudesse parar e se declarar, afinal, completo. Verificamos que a natureza prismática do diamante e da gruta simbolizam as relações constelares implicadas no conceito pós-bibliotecário de rede ou ‘ser da linguagem’: há uma profusão de imagens que *flutuam* sem um centro ou núcleo regulador.

No entanto, como é possível manter essa teia descentralizada sem incidir na incongruência ou no absurdo? Em que medida se pode realizar uma análise de um literato como Mallarmé e evitar a inconsistência ou parcialidade do crítico? Em outros termos, ao se deparar com a abundância de perspectivas e relações inerentes a um bloco de textos, de que maneira se deve proceder para alumiar o ser da linguagem e não um conjunto de associações descobertas através de um enviesamento investigativo? Foucault busca resolver esse problema com o conceito de *sujeito falante*.

“[O] que surge, na linha sempre reta do seu discurso, é uma nova dimensão da crítica literária. Dimensão quase desconhecida até ele (...), e que se poderia opor tanto ao “Eu” literário quanto à subjetividade psicológica, designando-o somente como *sujeito falante*.”⁹⁸

⁹⁷ Foucault usa esse termo ao longo desse artigo. “Ser da linguagem”, nesse contexto, significa a linguagem em sua acumulação documentária, o “bloco de linguagem imóvel, conservado, jacente, destinado não a ser consumido, mas iluminado (...)”. Cf. Idem, p. 186.

⁹⁸ Idem, p. 189.

O filósofo não retorna a uma individualidade psicológica nem a um sujeito formal; mas procura introduzir um referente que transpõe as categorias e limites de um “Eu” definido *antes e independentemente* do movimento produtivo textual. O *sujeito falante* aparecerá no ser da linguagem através dos rastros de sua escritura ou de sua ‘ação elisiva’. O texto revela negativamente quem o elaborou ao explicitar sua articulação, sua *sintaxe* ao ser o resultado de um processo complicado que se dá entre o poeta e a espessura das palavras. Para Foucault, Mallarmé será aquele que move a massa amorfa da linguagem documental para poder ser reconhecido nos ‘sulcos’ deixados por sua atividade. Não há densidade ou profundidade biográfica ou histórica no sujeito falante; há apenas a forma remanescente de seu ‘vazio’ fundamental.

Em *Igitur*, defende Foucault, a Meia-noite, a ausência central descrita por Mallarmé não é nada mais do que a vacuidade do sujeito falante. Assim como o diamante e a gruta nunca apresentam um ‘lado verdadeiro’, uma centralidade, o autor de *Igitur* se exprime como aquela lacuna inapagável, a falta de núcleo do poema. A escuridão dentro da sala de *Igitur* não representa um suicídio libidinal nem um acesso de melancolia;⁹⁹ ela seria o vácuo em volta do qual a linguagem se dispersa, colide com si mesma e reverte ao silêncio. A Noite de Elbehnon permite, devido a sua falta de *tração semântica*, que as palavras se disseminem e desvelem sua condição de material bibliotecário, seu estado de linguagem bruta, pura. “É o sonho puro de uma Meia-noite, em si desaparecido, que sozinho permanece dentro de sua realização mergulhada na sombra, resume sua esterilidade sobre a palidez de um texto aberto que a mesa apresenta”,¹⁰⁰ narra Mallarmé na seção em que se dedica a evocar a presença da Meia-noite. Esse trecho retrata o espaço noturno de *Igitur* como uma ausência que se efetiva em seu próprio cancelamento. A sombra na qual a noite já ‘desaparecida’ submerge é o que a consoma ou ‘realiza’ como um pleno *Néant*. Na leitura de Foucault, esse nada será a potência originária que mobiliza um texto e concentra a ‘esterilidade’ ou estagnação do escritor para fazê-lo sulcar ou ‘escavar’ a linguagem.¹⁰¹ Na ‘palidez’ de uma página o autor necessitará deslocar as

⁹⁹ Cf. Idem, p 189.

¹⁰⁰ Mallarmé, S.; *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris: Gallimard, 1998, p. 484. (Tradução minha).

¹⁰¹ Em uma carta de abril de 1866 a Henri Cazalis, Mallarmé define sua própria escrita dessa forma: “Infelizmente, ao escavar o verso a esse ponto, eu encontrei dois abismos, que me desesperam. Um é o Nada [Néant], ao qual cheguei sem conhecer o budismo, e estou ainda abalado demais para poder crer até mesmo em minha poesia e voltar ao meu trabalho, que este pensamento esmagador me fez abandonar.” (Tradução minha). Cf. Idem, pp. 695-697.

palavras para poder ser reconhecido nos interstícios ou vãos criados entre os signos – será lá que a ‘marca’ do poeta se tornará visível como uma brancura oca ou um silêncio. O *sujeito falante*, sucintamente, é a soma das vacâncias no interior de um escrito e dos emudecimentos entre as obras. Mallarmé só é distinguido quando a linguagem cessa, o que significa que ele está sempre *fora* de seus livros.

Podemos agora propor uma relação entre o conceito de *sujeito falante* e a arqueologia implementada em *As Palavras e as Coisas*. Pensamos que há uma semelhança entre o modo pelo qual, para Foucault, Mallarmé se ausenta de seus poemas e os filósofos, cientistas e literatos se suprimem na *epistémê*. Como vimos no início da dissertação, cada período investigado por Foucault é configurado por um número de regras subjacentes ao discurso. Essas determinações, por serem subterrâneas, não são suscetíveis às influências de pensamentos ou teorias singulares propostos por ‘gênios’ em sua individualidade. Pelo contrário, em *As Palavras e as Coisas* a história das ideias se dá através da crise e estabilização de espaços esquemáticos, no qual a particularidade de cada sistema filosófico ou *corpus* científico é apenas a manifestação epidérmica. A *epistémê* é composta por princípios que o conhecimento de uma época obedece e reitera em todos seus campos, fornecendo devido à sua vastidão a ilusão de acaso ou acidente onde só há ‘lei’ e ordem. A suposta ‘autonomia’ dos grandes pensadores é subordinada ao movimento sísmico desses enormes planos epistemológicos: o autor está inevitavelmente cortado ou excluído de seu *próprio discurso*. Da mesma forma que Mallarmé retira do poema a interferência patente do escritor, permitindo que sobre o papel se imprima somente a linguagem em sua espessura arquivada, Foucault eliminará da história dos saberes a intervenção superestimada do sujeito do conhecimento.

“Desta vez, mais nenhuma dúvida; a certeza se reflete na evidência: em vão, a memória de uma mentira, do qual ela era a consequência, a visão de um lugar em que aparecia ainda, tal como deveria ser, por exemplo, o intervalo esperado, tendo, com efeito, por paredes laterais a oposição dupla dos painéis, e em relação a estes, à frente e atrás a abertura da dúvida nula, repercutida pelo prolongamento do ruído dos painéis (...).”¹⁰²

Essa espacialidade ambígua ou ‘intervalo’ é a reprodução mallarmeana da vacuidade do autor dentro do texto: a ‘dúvida’ delimita sua extensão mesmo que o

¹⁰² Idem, pp. 485-486.

evidente seja espelhado em uma ‘visão’ ainda perceptível, e apesar da asserção inicial – constantemente formulada na literatura – do fim da dúvida. A dubiedade ‘se abre’ como uma lacuna no interior da textualidade a despeito da resolução ou ‘certeza’ linguística, como uma latência que nenhum verso pode totalmente acobertar ou abolir. A partir disso, na obra mallarmeana, descerra-se um *locus* no qual *qualquer sujeito* pode se inserir. A Noite de Igitur é uma região que possibilita o anonimato discursivo em vista da indeterminação semântica inerente a um escrito destituído de autor. Como a pluralidade de ângulos em um diamante, um poema mallarmeano é passível a uma multiplicidade de ‘vozes’ ou perspectivas.

A *epistémê* foucaultiana também absorve uma série de sujeitos. Em *As Palavras e as Coisas*, averiguamos como um período histórico pode incorporar e simultaneamente exceder os construtos teóricos individuais. O interessante é que a forma pela qual um sujeito se dissolve numa composição epistêmica é similar à maneira através da qual uma ‘faceta’ de um escrito mallarmeano se integra numa totalidade prismática. A ‘ótica’ de *uma* leitura de Igitur é possibilitada pela posição vazia e anônima do sujeito; é como se o intervalo noturno do poema fosse um *lugar* que todo interlocutor pudesse *ocupar*. O anonimato do autor permite uma *permutação* de diferentes subjetividades que se colocam no espaço aberto por Mallarmé. Assim sendo, a relação entre o sujeito e a *epistémê* não se assemelha à experiência dessa Meia-noite? Os domínios epistemológicos de cada época não são vacâncias dentro das quais qualquer indivíduo pode *falar*?

“Alguém pode falar da ciência e de sua história (e, portanto, de suas condições históricas, mudanças, os erros que perpetrou, os avanços repentinos que as colocaram em um novo caminho) sem referência ao próprio cientista – e eu estou falando não meramente do indivíduo concreto representado por um nome próprio, mas de sua obra e da forma particular de seu pensamento? Pode-se buscar uma história da ciência válida que retraçasse do começo ao fim todo movimento espontâneo de um corpo anônimo de conhecimento? É legítimo, é até mesmo útil, substituir o tradicional ‘X pensava que...’ por ‘era conhecido que...’? (...) Eu gostaria de saber se os sujeitos responsáveis pelo discurso científico não são determinados em sua situação, função, capacidade perceptiva e possibilidades práticas por condições que os dominam e até os sobrepujam. Em suma, eu tentei explorar o discurso científico não do ponto de vista dos indivíduos que estão

falando, nem do ponto de vista das estruturas formais daquilo que estão expressando, mas do ponto de vista das regras que entram em cena na própria existência de tal discurso.”¹⁰³

O discurso científico, assim determinado, não é algo *prévio e independente* do sujeito; algo que, por possuir seus próprios princípios e códigos, já está estabelecido antes do indivíduo começar a se pronunciar? Nesse sentido, a arqueologia não institui que a *epistémê* é um espaço discursivo fundamental que todos precisam ocupar quando se propõem a fazer filosofia e ciência em uma época específica?

As Palavras e as Coisas, em última instância, pode ser entendida como uma aplicação da vacância do autor de Mallarmé na história das ideias. A Noite de Igitur, onde a subjetividade é delineada como uma lacuna linguística, transforma-se na obra de Foucault no anonimato de *quem fala* no interior da *epistémê*. Cervantes e Descartes, por exemplo, são dentro do classicismo vacuidades a partir das quais se desdobra uma linguagem que os precede e ultrapassa enquanto fontes insulares de discurso. Não há autorialidade na arqueologia porque a Noite foi assimilada como a experiência da anonimização do sujeito perante uma totalidade de signos que nunca vai lhe ‘pertencer’. É possível, enfim, considerar a prosa ‘informe’ de Igitur (uma literatura proveniente da ‘massa de papéis’ da Biblioteca) um modelo para a dessubjetivação dos discursos nas análises foucaultianas.

“No momento em que a linguagem, como palavra disseminada, se torna objeto de conhecimento, eis que reaparece sob uma modalidade estritamente oposta: silenciosa, cautelosa deposição da palavra sobre a brancura de um papel, onde ela não pode ter nem sonoridade, nem interlocutor, onde nada mais tem a dizer senão a si própria, nada mais a fazer senão cintilar no esplendor do seu ser.”¹⁰⁴

O ser da linguagem irrompe quando o bloco amorfo de documentos (linguagem como objeto de conhecimento) é incorporado como *uma forma de organização linguística* no ato de escrever. A morte do autor mallarmeana é o resultado do surgimento do arquivo e de sua ordenação puramente textual (catálogo bibliotecário). A dispersão do sentido em Igitur é o reflexo da ordem constelar, esparsa, necessária para transformar a

¹⁰³ Prefácio à edição inglesa de Foucault, M., *As Palavras e as Coisas*, Reino Unido: Tavistock Publications, 1970, p. XIV.

¹⁰⁴ Foucault, M., *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 416.

matéria documentária em conhecimento.¹⁰⁵ A sintaxe dos poemas de Mallarmé espelhará as relações ‘redescobertas’ pelo acadêmico na *linguagem estagnante* da História. Cada ângulo prismático contemplado na escrita mallarmeana corresponde esquematicamente a uma rede ou teia de conceitos inerentes ao discurso de uma época.

A própria terminologia do poeta simbolista se aproxima àquela utilizada em *As Palavras e as Coisas*: quando Mallarmé diz que é preciso ‘escavar’ seu verso, não há uma semelhança com o ‘desenterrar’ epistêmico foucaultiano? Atingir o Nada ou a ausência no fundo da linguagem não compartilharia do mesmo princípio que viabiliza penetrar certas ‘camadas’ discursivas históricas? Em síntese, a ordem *sob as palavras* de um período determinado não poderia ser equiparada ao texto que resta quando Mallarmé extrai da escrita a intenção ou subjetividade? A arqueologia não seria, finalmente, um modo de encontrar aquela linguagem que *não é falada por ninguém*, mas que atravessa toda discursividade ao ponto de ser conceituada sua ‘rede secreta’ ou ‘ordenação muda’, ou seja, seus ‘sulcos’ vazios irreduzíveis? Nas últimas duas seções, buscaremos responder a essas perguntas distanciando-se do artigo *O Mallarmé de J-P. Richard* e entrando propriamente na análise lilterária de Foucault em *As Palavras e as Coisas*.

5.1. O sujeito escriturante: Mallarmé e a espessura da linguagem em *As Palavras e as Coisas*

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault identifica a literatura como um fenômeno pertencente à modernidade. Como foi exposto acima (seção 3.2), ela tem suas condições de possibilidade históricas na mesma configuração epistêmica que a filologia, biologia e economia política. O duplo transcendental-empírico é o *a priori* histórico de todos os discursos baseados em uma causalidade não-representativa, no sentido clássico do termo ‘representação’. A escrita literária nasce nessa *epistémê* porque a linguagem distanciada de sua representabilidade perde sua posição legitimada perante o conhecimento, estilhaçando-se e se recompondo em diversas regiões epistemológicas diferentes. Em

¹⁰⁵ Lembremos do que Nietzsche afirma no prólogo de *Genealogia da Moral* sobre o trabalho do historiador: “Meu desejo, em todo caso, era dar a um olhar tão agudo e imparcial uma direção melhor, a direção da efetiva *história da moral*, prevenindo-o a tempo contra essas hipóteses inglesas que se perdem *no azul*. Pois é óbvio que uma outra cor deve ser mais importante para um genealogista da moral: *o cinza*, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica do passado moral humano!” Cf. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 13. Nesse contexto, a atividade do genealogista é, para Nietzsche, aquela de ler a quase interminável pilha de arquivos históricos e reconstruir as relações fragmentadas, quebradas entre eles. O *cinza* é a cor do historiador justamente porque é a tonalidade do ‘documento’: a neutralidade e a imobilidade do registro não podem ser ‘coloridas’, isto é, submetidas ao enviesamento ou ao crivo da ‘circulação’.

resumo, as palavras se tornam ‘objeto de conhecimento’ e há inúmeros empreendimentos científicos e filosóficos que buscam reunir seus fragmentos de forma a erigir novamente uma linguagem homogênea e transparente. A filologia, filosofia analítica, psicanálise, o positivismo lógico, a linguística, o estruturalismo, etc., são todas modalidades que procuram encontrar uma maneira de ‘unificar’ o discurso estabelecendo um ‘princípio’ através do qual toda proposição viria a ser imediatamente clara e cognoscível. O ideal de uma discursividade totalmente translúcida e ‘atravessada’ pelo sentido existe desde F. Schlegel e Rask e perdura para além da constituição de uma lógica simbólica. Não obstante, há uma esfera epistêmica que se recusa a ser reduzida a uma diafeneidade linguístico-cognitiva. Entre todas as positivities que tentam ‘rarefazer’ o texto, desvela-se um domínio que se compromete a manter a densidade do escrito e a ‘espessá-lo’ sempre que for possível: a literatura.

“A literatura é a contestação da filologia (de que é, no entanto, a figura gêmea): ela reconduz a linguagem da gramática ao desnudado poder de falar, e lá encontra o ser selvagem e imperioso das palavras. Da revolta romântica contra um discurso imobilizado na sua cerimônia até a descoberta, por Mallarmé, da palavra em seu poder impotente, vê-se bem qual foi, no século XIX, a função da literatura em relação ao modo de ser moderno da linguagem.”¹⁰⁶

A literatura, como uma forma de discurso, recusa a redução semântica imposta em e por outros saberes modernos. Seu ‘poder’ se encontra na sua capacidade de resistência à ‘transparentização’ que permeou os outros âmbitos discursivos. Enquanto certas regiões epistêmicas avançam no refinamento formal ou prático da linguagem, a obra literária rejeita esse estreitamento textual, que leva a uma espécie de utilitarismo linguístico (comunicabilidade), e progride na direção oposta, rumo a uma ‘dilatação’. Em *As Palavras e as Coisas*, o ‘ser da linguagem’ deixa de ser a ‘massa imóvel’ de papéis arquivados na Biblioteca para se transformar na impenetrabilidade epistemológica das palavras. Nos séculos onde todos os modos de discurso estão se empenhando em conhecer a história e o funcionamento interno da textualidade, a atividade literária se dedica a sempre relembrar o quão indominável e ‘inútil’ a linguagem em si é; em uma palavra,

¹⁰⁶ Foucault, M.; *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 415-416.

desde Sade e Hölderlin há uma escrita que tem como objetivo apresentar a ‘espessura’ do verso.

O espessamento da linguagem é, com essa leitura, um processo histórico de insubordinação linguística. Como Blanchot e Barthes, Foucault entende a literatura como um discurso transgressivo e inflexível, contrária e inassimilável pela ciência e filosofia (modos de escrita burguesa, em termos barthesianos). Porém, para o autor de *A História da Loucura*, a intransitividade da linguagem não é somente evidência de sua autonomia radical e de sua retaliação programática; o ‘ser da linguagem’ ou a ‘linguagem bruta’ é na arqueologia o que poderíamos chamar de um *conceito-limite*. A espessura da linguagem não é algo que podemos formalizar ou categorizar: nós só podemos ter experiência dela como uma ‘exterioridade’ ou materialidade. Esse adensamento linguístico é um ‘excesso’, algo que não se encaixa em nenhuma classificação ou conjunto, mas que também não pode ser de modo algum ignorado. As positivities, de alguma forma ou de outra, buscam ‘sistematizar’ a linguagem e reduzi-la a um número determinado de funções e unidades. No entanto, em cada tentativa de construir um sistema linguístico que esgote todas as possibilidades de uma língua, sempre há um restante ou ‘resíduo’ que permanece *fora* do conjunto – o poético.

“Ele se separa do tempo indefinido e é! E este tempo não vai, como outrora, parar em um estremecimento cinza sobre os ébanos massivos cujas quimeras fechavam seus lábios com uma sensação esmagadora do finito, e, não se encontrando mais para se misturar às cortinas saturadas e pesadas, encher um espelho de tédio onde, sufocando e abafado, eu implorava para permanecer uma vaga figura que desaparecia completamente no vidro confundida; (...)”¹⁰⁷

Nesse trecho de *Igitur*, Mallarmé explicita a ‘linguagem bruta’ ao se colocar como uma ‘subjetividade escriturante’. Contrário ao sujeito clássico, sempre presente e idêntico a si, o escriturante só existe no ato da prosa, onde o verso remete a si mesmo ‘como uma subjetividade’. No ‘excesso’ da literatura, constatamos então uma ‘perda’ ou ausência: o Eu. Em seu lugar, vemos surgir o próprio texto como ‘sujeito’; porém, não-intencional e

¹⁰⁷ Mallarmé, S.; *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris, Gallimard: 1998, p. 499. (Tradução minha).

constantemente referido para fora de si (‘exterior’ ou como diz Foucault, “o vazio em que [a literatura] encontra seu espaço”).¹⁰⁸

Podemos interpretar essa passagem como o desaparecimento de Igitur na temporalidade da escrita. O ‘tédio’ que preenche o espelho – onde a ‘vaga figura’ some – é um efeito do intervalo ou cesura do ato de escrever, que pode se prolongar ‘indefinidamente’. Assim como em *Nouvelle Impressions d’Africa*, de Raymond Roussel, no qual se abre quatro ou cinco parênteses dentro de um parêntese, Mallarmé se refere à abertura ou ‘expansão’¹⁰⁹ da linguagem como um ‘tempo que não vai parar’. Tal ‘excesso’ temporal é o que torna o texto, em termos blanchotianos, ‘incessante’ ou ‘interminável’: o ‘horror da eternidade’ de Mallarmé¹¹⁰ é o pavor perante a proliferação infinita das palavras. Igitur teme esvanecer porque, enquanto sujeito do poema, corre o risco de ser apagado ou ‘sufocado’ por seu próprio verso.

Entretanto, esse não é o aspecto literário que mais nos interessa aqui. Além do excesso temporal, há um outro tipo de excesso mais relevante para a leitura foucaultiana: a materialidade ou o ser da linguagem. Podemos entender esse trecho de Igitur como a experiência diante da morte de Deus e da eternidade do *Néant*; é possível analisar esse excerto como um retrato da modernidade, em que a temporalidade é percebida como o eterno ‘efemêro’ a dissolver a personagem impregnada de *ennui*; ou, ainda, podemos reconhecer uma reflexão preliminar sobre o Acaso e sua relação com a indecidibilidade da escrita (reflexão que se consumará na tipografia arquipelágica de *Um Lance de Dados*). Certamente há mais alternativas interpretativas para *Igitur* do que essas listadas; contudo, – e é isso que queremos enfatizar – sempre haverá algo *excedente*, deixado de *fora* em qualquer crítica ou teoria literária que busque explicá-lo. Em frases como,

“E este tempo não vai (...) parar em um estremecimento cinza sobre os ébanos massivos cujas quimeras fechavam seus lábios com uma sensação esmagadora do finito”;

¹⁰⁸ Foucault, M. “Pensamento do Exterior”. In: Foucault, M., Ditos e escritos. Vol 3. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, São Paulo: Forense Universitária, 2009, p. 221.

¹⁰⁹ “[O] sujeito que fala não é mais a tal ponto o responsável pelo discurso (aquele que o mantém, que através dele afirma e julga, nele se representa às vezes sob uma forma gramatical preparada para esse efeito), [mas é] a inexistência, em cujo vazio prossegue sem trégua a expansão infinita da linguagem.” Idem, p. 220.

¹¹⁰ “[A]té que enfim, minhas mãos removidas de meus olhos onde eu as tinha colocado para não ver a [figura] desaparecer, em uma abominável sensação de eternidade, na qual parecia expirar o quarto, ela me apareceu como o horror dessa eternidade.” Cf. “Vie d’Igitur”, Mallarmé, S.; *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris, Gallimard, 1998, pp. 498-499.

ou,

“A hora não desapareceu através do espelho, não se enterrou nas cortinas, evocando uma mobília com sua sonoridade vacante. Eu me lembro que seu ouro ia fingir na ausência uma joia nula de devaneio”¹¹¹;

percebemos que há algo que ‘transborda’ qualquer significado que possamos atribuir às palavras. Por mais que tentemos explaná-las integralmente, alumando o sentido da ‘quimera’ como um ‘fantasma especular’ ou um reflexo distorcido no progresso da biografia de Igitur¹¹² (a ‘escansão de minha medida’¹¹³); ou procuremos esmiuçar a ‘hora’ da Meia-noite como aquela que anuncia a inexistência das coisas (‘sonoridade vacante’), da mesma forma que o poeta nega ou *esvazia* o mundo através da linguagem, nós ainda experienciaremos algo obscuro e inarticulável. Existe em ‘um estremecimento cinza sobre os ébanos massivos cujas quimeras fechavam seus lábios com uma sensação esmagadora do finito’ uma sucessão de imagens e sons que são sempre *mais* do que sua análise poética: há uma ‘congruência’ entre cada elemento do verso que é inesperada e, por assim dizer, inefável. De alguma forma, o ‘estremecimento cinza’, os ‘ébanos massivos’ e as ‘quimeras’ que ‘fecham seus lábios’ – unidades que, à primeira vista, parecem totalmente desconexas – se conciliam e criam uma ‘oscilação’ semântica infundável. ‘Oscilação’ essa que lembra o movimento de avanço e recuo da balastrada de Sollers: à medida que as palavras se ‘aproximam’ e se ‘distanciam’ umas das outras notamos uma instabilidade em seu significado que não pode ser amenizada ou extinguida. Há entre essas figuras um excesso relacional ou associativo que é irredutível devido ao ‘ser da linguagem’ – conceito-limite que vemos com mais nitidez no próximo extrato. Na passagem, ‘A hora não desapareceu através do espelho, não se enterrou nas cortinas, evocando uma mobília com sua sonoridade vacante. Eu me lembro que seu ouro ia fingir na ausência uma joia nula de devaneio’, o ‘seu ouro’ (*son or*) é um eco dourado da ‘sonoridade (*sonorité*) vacante’. A repetição, literal em francês, do ‘som’ (*son*) nos permite experienciar a exterioridade ou materialidade da linguagem: o ‘barulho’ informe e bruto do verso. A literatura consiste, finalmente, no caráter excessivo, ‘espesso’ das

¹¹¹ Mallarmé, S.; *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris: Gallimard, 1998, pp. 483.

¹¹² É assim que Derrida define a ‘quimera’ de Mallarmé em *L’Animal que donc je suis* (Galilée, Paris: 2006).

¹¹³ Mallarmé, S.; *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris: Gallimard, 1998, p. 487.

palavras; naquilo que está sempre ‘opaco’ para o leitor simplesmente porque se expande para além das fronteiras do que é inteligível e comunicável. Em *As Palavras e as Coisas*, a atividade literária se posiciona como um *contra-discurso* precisamente por conta disso.

“A obra pura implica no desaparecimento elocutório do poeta, que cede iniciativa às palavras, mobilizadas pelo choque de sua desigualdade; elas se iluminam com reflexos recíprocos como um rastro virtual de fogos sobre as pedrarias, substituindo a respiração perceptível no antigo sopro lírico ou a direção pessoal entusiasta da frase.”¹¹⁴

Em *Crise de Verso*, Mallarmé se esforça para esclarecer como é possível escrever ‘exteriormente’, isto é, ‘ceder a iniciativa às palavras’ e deixar com que o ‘ser da linguagem’ apareça em sua impenetrabilidade. A frase tem que se estender de acordo com sua própria cadência ou ritmo; a ‘sonoridade’ de cada elemento da composição será ‘mobilizada’ pela irregularidade dos diversos espelhamentos dentro da sequência verbal (rastro virtual). A voz do sujeito, nesse sentido, é eclipsada e ‘substituída’ pelo fôlego do próprio verso, que destitui o poeta e eleva a linguagem ao nível de uma ‘subjatividade escriturante’.

A literatura, assim, se torna um contra-discurso devido a sua *impotência subjetiva* perante a linguagem. O termo ‘impotência’ é mallarmeano, porém, nos serve aqui: “[Igitur é] um conto, pelo qual eu quero abater o velho monstro da Impotência, seu tema, a fim de me enclausurar em meu grande labor já reestudado. Se for feito (o conto), estarei curado; *similia similibus*.”¹¹⁵ (*Similia similibus* é uma referência à cura homeopática, onde o ‘mesmo cura o mesmo’¹¹⁶). Desse modo, a impotência ou passividade diante da linguagem ‘cura’ a *impotência da criatividade* por conceder às palavras o princípio de sua produção. Ao ‘ceder iniciativa às palavras’ ou se submeter a sua obscura densidade, Mallarmé é capaz de expor o que o texto diz em seu excesso: o significado que adentra um verso sem a ‘consciência’ do escritor; as repetições e reverberações imprevistas que estremecem a linearidade do discurso; a vasta profusão de inversões, deformações e

¹¹⁴ Mallarmé, S.; “Crise du Vers”, In: *Divagations*, Paris: E. Fasquelle, 1922, p. 246. (Tradução minha).

¹¹⁵ Carta a Henri Cazalis de novembro, 1869. Cf. Mallarmé, S.; *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris: Gallimard, 1998, pp. 747-748.

¹¹⁶ Mallarmé, de fato, chegou a se tratar com homeopatia no período em que viveu em Avignon.

similitudes que nenhum literato poderia intencionar completamente e que tende a colocá-lo à margem de sua própria obra.¹¹⁷

Em conclusão, a literatura é um contra-discurso porque, contrária ao movimento de transparentização ou rarefação dos outros discursos, propõe-se a espessar a linguagem e manifestar seu ‘ser bruto’. Nesse processo, Foucault passa a considerar o ato literário, ao invés do advento da autonomia da forma, uma experiência da heteronomia das palavras. Ao ler um poema de Mallarmé, somos expostos a um texto que compreendemos à medida que nos escapa. *Igitur* e *Um Lance de Dados* se estendem além da linguagem comunicável (informativa) e mantem o leitor em um espaço ambíguo, que permanentemente ‘traça e apaga’¹¹⁸ os limites do que é significável. A materialidade do verso é alcançada quando uma obra se adensa a tal ponto que o sujeito clássico desaparece (rarefaz) e somos conduzidos pela ‘imperiosidade selvagem’ (heteronomia) da escrita.

“Mallarmé não cessa de apagar-se na sua própria linguagem, a ponto de não mais querer aí figurar senão a título de executor numa pura cerimônia do Livro, em que o discurso se comporia por si mesmo.”¹¹⁹

O sujeito escriturante, ou o ‘discurso que se compõe por si mesmo’, é o agente rarefeito (executor) de uma linguagem que não *lhe dá espaço* (ou, no fim das contas, é a *própria linguagem*). A morte do autor em Mallarmé se torna, na filosofia foucaultiana, o estreitamento de uma subjetividade que cede ‘território’ a uma dilatação verbal que, modernamente, denominamos ‘literatura’. Por conseguinte, temos um poeta que foi, por assim dizer, *espremido para fora* de sua escrita e só pode ser considerado seu criador ou produtor *externamente*, como aquele que reúne uma massa de linguagem sob uma marca apenas, um ‘título’: Mallarmé.

Entendemos, agora, a ‘crise’ a qual o literato se refere em *Crise de Verso*. A materialidade ou exterioridade¹²⁰ do escrever literário é uma forma de compensar a

¹¹⁷ Devemos esta interpretação de *excesso literário* à J.-J. Lecercle. Cf. *Philosophy through the Looking-Glass: Language, Nonsense, Desire*, LaSalle: Open Court Press, 1985, p. 80.

¹¹⁸ “Mas e se essas experiências, pelo contrário, pudessem ser mantidas onde estão, em sua superfície sem profundidade, nesse vólum impreciso de onde elas nos vêm, vibrando em torno do seu núcleo indeterminável, sobre seu solo que é uma ausência de solo? E se o sonho, a loucura, a noite não marcassem o posicionamento de nenhum limiar solene, mas traçassem e apagassem incessantemente os limites que a vigília e o discurso transpõem, quando eles vêm até nós e nos chegam já desdobrados?”

¹¹⁹ Foucault, M.; *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 421.

¹²⁰ Em *Crise de Verso*, *A Música e a Literatura* e *O mistério na Literatura*, Mallarmé denomina essa exterioridade ‘musicalidade’ ou ‘obscuridade’.

dispersão inerente ao Discurso desde sua fragmentação no final do séc. XVIII. O estilhamento da linguagem engendra uma crise que permite a percepção da ‘finitude’ das palavras. Da mesma forma que as sistematizações e formalizações modernas procuram transparentizar o ‘texto’ (rarefações que Mallarmé considera derivações do *estilo jornalístico* universal), a literatura também busca *justificar* a crueza ou ‘precariedade’ linguística. Todavia, paradoxalmente, ela o faz *aceitando* essa condição bruta do verso (*similia similibus*), não rejeitando sua espessura ou opacidade própria. O sujeito escriturante, diferentemente das outras formas de subjetividade, desdobra a linguagem só para vê-la em seu ser fraturado, difuso. Com isso, não há um esforço para atingir a diafeneidade das palavras ou diluí-las para que venham a ser ‘utilizáveis’; há somente a ‘impotência’ ou passividade do literato que permite à linguagem *ser escrita* em uma ‘pura cerimônia do Livro’. Mallarmé, por fim, anuncia uma crise generalizada do discurso, sujeito e da representação que infiltrará quase todas as esferas epistêmicas da modernidade.

5.2. Divergências entre Mallarmé e Foucault: *Crise de Verso* ou a finitude da linguagem

Em *Crise de Verso* e *As Palavras e as Coisas* a linguagem é diagnosticada como finita. Mallarmé declara que a Verdade não pode ser alcançada através do discurso moderno (ou Verso) devido ao reconhecimento, no séc. XIX, da diversidade linguística. Para ele, uma ‘linguagem suprema’ que manifesta a Ideia através de sua materialidade nos é negada por causa das diversas formas pelas quais idiomas diferentes expressam a mesma coisa. Essa carência essencial encontrada em toda língua é o que faz a palavra se separar de sua própria ‘espessura’ opaca. O fato de que *jour* (dia) soa mais escuro que *nuît* (noite), mesmo representando algo mais luminoso, é evidência de que a sonoridade e o significado foram dissociados.¹²¹ O excesso que identificamos nas palavras advém precisamente como resultado dessa cisão interna entre o que é dito (conceito) e a forma finita através da qual viemos a dizê-lo (materialidade). Uma crise pôde ser observada, segundo Mallarmé, desde que a Poesia começou a perceber que a única maneira de exprimir o objeto através de uma ‘língua caída’ é através da *evocação*, não da representação. Um escritor é limitado à sugestão e alusão uma vez que um discurso

¹²¹ Cf. Mallarmé, S.; “Crise du Vers”, In: *Divagations*, Paris: E. Fasquelle, 1922, p. 242. (Tradução minha).

transparente que pudesse revelar materialmente nosso pensamento se tornou inacessível e foi reduzido à ‘banalidade’ da linguagem jornalística, que é ‘nas mãos da multidão’ desvelado como a circulação ou a ‘troca monetária’ de palavras.

Em *As Palavras e as Coisas*, esta crise é abordada de uma forma um pouco diferente. Foucault concorda que a linguagem foi completamente impregnada pela finitude e que a multiplicidade e a relatividade epistemológica entre os idiomas (filologia) são uma consequência da crise na representação. Mas, em contraste ao repúdio mallarmeano ao jornal, Foucault reconhece quase todos os discursos modernos como ‘informativos’ ou rarefacientes e atribui sua causa a um deslocamento epistêmico. Mallarmé indica, de fato, os efeitos do jornalismo na música, filosofia, política e religião, mas pouco é explicitamente dedicado às ciências¹²² ou, mais especificamente, às ciências humanas. Portanto, somos capazes de discernir um tema comum concernente à banalização ou transparência da linguagem, ainda que constatemos uma divergência no que tange sua raiz e aplicação. Poderíamos dizer que Foucault, dado seu projeto arqueológico, é capaz de distinguir, em uma gama mais ampla de eventos, regras e continuidades subjacentes que Mallarmé não pôde divisar. Então quando, no contexto de espessamento e estreitamento de discursos, Foucault assevera que a filologia, lógica formal, linguística, filosofia analítica e o estruturalismo pretendem rarefazer a linguagem, o poeta simbolista pode ser considerado um precursor na medida em que demarcou a tendência ‘informativa’ do texto de jornal, que, no fim das contas, pertence ao movimento epistêmico rumo às formalizações e sistematizações delineadas em *As Palavras e as Coisas*; mas ele não pode ser descrito como alguém que opera uma análise discursiva ao nível arqueológico de Foucault. A abrangência da investigação do filósofo é simplesmente mais extensa que a de Mallarmé, o que faz sua visão da crise ser mais aberta e, até certo ponto, mais problemática. Foucault admite que há uma crise na representação, mas esse acontecimento é devido à emergência do duplo transcendental-empírico que perturbou a constituição do sujeito e da metafísica clássicos. O poeta está interessado em explicar a dispersão da linguagem e a morte do sujeito que se depara com tal fragmentação; o autor de *O Nascimento da Clínica* se foca em determinar as regularidades subterrâneas que produzem a finitude da subjetividade e da linguagem em geral. A *Crise de Verso* e *As Palavras e as Coisas* discutem a mesma experiência discursiva; a diferença é que a primeira busca justificar a poesia moderna através do surgimento da materialidade

¹²² Excluindo, obviamente, a matemática que o ajudou a desenvolver sua poesia especial e suas principais ideias relativas ao Livro.

da linguagem; e, a segunda se propõe a definir quais discursos estão se espessando ou refinando em consequência da configuração moderna do conhecimento. A finitude é usada para legitimar a obscuridade na literatura assim como para explicar a emergência da literariedade.

Mallarmé, afinal, vê a representação e o sujeito se estilhaçando na experiência literária moderna. *Um Lance de Dados* é um poema onde a linguagem cessa de significar adequadamente e o sujeito recua em direção ao *Néant*. Foucault, por outro lado, entende que a linguagem se adensa como resultado de se ter tornado um ‘objeto do conhecimento’ e de se distanciar da imediatez do discurso inteligível. As palavras foram destituídas de uma transparência essencial porque se adensaram ao ponto de se tornar ‘coisas’; elas são um artefato a ser estudado ao mesmo tempo em que são o que nos permite estudá-las. O problema, em última instância, para Foucault é a ‘objetização’ da linguagem: alguns modos de discurso tentam diluí-la, enquanto outros procuram mantê-la em sua condição bruta de ‘massa’. Como mencionado brevemente acima, Mallarmé consentiria parcialmente ao diagnóstico de Foucault. Contudo, ele argumentaria que a linguagem se espessou ou estreitou por causa de sua vulnerabilidade ao jornalismo (imprensa), que em si é um resultado de um modo de apreensão da negatividade ou do Nada.¹²³ Discursos que se encaixam no estilo informativo ou jornalístico usam a linguagem para *negar* a realidade e *afirmar* o conceito; isto é, eles não entendem que as palavras *também* se fazem presentes quando o objeto designado se ausenta. Logo, discursos espessos são aqueles que não dependem totalmente da *significação* ou *representação*, mas que na vacuidade das coisas se manifestam como seus referentes vazios, sua *evocação*.

Ao invés de fornecer semelhanças entre Foucault e Mallarmé, estamos agora buscando delinear algumas de suas incompatibilidades. Ambos estão cientes da mesma crise no discurso, mas um segue um caminho hegeliano para estabelecer a materialidade ou obscuridade da linguagem, voltando-se para sua *força negativa* para definir sua permanência vácuca; enquanto o outro se afasta da dialética e vem a apreender as palavras como a manifestação de uma ordem na qual há apenas distância e proximidade. A literatura é, para Mallarmé, o esforço para evocar objetos através da musicalidade do verso ou a própria negação da comunicação (densidade); enquanto Foucault considera o literário uma resistência a discursos informativos devido à preservação de sua ‘excessiva distância’ do sujeito. A abordagem quasi-hegeliana de Mallarmé defende uma dupla

¹²³ A experiência do Nada pode ser vista como um resultado da Morte de Deus.

negação: começa com a linguagem negando a existência do objeto individual e procede ao anulamento da linguagem através de sua crua sonoridade ou tipografia. O método arqueológico de Foucault sustenta a noção de exterioridade, onde as palavras transbordam os limites da subjetividade, mas não podem ser negligenciadas visto que elas estendem *a partir* da interioridade para esse ‘fora’.

Um Lance de Dados expõe quão diferentemente Mallarmé analisa a crise da finitude da linguagem. Nesse poema constelado, ele usa motivos diversos para criar no texto frases quebradas que somente podem ser reunidas através de sua similaridade tipográfica. Por exemplo, o motivo preponderante é revelado pelo maior caractere, “*UN COUP DE DÉS / JAMAIS / N’ABOLIRA / LE HASARD*” (Um lance de dados / jamais / abolirá / o acaso).¹²⁴ O primeiro motivo secundário, que também será encontrado espalhado pelas páginas do poema, é “*Si / c’était / le nombre / ce serait*” (Se / fosse / o número / seria). Em seguida, há os termos adjacentes, “*comme si / comme si*” (como se / como se), a partir dos quais se ramificam outros motivos secundários, que por sua vez, possuem seus próprios motivos adjacentes. A hierarquia evocativa se constrói sobre o tamanho e o tipo das letras de forma que o leitor possa averiguar a relevância de cada palavra baseando-se em sua espacialidade. A disposição de cada vocábulo ou conjunto de vocábulos compõe um ‘aglomerado’ que pode ser lido em várias sequências diferentes, produzindo novos significados com cada nova combinação. Se se seguir a ordem tipográfica que avança dos caracteres maiores aos menores, descobrir-se-á um bloco de evocações. Se se ler *Um Lance de Dados* uma página após a outra, da esquerda para a direita, de cima para baixo, irromperá outra série de ‘sugestões’. Ou, ainda, se alguém percorrer o poema lendo duas páginas em um só movimento, ignorando a dobra que as divide, encontrar-se-á novamente mais alusões ou, como Mallarmé os denomina, novas ‘subdivisões prismáticas da Ideia’. A representação foi substituída pela evocação na medida em que as palavras, nessa poesia, designam principalmente a si mesmas. Como um meio de evocar significado, o literato se esforçou para deixar claro que o que está sendo exposto não é nada mais do que a *linguagem*. A tipografia e a textualidade fraturada são técnicas criadas para dissolver a ilusão de que estamos assimilando algo além de puras palavras. Mallarmé imprime versos obscuros de modo a evocar através de sua materialidade (sonoridade e tipografia) o que o discurso não pode mais representar.

¹²⁴ Cf. Mallarmé, S.; “Un Coup de Dés”, *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris: Gallimard, 1998, pp. 363-387.

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault se concentra mais em como a literatura oblitera o sujeito do que em como evoca o que é irrepresentável. É claro que Mallarmé também subordina a subjetividade à linguagem, mas seu objetivo central é obter o que o Verso perdeu na crise representacional. O filósofo, por sua vez, enfatiza a desapareição do sujeito mais do que a forma moderna de compensar o estilhaçamento do Discurso Clássico. É importante frisar mais uma vez que Foucault não ignora a importância da experiência daquilo que a finitude excluiu da interioridade (o ‘pensamento impensável’, a ‘presença inacessível’, o ‘murmúrio da morte’); mas ele salienta o ‘fim do Homem’ mais incisivamente do que a exterioridade da linguagem nos capítulos conclusivos de *As Palavras e as Coisas*, encontrando na vacância do sujeito moderno a possibilidade de acordar de um ‘sono antropológico’.¹²⁵

Podemos concluir essa seção resumindo as diferenças entre Mallarmé e Foucault no tocante à finitude ou crise da representação. Ambos refletem sobre a materialidade da linguagem e a morte do sujeito; porém, parece que cada um prioriza, dessa dupla, um conceito diferente. O poeta se move em direção à linguagem para resolver o problema da representação, desenvolvendo o conceito de evocação e das subdivisões prismáticas da Ideia para tentar suprir a discursividade dispersa da modernidade. Foucault se atenta mais ao desaparecimento do Homem – afinal, o subtítulo de sua obra é “Uma arqueologia das ciências *humanas*” [grifo nosso] –, indicando seu óbito como uma abertura para um novo modo de filosofar que não necessitará operar com as mesmas categorias de representação e finitude. Mallarmé estabelece uma poética para expor a crucial capacidade literária de trabalhar sem depender completamente da representação; e, Foucault elabora um método arqueológico para sugerir uma nova ordem epistêmica na qual as palavras talvez não tenham que ser definidas por nossa atual concepção de representabilidade.

¹²⁵ “Em nossos dias não se pode mais pensar senão no vazio do homem desaparecido. Pois esse vazio não escava uma carência; não prescreve uma lacuna a ser preenchida. Não é mais nem menos que o desdobrar de um espaço onde, enfim, é de novo possível pensar.” Foucault, M.; *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 473.

6. Conclusão

Apesar dessas divergências, Foucault e Mallarmé compartilham uma similaridade fundamental. Em suas formas de abordar a finitude da linguagem, ambos estão permeados por um evento que define o escopo de seus diagnósticos e, em parte, o conteúdo das análises literárias que realizaram. De acordo com Foucault, essa ocorrência se localiza no fim do século XVIII e no início do XIX, mas de certo modo já pode ser vista se moldando nas primeiras obras de Condillac. Podemos articular tal acontecimento como o começo de um processo linguístico de perda de referenciais imediatos e estáveis. À medida que a linguagem se dispersa e fragmenta, ela é incapaz de manter relações uniformes com aquilo que designa. A emergência do duplo transcendental-empírico em *As Palavras e as Coisas* é, em último caso, um corolário da ruptura do Discurso quando confrontado com a falta de fundamento inerente ao processo construtivo da significação. Quando Foucault afirma que a ‘linguagem se fecha sobre si’, ele quer dizer que as palavras, no fim das contas, *diferem* daquilo que denominam e começam a *corresponder* a si mesmas no próprio movimento de denominação.

“[P]ara os filólogos, as palavras são como tantos objetos constituídos e depositados pela história; para os que querem formalizar, a linguagem deve despojar-se de seu conteúdo concreto e só deixar aparecer as formas universalmente válidas do discurso; se se quer interpretar, então as palavras tornam-se texto a ser fraturado para que se possa ver emergir, em plena luz, esse outro sentido que ocultam; ocorre enfim à linguagem surgir por si mesma num ato de escrever que não designa nada mais que ele próprio. Essa dispersão impõe à linguagem, se não um privilégio, ao menos um destino que parece singular quando comparado ao do trabalho ou da vida.”¹²⁶

Conforme a linguagem se finitiza, ela é objetificada de tal forma que ‘oscila’ entre ordenar a realidade (função transcendental) e ser analisada como parte da realidade (determinação empírica). O deslocamento constante entre uma posição e outra provoca o surgimento de numerosas modalidades de investigação discursiva. Aquelas que tendem a considerar a linguagem uma ‘coisa transparente’ irão se aproximar do campo transcendental; e, aquelas que intentam apreendê-la como uma ‘coisa obscura’ gravitarão

¹²⁶ Foucault, M.; *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 419.

em direção ao posicionamento empírico. Todavia, o discurso moderno possui um ‘destino singular’ que seriamente complica sua condição epistêmica. Se essas ‘tendências’ estivessem meramente opostas umas às outras e fossem capazes de implementar integralmente suas metodologias e cumprir todos os objetivos propostos, então não haveria ‘crise de verso’ e o que teríamos seria apenas um conflito epidérmico localizado. Porém, inversamente, esses modos de análise não estão isolados e, devido à *epistémê* moderna, estão predeterminados a ‘atravessar’ o domínio um do outro (alternar entre o empírico e o transcendental) e espalhar a linguagem enquanto trocam indefinidamente de posições no que tange o estatuto das palavras em geral. Visto que os signos não tem uma referência elementar ou básica para sustentar e orientar a construção de um sistema de referências, não é possível interromper a flutuação infundável de significado se a linguagem *pode referir a si mesma* como uma unidade dentro de seu próprio sistema.¹²⁷ Quando a linguagem em sua totalidade *é referida como* aquilo que organiza a realidade, consideramos as palavras ‘operações transcendentais’; quando a linguagem *é referida como* algo inserido ou uma extensão da realidade, reconhecemos os signos como objetos empíricos. A dificuldade em entender o argumento de Foucault está em perceber que esses dois modos de *referir à linguagem em sua completude* são permutáveis devido à inevitável ‘falta de princípio’ da organização referencial. Sem referentes estáveis, os vocábulos *adquirem outros significados* quando integrados em diferentes construtos,¹²⁸ incluindo o termo “linguagem em sua totalidade”: se ela é referida como a possibilidade da ordem, torna-se transcendental e é vista por Foucault como um ‘estreitamento’ do discurso; se é referida como um objeto histórico ou sonoro, vem a ser empírica e é julgada como uma instância do ‘espessamento’. Não obstante, um modo de análise que procura rarefazer a linguagem, em virtude da configuração epistêmica moderna, sempre encontrará um ‘resíduo’ de empiricidade (densidade) que o faz conceber as palavras como objetos – e não como a *possibilidade* de apreendê-los. E, em contrapartida, se um escritor se dedica a dilatar a linguagem, ele precisa admitir que há sempre um remanescente de significado que a materialidade ou excessividade da linguagem não consegue aniquilar, obrigando-o a admitir que nenhum texto é ‘inteiramente mudo’.

¹²⁷ Kant, e Condillac antes dele, explicitam como os signos ou representações são ‘sem fundamento’; ou seja, ao tentar encontrar uma base legítima ‘fora deles’, de modo a validar seu conteúdo, são somente capazes de referir a algo ‘sempre já dentro’ do sistema.

¹²⁸ Um exemplo dessa flexibilidade semântica pode ser visto no conceito mallarmeano de ‘constelação’ usado em *Um Lance de Dados*. Em cada configuração, as palavras ‘adquirem’ um novo sentido em virtude das novas relações (referenciais) estabelecidas dentro do texto em si.

“A partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem. Tornou-se um objeto do conhecimento entre tantos outros: ao lado dos seres vivos, ao lado das riquezas e do valor, ao lado da história dos acontecimentos e dos homens. Comporta, talvez, conceitos próprios, mas as análises que incidem sobre ela são enraizadas no mesmo nível que todas as que concernem aos conhecimentos empíricos.”¹²⁹

Em uma palavra, a linguagem perdeu sua referencialidade quando se tornou objeto de conhecimento e constituiu-se como ‘finita’. Ela ‘se dobra sobre si mesma’ e é impossibilitada de encontrar um princípio epistemológico que não esteja imerso em sua própria instabilidade. As palavras dispõem de seus ‘conceitos próprios’ e podem servir como transcendentais quando a questão é sua ‘ordem’; contudo, quando *referem a si*, elas se apresentam como objetos empíricos do conhecimento, deslocando-se incessantemente entre designante e designado. Essa inversão permanente entre significante e significado (autorreferencialidade)¹³⁰ priva o discurso moderno de qualquer unidade diáfana em razão de sua duplicidade obscura.¹³¹

A obra de Mallarmé manifesta a mesma crise referencial. As palavras não são mais transparentes ao pensamento graças à sua materialidade histórica e nos deparamos com uma linguagem que impõe uma ‘constelação referencial’ que foi determinada pela filosofia, ciência, arte, etc., ao longo dos séculos. Na modernidade, tornar-se consciente dessa referencialidade arbitrária induz a refletir sobre a deficiência de cada idioma e sobre como é possível superar essa insuficiência essencial. A autorreferencialidade, para Mallarmé, é produto de nosso conhecimento da finitude da linguagem e de nossas tentativas de compensar sua ‘precariedade’.

¹²⁹ Foucault, M.; *As Palavras e as Coisas*, São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 409-410.

¹³⁰ Derrida, à sua maneira, também aborda a questão da perda do referencial. Ao analisar o poema em prosa *Mimique*, ele delinea o seguinte: “Nós nos deparamos com um mimetismo que não imita nada; deparamos, por assim dizer, com um duplo que não duplica nada simples, um duplo que nada antecipa, nada, pelo menos, que não esteja já duplicado. Não há nenhuma referência simples. (...) Mallarmé então preserva a estrutura diferencial do mimetismo ou *mimēsis*, mas sem uma interpretação platônica ou metafísica, que implica que em algum lugar o ser de algo que *é*, está sendo imitado. Mallarmé até mantém a (e se mantém dentro da) estrutura do *phantasma* como é definida por Platão: o simulacro como a cópia de uma cópia. Com a exceção de que não há mais modelo e, logo, não há mais cópia.” Cf. *Dissemination*, trad. Barbara Johnson, Londres: The Athlone Press Ltd, 1981, p. 206.

¹³¹ Essa autorreferencialidade está na base da ‘analítica da finitude’ de Foucault. O ‘Homem’ é um duplo transcendental-empírico que está perpetuamente oscilando entre as posições de sujeito e objeto do conhecimento. Cf. Foucault, M.; *As Palavras e as Coisas*, São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 430-439.

“Portanto, nosso único e eterno problema é apanhar relações e intervalos, não importa se são poucos ou múltiplos. Logo, fiel a alguma profunda visão especial dentro de nós, podemos estender ou simplificar o mundo segundo nossa vontade. (...)”

Pois, em verdade, o que é a Literatura senão a ambição de nossa mente (na forma da linguagem) de definir as coisas; de provar para a satisfação de nossa alma que um fenômeno natural corresponde ao nosso entendimento imaginativo dele.”¹³²

O poeta enxerga na literatura uma possível solução para a crise referencial. Se as relações entre as palavras podem ser determinadas pela historicidade da linguagem, então é permitida à Poesia estabelecer novas dependências entre os signos, fornecendo novas referências à proporção que ela expande ou reduz os ‘intervalos’ entre eles. A modernidade tem a capacidade de suplantar a perda da referencialidade ao entender que, em suma, a linguagem *sempre excede* toda sistematização e, portanto, está sempre ‘fora’ de qualquer rede ou ‘conjunto arquipelágico’ finito. Compreender a linguagem como um ‘excesso’ significa que há um limite (materialidade ou exterioridade) que pode ser *referida* mas nunca objetizada. Essa ‘obscuridade’ mallarmeana é capaz de funcionar como um possível ponto de referência ‘estabilizadora’ somente porque ela está *além de todas as modalidades discursivas*, incluindo a própria literatura. Os poemas de Mallarmé nos concedem um espaço para *experienciar* esse referente exterior ou ‘alteridade’, mas eles em nenhum momento pretendem *integrá-lo* em qualquer formalização linguística.

Em vista disso, é permitido declarar que Foucault e Mallarmé identificam uma crise referencial na discursividade moderna. Isso é explicitado através da profunda atenção dada à fragmentação da linguagem, evento que a faz se tematizar e se tornar um problema para si mesma (autorreferencialidade). Paradoxalmente, para Mallarmé, será essa densidade que possibilitará à linguagem ter um referente fixo: ela estará ‘fora’ de todas as formas discursivas mas, precisamente porque está exterior a *todas elas*, pode vir a não sofrer da dispersão que afeta os signos internos de qualquer sistema fechado. A excessividade da linguagem, afinal, indica uma possibilidade, mesmo que tênue, de uma futura transparência epistêmica.

¹³² Mallarmé, S., “Music and Litterature”, In: *Mallarmé: Selected Prose Poems, Essays & Letters*, trad. Bradford Cook, Baltimore: Johns Hopkins Press, 1956, pp. 48-49. (Tradução minha).

Nessa dissertação, buscamos aproximar a estética de Mallarmé à arqueologia de Foucault. Para tanto, começamos por mostrar como essa metodologia foucaultiana é implementada em *As Palavras e as Coisas* e, mais especificamente, de que modo ela examina e define a linguagem nas duas últimas *epistémês* analisadas na obra: o classicismo e a modernidade. Essa explicitação nos pareceu necessária uma vez que Mallarmé emerge no último momento histórico investigado por Foucault na posição de ‘obscurecedor’ do discurso ou, em outras palavras, como um dos agentes principais do que viemos a conhecer sob o título de ‘literatura’. Essa parte se encerra com elucidação de como o ‘escrever literário’ surge dentro dos *a priori* históricos da modernidade: a configuração transcendental-empírica.

Em seguida, exploramos alguns precursores de Foucault no tocante à pesquisa da obra mallarmeana. Iniciamos com Blanchot e seu conceito de distância e imagem da palavra. Passamos, então, para Barthes e comparamos sua noção de autonomia da literatura (*écriture*) com a blanchotiana (*désoeuvrement*) de forma a salientar a influência mallarmeana da *força negativa* da linguagem sobre a discussão referente à resistência da arte perante a ameaça de sua incorporação por outras modalidades de discurso modernas. Por fim, clarificamos a relação de Sollers com os dois filósofos precedentes ao expor sua versão do ‘distanciamento’ e da ‘aproximação’ da linguagem em seu romance, *Le Parc*.

No último movimento da dissertação, retornamos a Foucault e suas semelhanças com a *oeuvre* mallarmeana. Procuramos, primeiramente, explicar a análise foucaultiana no ensaio *O Mallarmé de J.-P. Richard*, aclarando seu conceito de *sujeito falante* e de ‘ser da linguagem’ como massa documental para argumentar como *As Palavras e as Coisas* é, em si, um resultado do ‘adensamento da linguagem’ ou do ‘estreitamento do sujeito’. Após isso, esforçamo-nos por desvelar o que Foucault quer dizer por ‘espessura da linguagem’ em seu exame da *epistémê* moderna, tendo como apoio o poema em prosa, ou conto, *Igitur*. Chegando ao fim, estabelecemos algumas diferenças entre a abordagem mallarmeana e foucaultiana da ‘crise de verso’ ou da finitude da linguagem. Determinamos que ambos consideram os conceitos de espessamento da palavra e de morte do sujeito, mas que cada um opera um mais que o outro para solucionar ou suprir a ‘carência’ do discurso após o fim do classicismo: Foucault se sustenta na noção do ‘fim do Homem’ e Mallarmé se inclina sobre a ‘obscuridade da linguagem’.

Concluímos, finalmente, que o filósofo e o poeta possuem uma semelhança fundamental. A arqueologia e a estética mallarmeana são produtos da crise referencial que ‘fechou a linguagem sobre si mesma’, engendrando uma ‘oscilação’ infindável que

fragmenta o discurso ao instituí-lo como ‘finito’. Nesse sentido, é permitido asseverar que *As Palavras e as Coisas* possui uma metodologia que exclui o sujeito do mesmo modo que *Igitur* e *Um Lance de Dados* eliminam o autor. O projeto arqueológico de Foucault é uma consequência de um espessamento que produz a obscuridade poética mallarmeana, assim como a autonomia literária de Blanchot e Barthes e a injustificabilidade da ficção em Sollers. O discurso se adensa desde Mallarmé, passando pela filosofia francesa dos anos 40 e 50, e encontra em Foucault uma de suas articulações mais independentes quanto à subjetividade e à sua propensão rarefaciente. O filósofo diagnostica a obra mallarmeana como a manifestação do ‘ser da linguagem’, mas deixa de incluir a arqueologia como uma expressão talvez ainda maior.

Bibliografia:

- ALVES, Alexandre; *A constituição da genealogia no pensamento histórico de Michel Foucault*, São Paulo: 2000.
- BARTHES, Roland; *Le degré zéro de l'écriture*, Paris: Les Éditions du Seuil, 2004.
- BENOIT, Eric; *Mallarmé et le mystère du "Livre"*, Genebra: Editions Slatkine, 1998.
- BLANCHOT, Maurice; *L'Espace littéraire*, Paris: Gallimard, 1955.
- _____; *La Part du Feu*, Paris: Gallimard, 1949.
- _____; *Faux pas*, trad. Charlotte Mandell, Stanford: Stanford University Press, 2001.
- BOPP, Franz, *A comparative grammar of the Sanskrit, Zend, Greek, Latin, Lithuanian, Gothic, German, and Slavonic languages*, trad. Lieutenant Eastwick, Londres: Madden and Malcolm, 1845.
- BUFFON, Georges Louis Leclerc, *Histoire naturelle générale et particulière, avec la description du cabinet du roy*, Paris: Champion, 2007.
- CHADWICK, Charles; *Mallarmé, sa pensée dans sa poésie*, Paris: J. Corti, 1962.
- CONDILLAC, Etienne Bonnot de, *Oeuvres complètes*; publiées par A.-F. Théry, Genebra: Slatkine Reprints, 2012.
- COUSINS, Mark; HUSSAIN, Athar; *Michel Foucault: Theoretical Traditions in the Social Sciences*, Nova Iorque: St. Martin's Press, 1984.
- DAVIDSON, Arnold; *Foucault and his interlocutors*, Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- DELEUZE, Gilles; *Foucault*, Paris: Minuit, 1997.
- DERRIDA, Jacques; *Dissemination*, trad. Barbara Johnson, Londres: The Athlone Press Ltd, 1981.
- _____; *L'Animal que donc je suis* (Galilée, Paris: 2006).
- DELFEL, Guy; *La Estética de Stéphane Mallarmé*, Córdoba: Assandri, 1960.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul; *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- DURING, Simon; *Foucault and Literature: Towards a Genealogy of Writing*, Londres: Routledge, 1992

- EVANS, David; *Rhythm, Illusion and Poetic Idea: Baudelaire, Rimbaud, Mallarmé*, Nova Iorque: Editions Rodopi B. V., 2004
- FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- _____; “Loucura, Literatura e Sociedade”. In: Ditos e Escritos Vol I. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- _____; “Nietzsche, a Genealogia, a História”. In: Ditos e escritos. Vol 2. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*, São Paulo: Forense Universitária, 2005.
- _____; “Nietzsche, Freud e Marx”. In: Ditos e escritos. Vol. 2. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*, São Paulo: Forense Universitária, 2005.
- _____; “Linguagem ao Infinito”. In: Ditos e escritos. Vol 3. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- _____; “Monstruosidades da Crítica”. In: Ditos e escritos. Vol 3. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, São Paulo: Forense Universitária, 2009
- _____; “Distância, Aspecto, Origem”. In: Ditos e escritos. Vol 3. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- _____; “Pensamento do Exterior”. In: Foucault, M., Ditos e escritos. Vol 3. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, São Paulo: Forense Universitária, 2009
- GUTTING, Gary; *Michel Foucault's archaeology of scientific reason*, Cambridge University Press, 1989.
- _____ (ed.); *The Cambridge Companion to Foucault*, Cambridge: Cambridge University, 2007.
- LECERCLE, Jean-Jacques, *Philosophy through the Looking-Glass: Language, Nonsense, Desire*, LaSalle: Open Court Press, 1985
- MACHADO, Roberto; *Foucault: a filosofia e a literatura*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000
- _____; *Ciência e Saber: A trajetória da arqueologia de Michel Foucault*, Rio de Janeiro: Graal, 1988
- MAHON, Michael; *Foucault's Nietzschean Genealogy: Truth, Power and the Subject*, Albany: State University of New York Press, 1992.
- MALEBRANCHE, Nicolas; *Dialogues on Metaphysics and on Religion*, trad. N. Jolley and D. Scott, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- MALLARMÉ, Stéphane; *Oeuvres Complètes*, vol. I, édition présentée, établie et annotée par Bertrand Marchal, Paris, Gallimard, 1998.
- _____; *Divagations*, Paris: E. Fasquelle, 1922.
- _____; *Mallarmé: Selected Prose Poems, Essays & Letters*, trad. Bradford Cook, Baltimore: Johns Hopkins Press, 1956.
- MARTON, Scarlett; *Foucault leitor de Nietzsche*, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MEHOUDAR, Rosie; *Linguagem e subjetividade nos contos indianos de S. Mallarmé*, São Paulo: 1998.
- _____; *Dos textos de juventude a Igitur: a geração do descontínuo em Mallarmé*, São Paulo: 2003
- O'LEARY, Timothy; *Foucault and Fiction: The Experience Book*, Londres: Continuum International Publishing Group, 2009
- QUENNEL, Peter; *Baudelaire and the symbolists*, Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1954.
- RICHARD, Jean-Pierre; *L'univers imaginaire de Mallarmé*, Paris: Éditions du Seuil, 1961.
- SAFATLE, Vladimir P.; "Introdução à experiência intelectual de Foucault", (Curso lecionado na FFLCH-USP), 2013.
- SARTRE, Jean-Paul; *Mallarmé: la lucidité e sa face d'ombre*, Paris: Galimard, c. 1986.
- _____; *Qu'est-ce que la littérature?*, Paris : Gallimard, 2010.
- SCHÉRER, Jacques; *L'expression littéraire dans l'oeuvre de Mallarmé*, Paris: A. G. Nizet, 1947.
- SHERIDAN, Alan, *Michel Foucault: The Will to Truth*, London: Tavistock Publications Ltd, 1980.
- SOLLERS, Philippe; *Le Parc*, Paris: Les Éditions du Seuil, 1961.
- SOLOMON, Robert C.; "Nietzsche ad hominem: Perspectivism, personality, and ressentiment revisited". In: *The Cambridge Companion to Nietzsche*, Nova Iorque: Cambridge University Press, 1996
- VALÉRY, Paul; *Ecrits divers sur Stéphane Mallarmé*, Paris: Éditions de la N. R. F., c. 1950.
- VISKER, Rudi; *Michael Foucault: genealogy as critique*, Trad. Chris Turner. Londres: Verso, 1995.